



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DANIELA ARAUJO VIRGENS

**TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS:
O CASO DO MUNICÍPIO DE CAIRU - BAHIA**

Salvador

2010

DANIELA ARAUJO VIRGENS

**TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS:
O CASO DO MUNICÍPIO DE CAIRU - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Geografia, Instituto de Geociências (IGEO),
Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Catherine Prost

Salvador

2010

V816 Virgens, Daniela Araújo.
Turismo e transformações socioespaciais: o caso do município de Cairu - Bahia
/ Daniela Araújo Virgens. _ Salvador, 2010.
159 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Catherine Prost.
Dissertação (mestrado) – Curso de Pós – Graduação em Geografia, Instituto
de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2010.

1. Turismo – Aspectos econômicos - Cairu (BA). 2. Desenvolvimento
social - Turismo - Bahia. 3. Desenvolvimento urbano – Turismo - Bahia. 4.
Planejamento urbano – Bahia. I. Prost, Catherine. II. Universidade Federal da
Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 338.48(813.8)

Elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências da
Universidade Federal da Bahia.

TERMO DE APROVAÇÃO

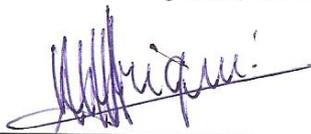
**TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: O CASO DO
MUNICÍPIO DE CAIRU - BAHIA.**

DANIELA ARAÚJO VIRGENS

BANCA EXAMINADORA



Dra. Catherine Prost
Doutora em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, *Brasil*.



Dr. Wendel Henrique
Doutor em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, *Brasil*.



Dra. Francisca de Paula Santos da Silva
Doutora em Educação
Departamento de Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento
Regional, UNEB, *Brasil*.

Dissertação defendida e aprovada: **19 / 07 / 2010**

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial, minha mãe Mara, meu pai João e meus irmãos Henrique e André, pelo apoio incondicional na realização deste sonho e por terem enfrentado ao meu lado o dia-a-dia de muita correria e estudo.

Aos meus ex-alunos do curso de Turismo da Faculdade Zacarias de Góes, nos municípios de Valença e Cairu, que hoje são colegas de profissão. Foi com eles e por eles que este trabalho foi pensado. Agradeço também aos moradores de Cairu, em especial aqueles que de alguma forma contribuíram com a pesquisa.

À minha orientadora, Professora Catherine Prost, pela confiança, pela amizade, pelos ensinamentos e pela liberdade que me deu ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Ao Professor Wendel, com quem nunca me canso de aprender Geografia, que trouxe valiosas contribuições a este trabalho.

À Professora Paula, que me acompanha desde a graduação, pela disponibilidade em me ajudar e pelas contribuições trazidas.

Aos amigos Fádía, Matteus, Shanti, Soraia e Simone que colaboraram diretamente na construção deste trabalho, estando sempre dispostos a me ajudar dissipando as minhas dúvidas teóricas e cartográficas. Agradeço também à Denilson, Danillo e mais uma vez a Fádía pela caminhada durante o período em que convivemos na realização dos afazeres da representação estudantil.

A toda a turma de 2008, em especial ao grupo dos Lúdicos, Juliana, Lívia, Elane, Edcarlos, Luana, Karina, Aluztane, Antônia, Anneza e Cintya. Nunca esquecerei os nossos geoalmoços.

À amiga Tatiana Barcelos, minha companheira de campo, por ter compartilhado comigo todas as alegrias e angústias ao longo desse tempo de pesquisa. Não posso deixar de agradecer também ao seu esposo, Eduardo, e aos seus filhos, Eduardinho e Gustavinho, por terem me acolhido e me abrigado em Valença durante os períodos em que estava em campo.

Aos colegas do SESC, Altair e Clóvis, pelo apoio e compreensão na fase de conclusão do trabalho.

Aos secretários do Mestrado em Geografia, Dirce e Itanajara, sempre muito eficientes e dispostos a ajudar.

À Fapesb, instituição que apoiou esta pesquisa durante um ano.

Aos meus professores do Mestrado em Geografia, Maria Auxiliadora, Ângelo Serpa, Cristóvão Brito, Sylvio Bandeira, Creuza Lage, Rubens Toledo e Antônio Puentes, pessoas com as quais aprendi a amar a Geografia. Enfim, agradeço a todos os geógrafos de formação e/ou de coração (assim como eu) que me receberam de braços abertos neste instituto.

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de discutir questões que envolvem a atividade turística enquanto modo de produção capitalista e as transformações decorrentes da sua introdução em um município com economia antes baseada na pesca e na agricultura. Em muitos casos, a falta de planejamento e a exploração de forma indevida da atividade, têm beneficiado as iniciativas que, por natureza, privilegiam o lucro. Para análise desta temática, propõe-se como metodologia um estudo de caso no município de Cairu - Bahia, mais famoso pelos distritos de Morro de São Paulo e Boipeba. Foram aplicados formulários e/ou realizadas entrevistas com os seguintes segmentos: população local, líderes de associações e igrejas, empresários do turismo e setor público. A escolha do tema se justifica pelo fato de que os gestores públicos propõem à geração de emprego e distribuição de renda a partir da inserção da atividade turística. Mas será que na prática são os moradores locais quem colhem os frutos dos investimentos na atividade? As localidades turísticas acabam se transformando numa reprodução dos desejos dos centros emissores de turistas a partir da produção do espaço não em função da população local, mas com a finalidade de criar áreas que atendam às expectativas dos turistas. Considerando esta lógica, observa-se que há uma contradição entre o discurso político que coloca o turismo como a solução para o problema da pobreza e a real situação em que vive parte da população. Ao longo da pesquisa, foi constatado que as áreas do município onde o turismo se desenvolve, são as que possuem uma dinâmica espacial mais acelerada e também onde é possível observar uma explosão urbana. A inserção capitalista promovida por meio de um discurso desenvolvimentista de geração de emprego e renda mascara uma realidade na qual poucos têm acesso aos benefícios da inserção da atividade e ratifica uma realidade na qual os moradores locais são meros expectadores de um crescimento sem qualquer tipo de planejamento. A população local que deveria ser a principal beneficiária sofre com as consequências da falta de capacitação e da especulação imobiliária, ficando cada vez mais, à margem do processo.

Palavras-chave: Turismo. População Local. Contradição. Produção do Espaço. Cairu.

ABSTRACT

This essay intends to discuss some questions that involve the touristic activity as a capitalist mode of production and the consequent transformation after its introduction in a fish and farm based-county. In many cases, lack of planning and the non-careful exploration of the activity have been benefiting initiatives that, as the capitalist nature, favor the profit. To analyze this issue, we propose as a methodology, a case study at Cairu County, famous for Morro de São Paulo and Boipeba districts. Research forms were applied and interviews done with people from the following segments: local population, associations and churches leaders, tourism entrepreneurs and local government. We can attribute the choice of this theme to the fact that the governmental managers propose the increase of the employments and the incomes distribution from the tourism insertion. But, in practice, the investments in the activity really return to the local population? The touristic localities become in a mere reproduction of the tourists desires with the production of space not for the local population, but intending to create areas that satisfy the tourists expectations. Considering this logic, we observe a contradiction between the politic discourse that puts the tourism as the solution for the poverty problems and the real situation that lives part of the local population. Along the research, we find that areas where the tourism is developed, are the areas that have a more accelerated spatial dynamic and also where is possible to observe an urban explosion. The capitalist insertion promoted by the developmental discourse of job and incomes generation, hide a reality which just a few people have the conditions to access the benefits of the tourism and confirm the real situation which local people are mere spectators of this growth without planning. The local population that should be the main beneficiary is suffering the consequences of lack of professional abilities and the real estate speculation, keeping away of this process.

Word-keys: Tourism. Local Population. Contradiction. Production of Space. Cairu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização.....	32
Figura 2: Cais de Morro de São Paulo	38
Figura 3: Pista de Pouso de Morro de São Paulo.....	38
Figura 4: Origem dos turistas brasileiros em Morro de São Paulo.....	39
Figura 5: Origem dos turistas estrangeiros em Morro de São Paulo	40
Figura 6: Preços médios de pousadas em Morro de São Paulo	40
Figura 7: Preços médios de pousadas em Boipeba	42
Figura 8: Foz do Rio do Inferno.....	43
Figura 9: Casa de farinha de Boipeba	43
Figura 10: Centro Ambiental m'boi pewa	44
Figura 11: Cais de Cairu	45
Figura 12: Convento de Santo Antônio de Cairu	45
Figura 13: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em dia de apresentação da Fanfarra Municipal.....	45
Figura 14: Centro de Cairu em dia de saída dos caretas.....	46
Figura 15: Solar no centro de Cairu	46
Figura 16: Migrantes na cidade de Cairu	49
Figura 17: Migrantes no distrito de Velha Boipeba.....	49
Figura 18: Migrantes no distrito da Gamboa	50
Figura 19: Mapa de Fluxos Migratórios Nacionais em direção ao município de Cairu ..	51
Figura 20: Mapa de Fluxos Migratórios Regionais em direção à Morro de São Paulo...	52
Figura 21: Mapa de Fluxos Migratórios Regionais em direção à cidade de Cairu e Boipeba.....	53
Figura 22: Divulgação Costa do Dendê	55
Figura 23: Divulgação Morro de São Paulo	55
Figura 24: Divulgação Costa do Dendê	55
Figura 25: Divulgação Boipeba	55
Figura 26: Meios de hospedagem de Morro de São Paulo inseridos na rede mundial de computadores.....	56
Figura 27: Fonte de renda em Morro de São Paulo	71
Figura 28: Fonte de renda em Boipeba.....	71
Figura 29: Emprego com carteira assinada em Morro de São Paulo	72

Figura 30: Emprego com carteira assinada em Boipeba.....	72
Figura 31: Empresários com dificuldade em encontrar pessoas qualificadas para trabalhar	75
Figura 32: Ação dos empresários locais	76
Figura 33: Participação em reuniões	85
Figura 34: Percepção dos moradores sobre a taxa de turismo.....	86
Figura 35: Naturalidade das Lideranças Locais.....	89
Figura 36: Capa da 1ª edição da revista Boipeba: onde vivo!.....	93
Figura 37: Fachada da Biblioteca	94
Figura 38: Biblioteca Edite dá Vida	94
Figura 39: História Dona Edite	94
Figura 40: Maré avançando sobre as construções da 3ª praia	105
Figura 41: Bairro de N. Sra. da Luz – Morro de São Paulo	106
Figura 42: casa da 2ª Praia – Morro de São Paulo.....	106
Figura 43: Bairro do Areal - Boipeba.....	106
Figura 44: Rua das Pedras – Centro de Boipeba.....	106
Figura 45: Casas do Centro.....	108
Figura 46: Piscina semi-olímpica no centro de Cairu.....	108
Figura 47: Litoral de Morro de São Paulo antes do turismo	109
Figura 48: Morro de São Paulo em 1988	110
Figura 49: Morro de São Paulo em 2009	110
Figura 50: 1ª Praia Morro de São Paulo	110
Figura 51: 1ª Praia Morro de São Paulo atualmente	110
Figura 52: Praça Aureliano Lima	110
Figura 53: Praça Aureliano Lima atualmente	110
Figura 54: Praça Aureliano Lima, casarão	111
Figura 55: Praça Aureliano Lima, casarão atualmente	111
Figura 56: Vista da rua que dá acesso às praias	111
Figura 57: Estacionamento em Torrinhas	112
Figura 58: Transporte de materiais de construção de Valença para as Ilhas	112
Figura 59: Locais frequentados por moradores e turistas em Morro de São Paulo	119
Figura 60: Locais freqüentados por moradores e turistas em Boipeba	120
Figura 61: Área a ser loteada.....	127
Figura 62: Plano de parcelamento do terreno	127

Figura 63: Anúncio de centro comercial em Morro de São Paulo.....	129
Figura 64: Anúncio de condomínio voltado para estrangeiros em Morro de São Paulo	129
Figura 65: Anúncio do Condomínio Tinharé Residence	129
Figura 66: Anúncio Loteamento Boa Vista	129
Figura 67: Praça no Centro de Boipeba	133
Figura 68: Rua das Pedras no centro de Boipeba	133
Figura 69: Bairro da Tiririca em Boipeba.....	134
Figura 70: Casa improvisada com lona no Bairro da Matança em Boipeba	134
Figura 71: Praça Teixeira de Freitas - área central de Cairu.....	134
Figura 72: Rua em área periférica.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução populacional nas localidades estudadas 1950-2007	108
Tabela 2: Evolução Populacional Cairu 1950-2007	109
Tabela 3: Valores de imóveis em Salvador e Cairu	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMABO	Associação dos Moradores e Amigos de Boipeba
APA	Área de Proteção Ambiental
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAP	Conselho de Administração Participativa
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não-governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDTIS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais

UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência
WTTC	World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. ETAPAS DA PESQUISA	20
1.1.1. Pesquisa de Campo	22
2. A ATIVIDADE TURÍSTICA ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL CONTEMPORÂNEA	26
2.1. TRABALHO VERSUS LAZER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	27
2.2. LUGARES DO MUNICÍPIO DE CAIRU NO CONTEXTO DO CRESCIMENTO DO TURISMO	31
2.2.1. Morro de São Paulo: o portal de entrada	36
2.2.2. Boipeba: tentando fazer diferente	40
2.2.3 A cidade de Cairu	44
2.3. DO LOCAL AO GLOBAL: CONTEXTUALIZANDO AS REDES QUE LIGAM CAIRU AO MUNDO	47
3. TURISMO, POPULAÇÃO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	64
3.1. TURISMO E QUESTÕES SOCIAIS	64
3.1.1. Polarização da estrutura social e aumento das desigualdades	65
3.2. HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES DO TURISMO NO LOCAL: LIMITES E CONTRADIÇÕES	76
3.2.1. Poderes públicos e turismo: o turismo nos discursos políticos	77
3.2.2. Planejamento turístico e participação popular	81
3.2.3. O papel das organizações do setor voluntário	87
4. TURISMO E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO	99
4.1. TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA URBANA: UM ESTUDO DE CASO	101
4.2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	113
4.2.1. Os proprietários dos meios de produção	123
4.2.2. Os proprietários fundiários	125
4.2.3. Os promotores imobiliários	127
4.2.4. O Estado	131
4.2.5. Os grupos sociais excluídos	132
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140
ENTREVISTAS	147
APÊNDICE A – Formulário aplicado às organizações do setor voluntário	148
APÊNDICE B – Formulário aplicado à população local	149

APÊNDICE C – <i>Formulário aplicado aos empresários</i> _____	150
APÊNDICE D – <i>Roteiro de entrevista com representantes do poder público</i> _____	151
APÊNDICE E – <i>Questão inicial para entrevista narrativa com moradores antigos</i> ____	152
APÊNDICE F – <i>Organizações do Setor Voluntário – Morro de São Paulo</i> _____	153
APÊNDICE G – <i>Organizações do Setor Voluntário – Boipeba</i> _____	155
APÊNDICE H – <i>Organizações do Setor Voluntário – Cairu</i> _____	156
APÊNDICE I – <i>Mapa com a disposição dos bairros de Morro de São Paulo</i> _____	157
ANEXO A – <i>Inventário dos Principais Atrativos do município de Cairu</i> _____	158

1. INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, o setor de turismo vem despontando como um dos mais promissores economicamente dentro do atual contexto em que o sistema capitalista vem se firmando como a base das relações sociais. A busca pelo lucro fácil e rápido permite a inserção do turismo nos lugares e dos lugares no turismo. Considerando que em cada localidade há particularidades, idiosincrasias, tradições e costumes próprios que associados à natureza formam, para os gestores do turismo, o conjunto perfeito para se implementar a atividade, podemos afirmar que, qualquer local poderá desenvolver o turismo como atividade econômica.

É nisso que se baseiam os agentes que buscam aumentar as rendas monopolistas a partir da experiência de viver o singular, proporcionada pela atividade. Dessa maneira, o turismo vem sendo inserido nas políticas municipais de desenvolvimento de forma indiscriminada em muitas localidades, sendo explorado por pessoas que vêem no seu próprio lucro a principal razão de existir da atividade.

O fato de estar inserido no contexto do modo de produção capitalista, que coloca a acumulação em primeiro plano, faz com que as relações sociais que permeiam o lugar, que representa mais do que um ponto geográfico, representa um sentimento que se estabelece no plano do vivido, se modifiquem e se transformem. Caracteriza-se assim o território, no qual as relações de dominação e de poder se manifestam de maneira a transformar também a vida das pessoas que já viviam anteriormente no local. A paisagem passa a ter valor de troca e é transformada num produto turístico. O cotidiano e a vida coletiva que caracterizam o lugar cedem espaço para o individualismo e para a competitividade.

A rápida expansão da atividade turística nas últimas décadas tem sido um dos fatores abordados por diversas pesquisas e publicações da área. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p.26) desde a década de 1950, quando “as viagens internacionais tornaram-se acessíveis a um público mais amplo, as chegadas de turistas internacionais cresceram, a cada ano, a uma taxa média de 7,2%”. Além disso, as receitas geradas por esses gastos cresceram em 12,3%. Isso faz do setor, ainda de acordo com a

OMT, o terceiro principal da economia em âmbito global. Só não se sobrepõe aos setores de petróleo e derivados e o de veículos com suas respectivas peças e acessórios.

Percebe-se certa euforia com as transformações que os agentes do turismo prometem causar principalmente nas pequenas e médias cidades que dispõem daquilo que especialistas chamam de potencial turístico, geralmente caracterizado pela existência de patrimônio natural e/ou cultural que possa ser explorado pelo mercado. Contudo, a ideia de distribuição de renda a partir da dinâmica inerente à introdução do turismo nas localidades é um fato que precisa ser desmistificado.

Conforme será abordado ao longo deste trabalho de pesquisa, a atividade turística atualmente é considerada por especialistas e tratada por alguns políticos como uma alternativa das mais viáveis para a geração de empregos e a distribuição de renda no Brasil, devido a sua vocação diante da pluralidade cultural e da diversidade natural existentes no país. Para que haja o consentimento da população, geralmente se utiliza o discurso da geração de emprego e renda e do desenvolvimento sustentável. Porém, conforme será abordado na seção 3, o perfil dos empregos gerados para a população, nem sempre corresponde aos cargos com melhores salários devido, entre outros fatores, à falta de qualificação. Este discurso ocasiona, em muitas situações, uma expectativa na população de diversos municípios que veem a chance de melhorar suas vidas. Por outro lado, há uma cobiça por parte de empresários que vislumbram nos incentivos governamentais e na possibilidade de explorar o trabalho barato da população uma forma fácil de acumulação e consequente maximização dos lucros.

Nas relações espaciais que permeiam a sociedade, existem, conforme coloca Lefebvre (2008b, p.56), “contradições do espaço, mesmo se dissimuladas ou mascaradas”. Essa afirmação vem num contexto em que o autor critica as relações socioespaciais, que têm como pilar o atual modo de produção capitalista.

Nos locais onde o turismo é o meio de sobrevivência da maior parte da população, as relações socioespaciais apresentam contradições que se manifestam dentro de um contexto no qual a ideia de se mostrar aquilo que é considerado “turístico” como belezas naturais, diversidade cultural e o espírito

hospitaleiro exigido pelos agentes hegemônicos do turismo como uma vantagem competitiva, encobrem os reais problemas enfrentados pelas pessoas do lugar. É preciso então questionar esse paradoxo: o turismo que, na teoria e numa visão romantizada da realidade, se propõe a ser a solução para o problema das desigualdades sociais, gerando empregos e distribuindo renda e, o turismo que na prática traz muito pouco ou nenhum benefício para a população residente no local, servindo apenas como uma fonte de acumulação capitalista e contribuindo para o aumento das desigualdades.

Hall (2004) coloca a importância do estudo do turismo, não só pela quantidade de pessoas que viajam ou pelos seus impactos econômicos, mas pelas transformações que a atividade causa na vida das populações de áreas onde a atividade é implantada, e nas localidades onde ela é explorada. Isso ocorre, segundo o autor, pelas influências exercidas pelo mundo pós-moderno e pelo fluxo turístico no cotidiano das pessoas que vivem em localidades turísticas. As transformações mencionadas são de ordem econômica, social, cultural e também estão relacionadas diretamente com a dinâmica e mudanças nas formas urbanas.

Diante dos fatores expostos se vê a necessidade de um estudo que, a partir de uma localidade na qual o turismo vem crescendo nas últimas décadas, apresente as principais transformações que ocorrem na vida dessas pessoas e que busque desmistificar uma realidade nem tão próspera e repleta de contradições.

A localidade escolhida como recorte de pesquisa é o município de Cairu, localizado na região do Baixo Sul da Bahia em uma área estuarina. Corresponde a um arquipélago constituído por 26 ilhas, dentre as quais três habitadas: Cairu, onde está localizada a sede municipal; Tinharé, a maior ilha do município e onde está localizada a vila de Morro de São Paulo, um dos principais destinos turísticos do Estado da Bahia; e Boipeba, onde se situa a vila de Boipeba, que vem tendo a sua atividade turística intensificada nos últimos anos, conforme observado em depoimentos coletados durante a pesquisa.

Apesar de não existirem estatísticas atualizadas da Secretaria de Turismo do Estado relacionadas a fluxo de turistas por município, pode-se afirmar que Cairu é um dos maiores destinos turísticos do estado em termos

quantitativos, com base em diversos argumentos: a) Estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2010), apontam Cairu como o quarto maior destino receptor do Turismo Internacional na Bahia, atrás apenas de Salvador, Porto Seguro e Mata de São João; b) O município de Cairu, desde 2009, passou a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cidades históricas. Estão previstos R\$ 34 milhões em investimentos entre 2010 e 2013, para um total de 25 ações (BRASIL, 2010); c) Dos 10 projetos que estão em execução na região denominada pelo Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste (Prodetur-NE) no Polo Litoral Sul, 3 estão sendo realizados especificamente em Cairu e há ainda mais 1 projeto que é comum aos 14 municípios da região¹ no qual estão sendo investidos R\$ 2,6 milhões. Em um dos projetos, o de “requalificação urbanística de Morro de São Paulo” estão sendo investidos R\$ 3,2 milhões, financiados com recursos do Prodetur e executados pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder); d) também estão sendo investidos mais R\$ 2,8 milhões na restauração da Fortaleza de Morro de São Paulo, numa parceria entre o Governo do Estado, a Fundação Norberto Odebrecht e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul (IDES), e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e) Cairu concentra 5% do total dos meios de hospedagem existentes entre os 417 municípios da Bahia conforme apontam dados da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), que variam dos hotéis econômicos aos *resorts* conforme será abordado mais adiante, o que demonstra uma alta capacidade de receber turistas; f) Por fim, além de Morro de São Paulo, o município possui outras localidades que estão se consolidando como destinos turísticos importantes, sendo Boipeba a mais famosa, seguida por Gamboa do Morro, Moreré e Garapuá.

A cidade de Cairu, sede administrativa do município, foi incluída neste estudo no intuito de que seja realizada uma comparação na dinâmica urbana das três localidades em questão: Morro de São Paulo, considerado o portal de entrada dos turistas no município, que tem uma atividade intensiva durante grande parte do ano; Boipeba, que está começando a se consolidar como

¹ Cairu, Camamu, Canavieiras, Igrapiúna, Ilhéus, Itacaré, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Santa Luzia, Taperoá, Una, Uruçuca e Valença.

destino importante na Bahia e ainda desenvolve um turismo mais concentrado na alta estação; e Cairu, que apenas recebe os visitantes que se hospedam nas outras ilhas em um roteiro turístico estruturado, chamado de “volta à ilha”. Ainda no caso da cidade de Cairu, esta localidade não desenvolve a atividade de forma intensiva apesar de apresentar um potencial, principalmente para o turismo cultural.

O potencial para o turismo cultural é pouco conhecido, pois as praias são o principal referencial turístico do arquipélago. No entanto, o município, que acaba de completar quatro séculos, é um dos mais antigos do Brasil, e além de cultivar antigas tradições, especialmente na cidade de Cairu, ainda tem o seu centro histórico preservado com casarões antigos e o Convento de Santo Antônio, construído no século XVII. Mesmo a vila de Morro de São Paulo, famosa pelas praias, abriga monumentos históricos como a Fortaleza, construída com a fundação da antiga vila que tinha como função a defesa do território. Como citado anteriormente, a vocação histórica do município, especialmente da cidade de Cairu, se confirma pela sua recente inclusão no PAC - Cidades Históricas do Governo Federal. Na seção 2 será realizada uma caracterização mais detalhada das três localidades estudadas.

Diante do crescimento da atividade turística no local, a população, sem dinheiro para competir com novos investimentos e sem qualificação para trabalhar nos novos empreendimentos, acaba não se inserindo nesse processo em decorrência do crescimento da atividade em detrimento de outras pré-existentes.

Considerando os argumentos citados e o tema de pesquisa proposto, serão tomadas como ponto de partida para desenvolvimento dos estudos as seguintes questões: o modelo de turismo implantado no município tem beneficiado a população local? De que forma os agentes sociais envolvidos na gestão da atividade turística local vêm lidando com essas transformações? Como vem se dando, nas áreas turísticas do município de Cairu, o processo de produção do espaço e a apropriação do território em decorrência da inserção do turismo no contexto modo de produção capitalista?

A escolha do tema e do recorte de pesquisa justificam-se pela necessidade local de se compreender o processo da especulação que transforma o lugar, atraído pelas redes que envolvem principalmente a

atividade turística e os conflitos dela decorrentes. Enxergando um potencial para fazer do turismo uma forma de obter lucro, muitas pessoas comumente de fora passam a viver e constituir novas empresas para servir a atividade. Vale ressaltar que por especulação, entende-se o processo no qual os agentes capitalistas criam formas de supervalorizar bens e serviços, o que provoca uma elevação geral nos preços, aumentando assim, o custo de vida da população.

Em síntese, como objetivo geral da pesquisa, estudou-se, dentro da perspectiva da implementação do turismo no município, as principais contradições e a manifestação de conflitos de ordem social e espacial que, mesmo originados por fenômenos em escala nacional e global, se revelam localmente.

Como objetivos específicos, cita-se: entender as principais transformações sociais ocorridas ao longo desse período em que o turismo passa a ser a principal atividade econômica; analisar a participação dos agentes locais no processo de planejamento municipal e na gestão da atividade turística no município; compreender como vem se dando o processo de produção do espaço após a implementação da atividade turística, estudando as transformações ocorridas, do ponto de vista das relações e da dinâmica territorial.

1.1. ETAPAS DA PESQUISA

Inicialmente, foi realizada a pesquisa bibliográfica com a intenção de identificar autores que dessem conta das inquietações que a pesquisa propõe. Por ser um trabalho multidisciplinar, buscou-se autores especificamente de três áreas distintas do conhecimento para que se estabelecesse um diálogo, nesse caso específico entre a Geografia, o Turismo e a Sociologia.

Dentre os principais conceitos trabalhados estão o de redes e o de lugar. A ideia é a de mostrar como o desenvolvimento tecnológico, especialmente das redes de transporte e telecomunicações, difundiu a informação, reduziu as distâncias, comprimindo o tempo-espaço conforme a perspectiva de Harvey, e facilitou os deslocamentos por todo o mundo. Um fruto do meio técnico-científico-informacional, conforme denomina Milton Santos, no qual a união da técnica, da ciência e da informação permitiu o processo de globalização.

A globalização reduziu as distâncias, integrou o mundo, mas também acentuou as disparidades sociais. A construção da fábula da globalização destacada por Milton Santos (2008b, p.18), definida pelo “mundo tal qual nos fazem crer”, apresenta uma realidade mascarada onde na perspectiva de Zygmunt Bauman (1999, p.7) “há mais coisas do que se pode apreender”, referindo-se às questões humanas que envolvem a globalização e as consequências sociais desse processo. As relações espaciais são cheias de contradições, conforme também apresentam os estudos de Henri Lefebvre.

O turismo, enquanto prática social capitaneada pelo modo de produção capitalista apresenta as suas contradições, espalhando uma fábula e apresentando uma realidade diferente da que é prometida pelos governantes, que apresentam o turismo como prática de inclusão social nos seus discursos. Essa visão é estudada por autores como Luzia Neide Coriolano, Adyr Balastrieri Rodrigues, Eduardo Yázigi e Rita Ariza da Cruz. Um turismo mais humanizado é proposto por Jost Krippendorf (2003, p.134) quando ele afirma que precisamos não “de viagens diferentes, mas de pessoas diferentes. Somente uma outra sociedade e outras condições de vida produzirão um outro turista. Uma sociedade doente não pode produzir um turista sadio”. Ele se refere à sociedade materialista em que vivemos, na qual o ser humano é deixado de lado em favor das questões econômicas.

Alguns estudos sobre o município e sobre as localidades turísticas de Cairu já foram realizados anteriormente, porém não com o mesmo olhar e com as mesmas questões que são de abordadas aqui. Contribuições como as de Luciana Cristina Teixeira de Souza (Geografia – UFBA), Thaís dos Santos Vinhas (Cultura e Turismo – UESC), Rosana Decat França (Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – UCSAL) e Julien Marius Reis Thévenin (Geografia – UFS) foram de fundamental importância na elaboração deste trabalho.

Em relação ao recorte temporal, optou-se por realizar um trabalho que retratasse quase que em sua totalidade o período atual, porém, em alguns momentos, para efeito de comparação, são realizadas menções a períodos que remetem às décadas de 1950 em diante.

1.1.1. Pesquisa de Campo

Para desenvolver o trabalho foi adotado o Estudo de Caso, com a realização da pesquisa a partir de um recorte local, o município de Cairu, priorizando os distritos e povoados que possuem uma atividade turística mais intensa. Em partes da dissertação, é utilizado o procedimento comparativo em que a cidade de Cairu, sede municipal, é comparada com localidades turísticas do mesmo município. Conforme já explicitado anteriormente e também será melhor detalhado ao longo deste trabalho, as localidades em estudo apresentam diferentes níveis de inserção da atividade turística.

Para tratar do tema em questão, o Estudo de Caso se fez como a melhor opção dentre os procedimentos de pesquisa. A sua utilização é sugerida por Yin (2010, p.24) nos casos em que as questões de pesquisa “procuram explicar alguma circunstância presente” e quando se faz necessária uma descrição ampla de algum processo ou fenômeno. De acordo com Gil (2002, p.141) “em termo de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois se vale tanto de *dados de gente* quanto de *dados de papel*”. Para o autor, o fato de o estudo de caso permitir a utilização de diversas técnicas simultaneamente, o torna mais complexo. Diante disso, se fez necessário neste trabalho, a utilização de diferentes técnicas dentre as quais se destacaram principalmente aquelas de caráter qualitativo, com algumas questões que demandassem técnicas que permitissem a quantificação de alguns dados. Foram utilizadas como principais técnicas nesta pesquisa: observação, entrevistas, formulários e análise de conteúdo.

Ainda com relação às técnicas de pesquisa utilizadas, o primeiro passo foi a pesquisa indireta através do levantamento bibliográfico e documental principalmente de publicações, planos e projetos locais como o Plano Diretor do Município, o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA - Tinharé-Boipeba e o Plano Cairu 2030 – que define as diretrizes do planejamento a longo prazo.

Para a pesquisa direta, foram divididos segmentos de pesquisa e as técnicas adotadas ocorreram de acordo com as necessidades avaliadas para cada agente. Em cada segmento foram utilizadas técnicas diferenciadas, mais adequadas para o levantamento de dados. Considerando-se que para estudos

exploratórios admite-se um nível de 90% de significância (MARCONI; LAKATOS, 2007), procurou-se para algumas questões que necessitavam de quantificação, a obediência às normas estatísticas que definem uma amostragem mínima. Segundo Gil (2002), para que se obtenha um coeficiente de confiança de 95,5% com margem de erro de 10% para mais ou para menos, em um universo de aproximadamente 8.000 pessoas, como ocorre no caso deste estudo com a soma da população de Cairu, Morro de São Paulo e Boipeba, é necessária uma amostra de 99 pessoas abordadas. Foram abordadas na pesquisa, um total de 222 pessoas divididas em diferentes segmentos. Conforme é possível verificar nos apêndices A, B, C, D e E, algumas questões foram comuns a todos os segmentos, a exemplo da naturalidade, localidade onde vivem e há quanto tempo vivem no município. Outras são comuns a dois ou três segmentos entrevistados e de caráter qualitativo. A seguir, estão relacionadas as técnicas que foram empregadas para a realização da pesquisa, destacadas por segmento:

a) População local – Foram aplicados 70 formulários com perguntas abertas e fechadas em Morro de São Paulo de forma aleatória, ver apêndice B, sendo que alguns foram aplicados nos centros e em áreas movimentadas dos bairros populares. Com a mesma metodologia, foram aplicados 65 formulários em Boipeba e 15 em Cairu, perfazendo um total de 150 formulários. Também foram realizadas quatro entrevistas narrativas com pessoas que vivem no município há mais de 30 anos, sendo duas em Morro de São Paulo, uma em Boipeba e uma em Cairu (ver apêndice E). O objetivo das entrevistas narrativas foi o de entender a historicidade do turismo no local e as principais transformações ocorridas no cotidiano ao longo do processo de consolidação da atividade;

b) Organizações do setor voluntário – Aplicação de formulário com questões abertas e fechadas, conforme mostra o Apêndice A, a 28 pessoas sendo: uma responsável por organização não-governamental, seis líderes religiosos e 21 líderes locais e/ou responsáveis por associações de profissionais e de moradores, com o intuito de relacionar quais são e o papel de cada uma delas dentro da sociedade e como eles veem as relações territoriais estabelecidas em função do turismo. Dos 28 formulários, cinco foram aplicados entre líderes comunitários da cidade de Cairu, 15 na vila de Morro de

São Paulo e oito na vila de Boipeba. Quinze dessas conversas foram gravadas e respostas de doze desses entrevistados utilizadas na fundamentação da análise qualitativa. Algumas entrevistas não foram gravadas, pois em seis casos os entrevistados não permitiram e nos casos restantes houveram falhas no equipamento de gravação, porém os dados necessários na análise quantitativa foram anotados nos formulários, permitindo a realização desta parte da análise. A pesquisa de campo em Morro de São Paulo foi realizada com representantes indicados pelos próprios membros da população e pelo cadastro de associações disponibilizados pela Secretaria Municipal de Turismo. Foram entrevistadas todas as associações que representam a população e que estão cadastradas pela secretaria de turismo, o que totalizou 11 formulários, além de um representante da Igreja Católica, dois moradores indicados por outros moradores como lideranças locais apesar de não fazerem parte de associações, e uma artista que faz trabalhos voluntários com as crianças de Morro de São Paulo, perfazendo um total de 15 formulários. Foram procurados representantes de duas Igrejas Evangélicas, porém no período da pesquisa, eles não foram encontrados. Em Boipeba foram realizadas um total de oito entrevistas, sendo seis associações, um representante da Igreja Católica e um da Igreja Batista. Em Cairu, os cinco formulários foram aplicados em associações;

c) Empresas de turismo – Coleta de dados através da aplicação de formulários (apêndice C), nos diversos segmentos empresariais. De acordo com Silva (2000), quanto à indústria, as empresas turísticas são compostas pelas seguintes atividades: meios de hospedagem, agências de viagem e operadoras, transportadoras, guias de turismo, atração, e recreação. Foram aplicados 22 formulários em Morro de São Paulo, 12 em Boipeba e quatro em Cairu, perfazendo um total de 38 empresários entrevistados apenas do setor de turismo, considerando que são 394 empresas de todos os setores cadastradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Também foram realizadas pesquisas na internet, com o intuito de verificar a inserção das empresas turísticas na rede mundial de computadores;

d) Setor público – Realização de entrevistas com autoridade de turismo municipal, neste caso a Secretária de Turismo e o Superintendente de Administração de Morro de São Paulo (apêndice D), com a finalidade de

verificar as formas de atuação e diretrizes estabelecidas para o turismo local. Atualmente, a estrutura administrativa de Cairu é composta por cinco secretarias: a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Trabalho, Esporte e Ação Social, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável e a Secretaria Municipal de Turismo. A Secretaria de Turismo é a única que não está localizada na cidade de Cairu, mas na vila de Morro de São Paulo, contando com um posto avançado e de informações em Cairu.

Com o intuito de realizar uma comparação nos preços dos imóveis de Salvador e do município de Cairu, também foi realizada uma pesquisa no caderno de classificados do Jornal A Tarde, nos dias 23 de janeiro, 11 e 25 de fevereiro de 2010, e uma pesquisa simultânea nos *sites* de imobiliárias de Morro de São Paulo e Boipeba. Foi feita uma comparação de valores entre imóveis de tamanhos similares para que seja possível ter uma ideia dessa valorização visto que não se dispõe de informações sobre os valores de imóveis antes da implementação do turismo nas localidades.

Além da introdução e da conclusão, este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo (seção 2), discute-se o desenvolvimento da atividade turística nas últimas décadas, considerando a influência das redes e da globalização sobre os lugares, inclusive no município pesquisado.

O segundo capítulo (seção 3) discute as transformações sociais ocorridas ao longo do processo de incremento da atividade em Cairu e como os agentes sociais vêm lidando com essas transformações.

O terceiro capítulo (seção 4) mostra como se dá o crescimento urbano no local após a implementação do turismo enquanto principal atividade econômica do município em estudo e suas principais implicações. Os aspectos referentes à produção do espaço em função da atividade e do bem-estar do turista são o foco do capítulo.

2. A ATIVIDADE TURÍSTICA ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

O turismo é uma prática que, apesar de antiga, emerge como atividade econômica significativa no contexto mundial a partir da segunda metade do século XX, no contexto do meio técnico-científico-informacional. Este é conceituado por Santos (1998, p. 44-45) como “um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação”. Segundo ele, é aí que as atividades hegemônicas se desenvolvem, fazendo com que “determinados lugares se tornem mundiais”.

Considerando a sua escala global, Rodrigues (2006, p.297) afirma que a atividade turística pode ser considerada “como um dos elementos fundamentais da globalização, estando subordinado aos atores hegemônicos que capitaneiam a economia global”. Essa característica, ainda segundo a autora, faz com que turismo assuma uma grande importância no modo de produção capitalista.

Não é necessário ser um estudioso da teoria marxista para perceber que o modelo de acumulação está presente de maneira intensiva na prática do turismo. Em primeiro lugar, nesta atividade, os elementos que compõem o espaço são apropriados pelos agentes capitalistas para serem comercializados. Vale ressaltar, em segundo lugar, que não estamos reduzindo o espaço a um produto e sim o considerando relacionado a um contexto mais complexo que envolve a reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 2008b).

O turismo é caracterizado por uma série de acontecimentos que se dão “na escala e na efervescência da vida nos lugares” (CRUZ, 2006, p. 338). Esses acontecimentos são decorrentes da chegada de distintos grupos de diferentes culturas que se integram à população. O fato de haver a integração não quer dizer necessariamente que esse processo ocorra de maneira equitativa, beneficiando a todos.

Após a inserção do turismo nesse modelo de acumulação, localidades cada vez menores e que, há menos de meio século, eram inexistentes para a quase totalidade da população mundial entram no circuito da movimentação

internacional de pessoas e passam a concentrar novas formas de exploração de capital e de trabalho.

Pretende-se, neste capítulo, apresentar o turismo dentro de uma abordagem na qual a prática da atividade deixa de ser o simples ato de satisfação de necessidades do ser humano, mas, conforme trata Coriolano (2006b, p. 369) “um processo histórico e dialético resultante das relações sociais de produção”.

2.1. TRABALHO VERSUS LAZER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Segundo a OMT (2003, p.22) as bases para a atividade foram criadas a partir da Revolução Industrial: “as mudanças sociais provocadas pelas transformações no trabalho, levaram à expansão de uma classe média, a um aumento do tempo livre”. Este tempo livre passou a ser cada vez mais valorizado em função da longa jornada de trabalho que as pessoas enfrentavam.

Ao discorrer sobre a teoria marxista, Padilha (2000) coloca que a partir do momento em que o trabalhador toma consciência de que o trabalho excedente proporciona a mais-valia absoluta para o capitalista, se iniciam as lutas entre essas duas classes. Após séries de reivindicações em países da Europa pelas férias remuneradas que se iniciaram na Grã-Bretanha, lutas que duraram décadas, os trabalhadores conquistaram direitos como a redução da jornada de trabalho, as folgas e as férias remuneradas. Não tardou para os agentes capitalistas apostarem em novas formas de consumo para essa classe média que começava a emergir a partir da criação de alternativas de lazer e de turismo. Estava dado o primeiro passo para o advento do turismo de massa.

O tempo livre passa a ser considerado uma necessidade e, conseqüentemente, objeto da criatividade capitalista na busca de novas alternativas para a extração da mais-valia. O lazer se transformou não só em necessidade básica, mas em um direito do cidadão, com a consolidação das legislações trabalhistas por todo o mundo, especialmente na Europa e nas Américas.

De acordo com Coriolano (2006a, p.21), a “exaltação exacerbada do trabalho, fez surgir o tempo livre e o lazer. E assim, não há como afastar a

análise do turismo do mundo da produção e das contradições do modelo produtivo vigente.” No início do século XX, o trabalho industrial dominava as esferas da produção capitalista. Os trabalhadores eram forçados a suportar horas de trabalho para manter um sistema que sempre teve na acumulação a sua principal forma de sustentação.

A jornada de trabalho era exaustiva, visto que o tempo de descanso era considerado pelos capitalistas como tempo de produção perdida. Assim, “a labuta iniciava ao alvorecer e terminava quando a luz do dia faltava” (CAMARGO, 1992, p. 35). Ainda segundo Camargo, não havia tempo para que os trabalhadores satisfizessem suas necessidades de lazer e convivência familiar visto que só lhes sobrava o tempo do sono. Naquele tempo a jornada de trabalho era de 16 horas por dia, todos os dias por semana, com raros dias de folga. A vida ativa para o trabalho se iniciava aos 10 anos e ia até a morte (CAMARGO, 1992, p. 39). “De toda forma, o capitalismo selvagem nascente reproduzia a mesma relação existente no feudalismo entre o trabalho escravo e o ócio aristocrata.”

Surgiram os primeiros movimentos grevistas e manifestações contra a extensa e cansativa jornada de trabalho. Com o tempo, esses movimentos resultaram, por todo o mundo na redução da jornada e na criação de legislações trabalhistas. Essa redução viria a beneficiar a própria indústria de bens de consumo. Não adianta produzir tanto e pagar os salários dos trabalhadores, se eles não têm tempo para consumir o que é produzido.

O lazer corresponde à ocupação de uma parte do tempo, liberando periodicamente do trabalho, seja num fim de semana, nas férias ou na aposentadoria. Então, baseando-se nessas conceituações, pode-se afirmar que não há lazer se não há trabalho ou qualquer outra obrigação, ou seja, a libertação das obrigações é uma condição para o lazer. (PADILHA, 2000, p.60)

Aí está a relação dialética entre o trabalho e o lazer na era industrial: apesar das contradições que envolvem essa relação, um não existe sem o outro. É certo que antes da Revolução Industrial as pessoas tinham suas atividades de lazer devido a um maior tempo ocioso que segundo Boyer (2003, p. 97) se traduziam em dias mais “ligados aos ritmos da Natureza e uma grande quantidade de Festas impostas pelas comunidades tradicionais”. Nesse período, ainda segundo o autor, a elite afirmava sua diferença realizando

práticas como as “migrações turísticas sazonais”. A proliferação das máquinas e a busca pela mais-valia aumentou o trabalho e diminuiu o tempo livre dos trabalhadores. As formas de lazer, então, foram mudando e passaram a ser comercializadas, chegando ao ponto em que é necessário trabalhar para poder ter dinheiro e pagar o descanso.

A atividade turística é uma prática relativamente antiga, porém só a partir do século XX contou com a sua fase de maior crescimento. Sobre a história do turismo comercial, que Boyer chama de turismo de massa (2003, p. 165), esta é “uma história de trinta anos. O prodigioso ‘boom’ das décadas de 1950-1980 foi preparado pelo mito de 36 e as utopias libertadoras que haviam deslocado para o lazer as esperanças do fim do século 20” (BOYER, 2003, p.165).

Ao citar o mito de 1936, o autor se refere ao movimento que culminou na lei que regulamentou as férias remuneradas na França naquele ano. Inaugurou-se assim, um período no qual os governos totalitários da Europa passaram a incentivar viagens e o lazer dos trabalhadores durante as férias, como forma de fazer circular o dinheiro dentro do país. De acordo com Ouriques (2005), como o sentido da existência do trabalhador está na auto-reprodução do capital, o fato de ele exercer qualquer atividade de lazer é uma espécie de preparação física e mental para que ele continue existindo enquanto força de trabalho. Isso ajuda a explicar as ações dos governos que buscavam incentivar as atividades de lazer e de turismo.

Apesar destas tentativas, foi após a Segunda Guerra Mundial que o turismo passou a ganhar força enquanto atividade econômica. Theobald (2001, p. 27) coloca que:

O advento do turismo de massa começou na Inglaterra durante a Revolução Industrial, a ascensão da classe média e o advento de meios de transporte relativamente baratos. A criação das linhas aéreas comerciais, depois da Segunda Guerra Mundial, e a evolução dos aviões a jato na década de 1950 assinalaram o rápido crescimento e a expansão das viagens internacionais.

Entende-se por turismo de massa aquele que surge com o aumento do tempo livre da classe trabalhadora, aliado à expansão tecnológica e das redes mundiais de informação, que facilitou a movimentação financeira e o fluxo de pessoas em um menor espaço de tempo por cada vez mais lugares.

O desenvolvimento das redes de transportes e telecomunicações foi fundamental. “A publicidade, o rádio e a televisão, agindo sobre o tempo livre,

condicionam as massas e suscitam vontades que logo são percebidas como necessidades.” (BOYER, 2003, p.149-150)

Essa necessidade percebida passou a se constituir num direito, a partir da Conferência de Manila em 1980, expresso na Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial:

the right to access to holidays and to freedom of travel and tourism, a natural consequence of the right to work, is recognized as an aspect of the fulfilment of the human being by the Universal Declaration of Human Rights as well as by the legislation of many States. It entails for society the duty of providing for its citizens the best practical, effective and non-discriminatory access to this type of activity. Such an effort must be in harmony with the priorities, institutions and traditions of each individual country.² (OMT, 2010, p.2)

A “roda da fortuna” capitalista começou, então, a girar de forma mais rápida e mais proveitosa para os seus agentes hegemônicos permitindo assim, conforme Krippendorf (2003, p.29), o “ciclo mágico” em que “mais produção proporciona mais trabalho – mais trabalho proporciona mais receita – mais receita permite mais consumo – mais consumo necessita de mais produção”. O mesmo autor discute que a própria sociedade forneceu os subsídios para o incremento do turismo enquanto atividade econômica a partir do momento em que aumentou os salários e, simultaneamente, proporcionou mais tempo livre para as pessoas.

A facilidade de deslocamento associada a uma mídia atuante em favor do capitalismo fizeram do turismo a denominada “indústria sem chaminés” apesar de fazer parte do setor de serviços. Indústria devido a sua grandiosidade em termos numéricos: em 2008, foram 922 milhões de turistas internacionais em todo o mundo, o que equivale a quase um sétimo da população mundial, que gastaram U\$ 944.000 milhões (OMT, 2009). Ressalta-se que estes números não refletem a movimentação do turismo doméstico nos países, o que elevaria consideravelmente os números citados. Molina (2005, p.21) complementa que outro argumento para se chamar o turismo de indústria está no fato de que “exploram-se recursos naturais que se combinam com

² O direito de acesso às férias e a liberdade de viagens e turismo, uma consequência natural do direito ao trabalho, é reconhecido como um aspecto para a realização do ser humano pela Declaração Universal dos Direitos Humanos bem como pela legislação de muitos países. Isso implica no dever de a sociedade oferecer a seus cidadãos a melhor prática, o acesso efetivo e não discriminatório a esse tipo de atividade. Tal esforço deve ocorrer em harmonia com as prioridades, costumes e tradições de cada país. (tradução nossa)

outros insumos, que também se transformam e finalmente são oferecidos como produto (serviço) padronizado a uma demanda”. O termo “sem chaminés” remete ao fato de a atividade teoricamente ser menos destrutiva e poluidora. Mas será que isso ocorre de fato? Esta será uma questão abordada nas seções 3 e 4 deste trabalho.

2.2. LUGARES DO MUNICÍPIO DE CAIRU NO CONTEXTO DO CRESCIMENTO DO TURISMO

O município de Cairu é um dos locais que passaram a ser inicialmente frequentados por veranistas e atualmente, com as relativas melhorias no sistema de transportes é um dos destinos mais procurados da Bahia. Suas praias recém “descobertas” pelos agentes do turismo já possuem uma ocupação datada de alguns séculos atrás.

Uma Carta de Pero Lopes de Sousa que acompanhava seu irmão Martim Lopes de Sousa, em missão colonizadora, registra a passagem pela Ilha de Tinharé, no ano de 1531, conforme relata Risério (2003).

Em 1537, Francisco Romero iniciou a povoação de Morro de São Paulo. Romero era o capitão-mor da capitania que teve a localidade como sede durante alguns anos, tendo sido transferida para Ilhéus anos mais tarde (RISÉRIO, 2003). As vilas de Cairu e Santo Antônio de Boipeba foram fundadas em 1565 com o intuito de povoar as ilhas com moradores brancos.

Registros históricos comprovam que a história do município de Cairu se confunde com a história do Brasil. Um dos municípios mais antigos do país, com fundação datada de 1610, Cairu completou 400 anos em 2010. Historicamente a Ilha de Tinharé, especificamente Morro de São Paulo, exercia a função de defesa do Território Nacional, devido a sua localização em área considerada estratégica pelas Forças Armadas. Morro de São Paulo foi sede da Capitania de São Jorge dos Ilhéus conforme relata Vinhas (2007) até a fundação da cidade que levou o mesmo nome da capitania, para onde foi transferida a nova sede.

As belezas naturais existentes no município, associadas a uma gradativa melhoria nos meios de transporte e nos acessos ao local, começaram a atrair pessoas de todo o mundo. Localizado a uma distância de 308 km de Salvador,

o município de Cairu está nas coordenadas 13°28'0" de latitude e 30°02'0" de longitude. Faz limite com os municípios de Valença, Taperoá, Nilo Peçanha e com o Oceano Atlântico conforme verifica-se na Figura 1, a seguir. Ocupa uma área de 452,9 m² e sua população é de 13.720 habitantes (IBGE, 2007). O município arquipélago de Cairu é caracterizado por uma grande densidade de manguezais que marcam presença em parte da sua extensão. Único município arquipélago do Brasil banhado por águas fluviais e marítimas, Cairu é entrecortado por canais estuarinos na sua contracosta e é marcado por praias calmas nas áreas de foz de rio e de recifes de coral.

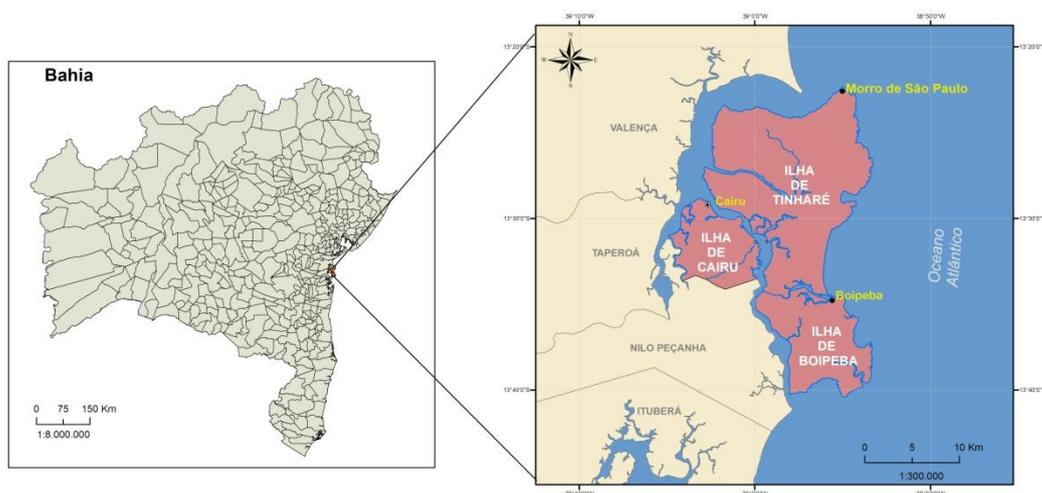


Figura 1: Mapa de Localização

Fonte: IBGE, 2005; CPRM, 2003. Adaptado pela autora.

O município insere-se na bacia do Rio Jiquiriçá, na foz de diversos cursos de água (BID, 2006). As águas que envolvem as ilhas sofrem influência das marés, portanto são salobras e não podem ser utilizadas para consumo.

As suas características naturais, aliadas a um clima tropical úmido com temperatura média anual de 25,3° (BAHIA, 2001) faz com que a localidade reúna condições altamente favoráveis para o turismo durante a maior parte do ano, visto que os períodos de chuva se concentram apenas entre os meses de abril e julho (SANTOS, 2002).

No caso de Cairu, a atividade começou a se estabelecer a partir do final da década de 1970, início da década de 1980, especificamente em Morro de São Paulo, quando o poder público estadual passou a investir no turismo em

diversas regiões da Bahia, começando entre outras localidades, pelo município de Valença na Costa do Dendê. Cairu passou então a ser um destino procurado pelos turistas que se hospedavam em Valença, visto a proximidade entre os dois destinos. O turismo passou a ser a principal atividade econômica do município que antes tinha como principal fonte de renda a atividade agrícola e a extrativista conforme observa Risério:

Na década de 50, quando alguém mencionava a economia de Cairu, o que vinha à cabeça, automaticamente, eram a velha extração de piaçava e as plantações de coco, ao lado de algum artesanato que se fazia no Morro de São Paulo e na bela Gamboa. Hoje, diversamente, ninguém é capaz de dissociar Morro e turismo. (RISÉRIO, 2003, p.228-229).

Em Cairu foi montada uma infraestrutura própria para o turismo e na década de 1990 a atividade foi se expandindo para outras localidades como é o caso de Boipeba. Atualmente já começa a se disseminar também em outras localidades como Moreré, na ilha de Boipeba, Garapuá e Gamboa na ilha de Tinharé.

Desde 2007, quando se iniciaram as atividades de exploração de gás natural no Campo de Manati, nas proximidades de Cairu, esta tem sido a atividade com maior percentual de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do município. O PIB municipal está dividido da seguinte forma: R\$ 13,58 milhões vem do setor agropecuário, R\$ 331,57 milhões da indústria e R\$ 32,84 do setor de serviços. Para que se tenha uma ideia da dimensão desse crescimento em virtude do início das operações da Petrobras, o setor industrial, em 2006, contribuiu com R\$ 4,53 milhões de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI, 2010). O fato de não haver uma participação direta da população na forma de trabalho, no caso da plataforma de Manati, faz do turismo uma atividade ainda de grande importância, visto que a exploração de gás natural tem data para encerrar. São 20 anos de licença para exploração na área.

Por ser um município arquipélago que ainda apresenta um sistema de transportes sem infraestrutura para que a população circule dentro do próprio município, as transações comerciais costumam ser realizadas na cidade de Valença. O fato de em Cairu não haverem clínicas e/ou hospitais deixa a população ainda mais dependente dos serviços de Valença, e nos casos mais

graves, os pacientes deslocam-se até Salvador. São oito estabelecimentos de saúde espalhados pelas ilhas, todos municipais (IBGE, 2010).

O sistema de educação conta com 25 escolas de ensino fundamental, seis de ensino médio e 12 de ensino pré-escolar (IBGE, 2010). Entre 1991 e 2000 de acordo com dados dos dois censos, houve melhorias nesse quesito. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da educação em âmbito municipal subiu de 0,434 para 0,708. Apesar disso, censo de 2000 apontou que 34,03% das pessoas com mais de 25 anos são analfabetas e 58,58% das pessoas com 25 anos ou mais possuem menos de quatro anos de estudo.

Entre 1991 e 2000 a cobertura de abastecimento de água aumentou consideravelmente, passando de 14,6% para 71,3% (BID, 2006). A questão do crescimento populacional sem o devido planejamento urbano é um fator de preocupação para os profissionais de saúde. Ainda a partir de dados do Datasus (2000), 32% dos moradores do município não possuem nenhum tipo de instalação sanitária, ao passo que, apenas 1% da população tem acesso à rede de esgoto. Nos outros casos, as moradias dispõem de outros tipos de instalações como fossas sépticas, fossas rudimentares, entre outros. Este cenário propicia a proliferação de doenças infecciosas intestinais pelo fato de parte das residências não possuírem instalações sanitárias ou possuírem instalações precárias. Em se tratando de áreas periféricas, um estudo realizado por Jardim, por exemplo, revelou que 51% das casas do Bairro de Nossa Senhora da Luz, em Morro de São Paulo, não possuem saneamento e que, além disso, “crianças e adultos defecam e urinam em lugares improvisados, como lotes vagos, no fundo de suas residências e em matagais ao entorno do loteamento” (JARDIM, 2008, p.15).

Com relação à atividade turística, o município vem se consolidando enquanto importante destino dentro do estado da Bahia. De acordo com relatório Cairu 2030 (BID, 2006), a taxa média de ocupação hoteleira do município é estimada entre 52,5% e 65%, com uma variação durante o ano, devido à sazonalidade, distribuída da seguinte maneira: de janeiro a março entre 80% e 95% de ocupação; em abril entre 40% e 60%; em maio e junho entre 20 e 25%; em julho e agosto entre 30% e 40%; setembro e outubro, entre

60% e 70%³; novembro e dezembro entre 70% e 85%. O mesmo estudo mostra que o tempo de permanência dos estrangeiros, com nove dias em média, costuma ser maior que a dos brasileiros, que costumam permanecer por cinco dias. A estimativa do número de hóspedes por ano está em torno de 776 mil e 952 mil turistas por ano, considerando o número de pernoites. A pesquisa também não considerou os veranistas, que no relatório são definidos como aqueles que pernoitam em casa própria ou alugada.

A partir da análise de alguns depoimentos e de documentos, é possível caracterizar o desenvolvimento do turismo, na localidade, a partir de uma linha do tempo, a partir da década de 1950, até os dias atuais: na década de 1950, o município era composto por pequenas vilas de pescadores e áreas agrícolas nas quais da extração de dendê e piaçava as famílias retiravam o seu sustento; na década de 1960 surgem os primeiros visitantes, oriundos de cidades próximas, que começaram a comprar terrenos e casas que utilizavam como segunda residência durante o verão (THÉVENIN, 2009); a partir da década de 1970, conforme relatos, chegaram os primeiros *hippies* que viriam a se tornar, segundo os próprios moradores, nos precursores do turismo, especialmente na localidade de Morro de São Paulo; nas décadas de 1980 e 1990, a partir de políticas de promoção realizadas pelo poder público estadual, começam a ocorrer os primeiros investimentos privados e a posterior explosão de empreendimentos turísticos e de apoio ao turismo; após a virada do século, o turismo ainda figura como atividade importante na economia local, porém é superada em geração de receitas pelas operações de exploração de gás natural conforme tratado anteriormente.

Cairu é um município turístico devido às suas características naturais, históricas e culturais que fazem com que ele seja um local rico em possibilidades que passam a ser exploradas pelos agentes da atividade. No anexo A, são apresentados os principais atrativos turísticos de acordo com o Plano Diretor Municipal.

Há duas Áreas de Proteção Ambiental no arquipélago: a APA Tinharé-Boipeba da qual fazem parte as ilhas homônimas; e a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança que abrange a ilha de Cairu.

³ Nesse caso os feriados prolongados que costumam existir nesses meses, contribuem com a elevação da taxa de ocupação

Uma peculiaridade do município, retratada inclusive nos relatórios do Plano Diretor Municipal (CAIRU, 2004), é o fato de existirem distritos e povoados com uma dinâmica territorial mais acelerada do que na cidade de Cairu. Este tema será tratado na seção 4 deste trabalho.

A seguir será realizada uma caracterização das três localidades em estudo.

2.2.1. Morro de São Paulo: o portal de entrada

O nome da vila foi escolhido pelos portugueses devido ao fato de estar situada em uma elevação. A sua fundação se deu em 25 de janeiro, dia de São Paulo. Como foi abordado anteriormente, a história de Cairu tem início com a povoação de Morro de São Paulo que inicialmente tinha uma função militar. Os Relatórios do Plano Diretor Municipal destacam esse importante papel na defesa e a aquisição de características de “núcleo urbano militar” (CAIRU, 2004).

Posteriormente, com o aumento da população e não havendo mais a necessidade de defesa do território, Morro de São Paulo passa a exercer novas funções. No século XVII, a produção de farinha de mandioca passou a ser a principal atividade da ilha de Tinharé, com destaque para Morro de São Paulo, que passa a ter uma função agrícola e extrativista. Mais tarde, a extração de piaçava e a atividade pesqueira viriam a complementar as atividades econômicas mais importantes da localidade até o final do século XX, quando o turismo se transforma na principal fonte de divisas para o município.

Inicialmente a ocupação de Morro de São Paulo se deu na área mais elevadas, onde foram construídos o Farol e a antiga Capela de Nossa Senhora da Luz. Na parte baixa da ilha, se concentravam o porto e as atividades comerciais. Quando a localidade perdeu a sua função militar, que permaneceu forte até o final da II Guerra Mundial, e com o crescimento da população, a parte baixa da vila foi sendo ocupada por novos moradores, veranistas e pelos empresários que começaram a implantar os primeiros equipamentos turísticos e de apoio ao turismo (CAIRU, 2004). Atualmente as áreas elevadas, menos valorizadas, são ocupadas em sua maior parte por moradores nativos e as áreas mais próximas do mar são ocupadas por pousadas, hotéis e moradores

com maior poder aquisitivo, geralmente empresários provenientes dos centros hegemônicos do país e do mundo.

Considerado o portal de entrada dos turistas no município, a vila é dotada de sítios históricos e naturais que lhe conferem uma beleza ímpar, descobertos a partir da década de 1970 com a chegada dos primeiros *hippies* a Morro de São Paulo que abriram assim, caminho para que outras pessoas conhecessem os seus recantos considerados paradisíacos. A chegada dos turistas provocou uma valorização dos imóveis localizados no centro turístico do povoado, inicialmente pela construção de pousadas e restaurantes e depois dos imóveis residenciais, fato que desencadeou algumas questões relacionadas à ocupação sem o devido planejamento e a especulação imobiliária, tema que será tratado mais adiante.

O acesso a Morro de São Paulo pode ser realizado de três formas: direto de Salvador, por meio dos catamarãs que saem diariamente do Terminal Marítimo Turístico, e desembarcam no cais de Morro de São Paulo (Figura 2), transporte que custa R\$ 75,00 por pessoa e leva aproximadamente duas horas para chegar ao destino, sendo quatro opções diárias de horário; ainda saindo de Salvador pode-se optar pelo transporte aéreo, que leva 25 minutos, com aeronaves de pequeno porte, bimotor e monomotor – regular, ou fretado, sendo 4 horários regulares diariamente com preços que variam entre R\$ 225,00 e R\$ 231,00 a depender da empresa contratada - que partem direto do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães e desembarcam na pista de pouso de Morro de São Paulo (Figura 3); outra alternativa são as embarcações que saem do Terminal Marítimo de Valença – localizado no centro da cidade - ou do Terminal Marítimo de Bom Jardim – localizado próximo ao distrito de Guaibim também em Valença. No caso do Terminal Marítimo de Valença, os valores variam entre R\$ 6,00 e R\$ 15,00, a depender do tipo de embarcação, nas quais a viagem pode levar entre 35 minutos e 1 hora e 30 minutos variando também de acordo com o tipo de embarcação e conforme a maré, e de 15 minutos a 1 hora saindo do Terminal de Bom Jardim. Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Turismo do Estado e pela Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas (FIPE) aponta que 96% dos turistas chegam a Morro de São Paulo pelo transporte hidroviário e 4% pelo transporte aéreo⁴.



Figura 2: Cais de Morro de São Paulo
Fonte: Pesquisa de Campo 2009-2010



Figura 3: Pista de Pouso de Morro de São Paulo
Fonte: Pesquisa de Campo 2009-2010

Relatórios elaborados pela Petrobras com a finalidade de realizar os projetos compensatórios devido à exploração de gás natural (PETROBRAS, 2007), apresentam algumas informações relacionadas à quantidade de estabelecimentos. Na época em que foi elaborado o relatório eram 109 meios de hospedagem, sendo 102 pousadas e sete hotéis, totalizando 4.754 leitos. Num período de alta estação, em que as pousadas ficam ocupadas em sua capacidade plena, a população da localidade chega quase a dobrar. Em outro levantamento, realizado pelo Conselho de Administração Participativa (CAP), em 2008 foram catalogados 128 meios de hospedagem, desde os mais econômicos como os albergues da juventude até os *resorts*, 34 barracas de praia, 44 bares e restaurantes, 61 lojas, 13 empresas de prestação de serviços, 3 imobiliárias, 8 *lan houses*, 18 agências de turismo, 11 empresas de lazer e entretenimento e 10 mercados e mini-mercados só em Morro de São Paulo.

A localidade é a única do município onde a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia faz pesquisa de turismo receptivo. Pode-se, portanto, estabelecer um perfil do turista que visita o local a partir da pesquisa realizada em janeiro de 2009, em parceria com a FIPE:

- a) a média de idade dos turistas pesquisados é de 36,6 anos, sendo que 85% deles têm entre 16 e 50 anos de idade, 68% têm nível superior

⁴ Dados fornecidos pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

completo e 56,7% são assalariados. Isso representa um público jovem e com um bom poder aquisitivo, em geral de classe média. Segundo a pesquisa, o tempo médio de permanência é de 5,1 dias e o gasto médio individual na localidade é de R\$ 690,86 e o gasto médio diário individual R\$134,30. Num período de alta estação, em que, por exemplo, haja uma ocupação hoteleira de 80%, a receita total pode chegar a um valor estimado em mais R\$ 510 mil por dia;

b) 95,4% têm interesse nos atrativos naturais (os outros interesses mais citados foram diversão noturna e ecoturismo). Isso é um reflexo da imagem passada pela propaganda realizada desde a década de 80, que coloca as suas praias praticamente como único atrativo turístico local. Esse fato pode ser considerado ao analisar a grande valorização das áreas mais próximas desses atrativos naturais, fato que será abordado na seção 4;

c) Em relação à origem dos turistas, a pesquisa encontrou brasileiros e estrangeiros, distribuídos conforme mostram as Figuras 4 e 5, a seguir. Entre os brasileiros, predominam os turistas da Bahia e da região Sudeste e entre os estrangeiros, a Argentina é o principal centro emissor de turistas. Vale ressaltar aqui que o maior número de argentinos pode ter ocorrido em virtude de a pesquisa ter sido realizada em janeiro quando ocorrem as férias de verão no hemisfério sul.

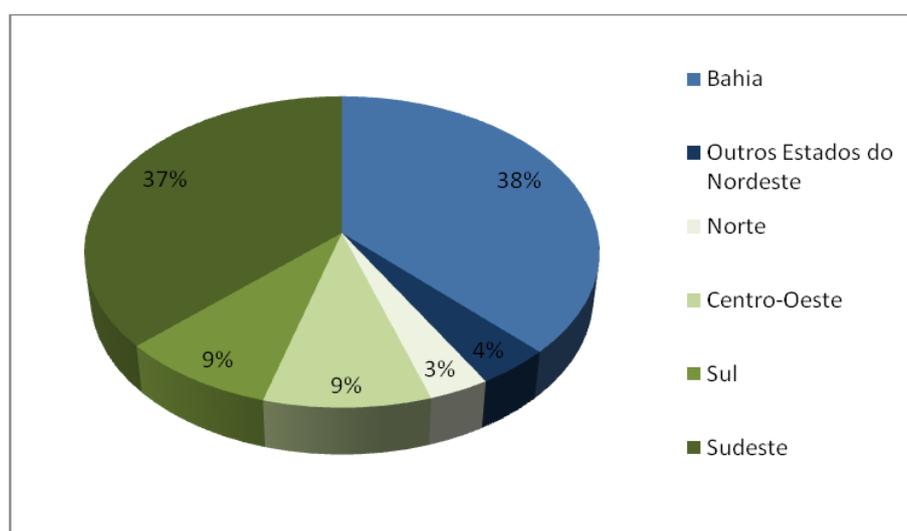


Figura 4: Origem dos turistas brasileiros em Morro de São Paulo
Fonte: FIPE, 2009

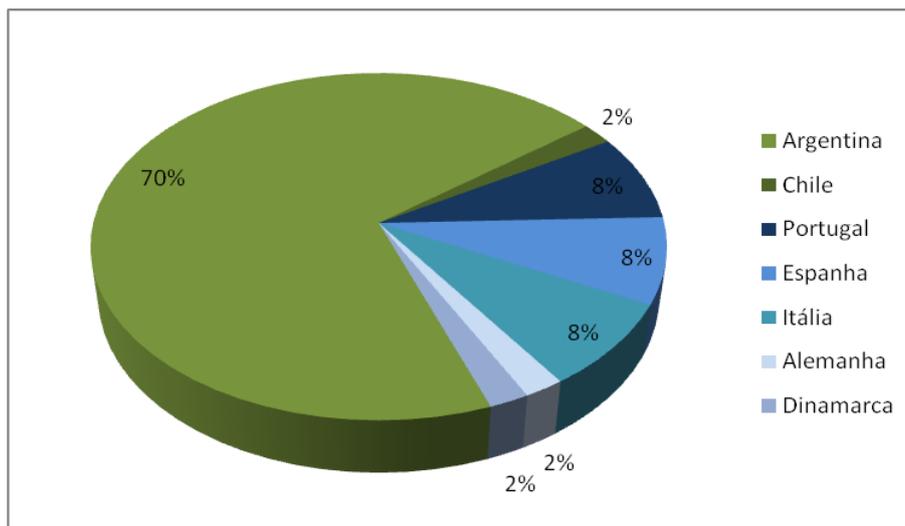


Figura 5: Origem dos turistas estrangeiros em Morro de São Paulo
Fonte: FIPE, 2009

O perfil de preços dos meios de hospedagem reflete essas características de um público mais jovem e em geral de classe média. A Figura 6, a seguir, representa os valores médios dos meios de hospedagem:

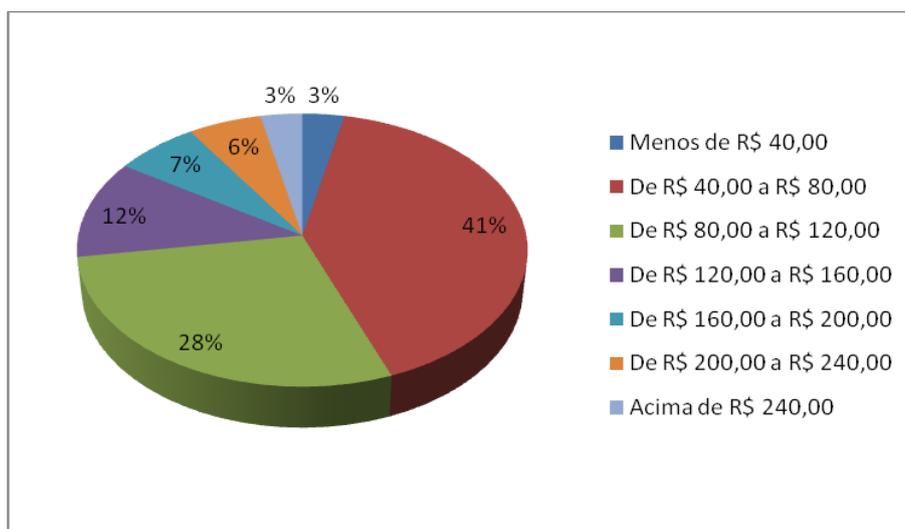


Figura 6: Preços médios de pousadas em Morro de São Paulo
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Cairu, 2009

2.2.2. Boipeba: tentando fazer diferente

A vila de Boipeba, situada no distrito e na ilha de mesmo nome, assim como Morro de São Paulo, teve inicialmente uma ocupação em dois níveis. Na parte alta, se localizava a aldeia jesuítica, e na parte baixa eram exercidas as funções portuária e comercial (CAIRU, 2004). O nome do distrito é uma

derivação do termo *m'boi pewa*, termo tupi que significa cobra de cabeça chata, uma referência às tartarugas marinhas que os antigos moradores acreditavam se tratar da cabeça de uma grande cobra.

Atualmente, a área próxima da praia é também a mais valorizada devido a expansão do turismo e onde se localizam grande parte dos equipamentos e serviços turísticos e de apoio ao turismo. Apesar de o trecho litorâneo estar se consolidando como uma área turística, ainda existem grandes latifúndios como a Fazenda Pontal, que ocupa mais de 3 km do litoral da ilha de Boipeba (BID, 2005).

A localidade apresenta um turismo menos intensivo do que Morro de São Paulo, tendo seus picos de ocupação apenas em datas comemorativas como *réveillon* e carnaval, o que pode ser creditado ao fato de estar mais distante dos centros emissores de turistas da região e pela maior dificuldade de acesso. Este vem sendo incrementado com a inclusão de mais linhas de transporte marítimo desde 2007. A travessia pode ser realizada a partir do Terminal Marítimo de Valença, e do cais da localidade de Torrinhas, na Ilha de Cairu, onde é possível chegar de carro ou de ônibus, devido à ponte construída na década de 1960, que liga a ilha de Cairu ao continente. Direto de Valença, as lanchas rápidas, que levam 1 hora para chegar a Boipeba, custam R\$ 35,00 mais a taxa de embarque. Por Torrinhas, além de carro é possível ir de ônibus que saem em dois ou três horários, a depender do dia da semana e do período do ano. A viagem até Torrinhas leva uma hora e meia, de onde se pega o barco que leva mais uma hora e meia até Boipeba. É possível também chegar com aviões de pequeno porte, em vôos regulares ou fretados. São três horários diários, tanto de ida como de volta, que custam R\$ 340,00 por pessoa e por trecho.

A localidade, segundo a Associação de Moradores e Amigos de Boipeba (AMABO), possui 37 pousadas que estão cadastradas. O perfil de preços dos meios de hospedagem apresenta-se conforme aparece na Figura 7, a seguir:

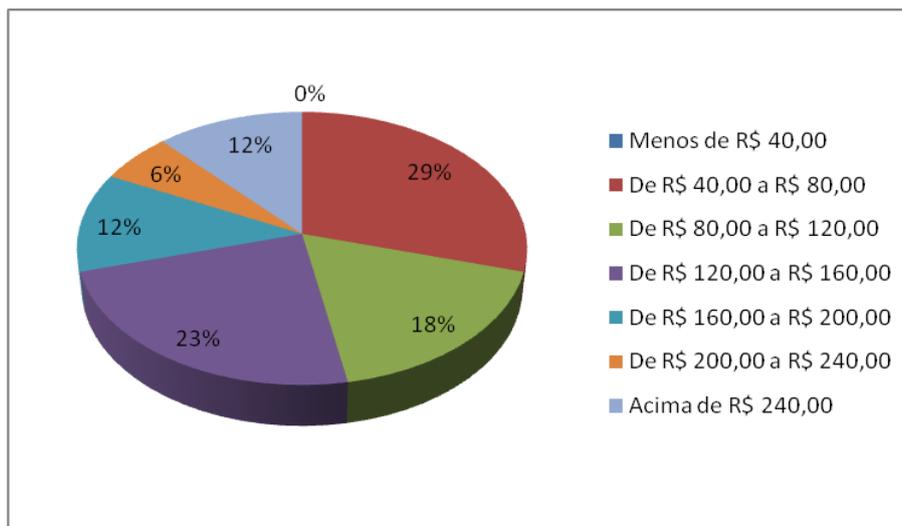


Figura 7: Preços médios de pousadas em Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Com relação à movimentação de turistas, apesar de não existirem dados estatísticos que computem a quantidade de turistas por estação, é claramente perceptível a sazonalidade com um movimento intensivo em alguns meses do ano, o que deixa Boipeba na condição de destino de alta temporada. Este fato é confirmado por um artesão e reside em Boipeba:

O movimento maior é em julho e agosto e no verão. Aí nos outros meses dá uma parada (ENTREVISTA 1, 2009).

Para hospedagem em Boipeba, é possível perceber uma proporção menor de turistas estrangeiros do que em Morro de São Paulo. A partir da observação e da conversa com moradores, estima-se que a partir de meados de dezembro até o carnaval, geralmente em fevereiro, a localidade recebe um maior número de turistas provenientes da Bahia, especialmente Salvador, seu principal público, e das regiões Sudeste e Centro-Oeste. O público da região Sudeste e Centro-Oeste também é grande no mês de julho, devido às férias escolares, mas também aumenta o número de estrangeiros devido ao período de férias europeias em julho e agosto.

Apesar da quantidade de turistas que se hospedam na vila reduzir na baixa estação, o movimento de visitantes que se hospedam em Morro de São Paulo e fazem o roteiro oferecido pelas agências denominado de “volta à ilha” é constante. Sendo assim, alguns moradores conseguem viver apenas do turismo conforme relata um condutor de turismo nativo:

Antigamente era dividido assim: eram três meses de verão e nove de inverno, ou seja, a gente trabalhava com turismo três meses e pescava os outros nove. Agora não. A gente trabalha em média nove meses do ano, tipo assim, hoje melhorou muito. Dá até pra viver só do turismo. Só é desempenhar um bom trabalho que tem gente o ano todo, se tem sol, tem gente. (ENTREVISTA 2, 2009)

Boipeba se destaca e se diferencia de Morro de São Paulo pela atuação de algumas associações que desenvolvem ações de cunho ambiental, cultural e social. Entre as associações existentes destacam-se a AMABO, que desenvolve principalmente projetos na área de educação ambiental, e a Associação Luz Cultural, que tenta despertar o sentimento de pertencer a partir da realização de atividades culturais, voltadas para os moradores, que enfoquem e valorizem a cultura local.

Dentre os atrativos destacam-se o banho na Foz do Rio do Inferno (Figura 8), de águas calmas, e de onde é possível atravessar até a Ilha de Tinharé durante a maré baixa. Dentre os atrativos históricos e manifestações culturais destacam-se a Igreja do Divino Espírito Santo, além da própria festa do Divino que ocorre todos os anos no mês de maio, a casa de farinha (Figura 9), o Museu do Osso, mantido pelo Sr. Tavinho mais conhecido por Mr. Cabeludo, no qual ele guarda esqueletos de animais marinhos encontrados mortos nas praias de Boipeba. Há também o Centro Ambiental *m'boi pewa* (Figura 10), onde são realizadas palestras sobre educação ambiental e são apresentados filmes sobre Boipeba produzidos pela AMABO. Além disso, destacam-se as praias, principalmente as piscinas naturais do povoado de Moreré, também na ilha, e os canais formados pelos manguezais.



Figura 8: Foz do Rio do Inferno
Fonte: POSTO, 2010



Figura 9: Casa de farinha de Boipeba
Fonte: CULTURA, 2010



Figura 10: Centro Ambiental *m'boi pewa*
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

2.2.3 A cidade de Cairu

Sede administrativa do município, a cidade de Cairu foi ocupada seguindo o mesmo padrão das duas localidades abordadas anteriormente: em uma área elevada estava a sede do poder e a ocupação civil e na parte baixa, se concentravam o comércio e o porto.

A cidade se localiza entre ilhas de Tinharé e Boipeba e o continente, o que faz com que, apesar de ilha, a localidade não esteja em área litorânea, situação que nesse caso, não favoreceu a intensificação do turismo, apesar do grande acervo histórico lá existente. Seu nome primitivo era Aracajuru que significa “Casa do Sol” (BAHIA, 2001).

O acesso a Cairu pode ser realizado por via terrestre, de carro ou de ônibus, por meio de uma linha que sai diariamente do Terminal de Bom Despacho, na Ilha de Itaparica, e também por meio de embarcações que saem do terminal de Valença e de Graciosa, no município de Taperoá, e desembarcam no Cais de Cairu (Figura 11). De Graciosa o transporte é feito por lanchas pequenas com capacidade entre cinco e sete passageiros, saindo a qualquer momento desde que haja no mínimo quatro pessoas para embarcar ou por meio de fretamento. A passagem individual custa R\$ 4,00 e o trajeto dura em média 10 minutos. É possível embarcar nas mesmas lanchas que fazem o trajeto de Valença até Boipeba, sendo que para Cairu, a passagem custa R\$ 25,00.



Figura 11: Cais de Cairu
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

A atividade turística na localidade, só se desenvolve a partir dos passeios de volta à Ilha, organizados pelas agências de Morro de São Paulo. Os passeios chegam no final da tarde. Os turistas permanecem em torno de 40 minutos a 1 hora, fazendo o percurso do centro histórico que consiste em uma rua que liga o cais ao Convento de Santo Antônio (Figura 12), principal atrativo turístico da cidade que foi construído no Século XVII e atualmente está sendo restaurado com recursos da Petrobras. A reforma do convento também será financiada pelo PAC das cidades históricas do Governo Federal, assim como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Figura 13). Por ter sido uma das primeiras cidades fundadas no Brasil, Cairu conta com um conjunto arquitetônico em estilo colonial (Figura 14), que possui função residencial, comercial e administrativa. Em alguns casos, as casas necessitam de reparos devido à sua estrutura comprometida (Figura 15).



Figura 12: Convento de Santo Antônio de Cairu
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010



Figura 13: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em dia de apresentação da Fanfara Municipal
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010



Figura 14: Centro de Cairu em dia de saída dos caretas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010



Figura 15: Solar no centro de Cairu
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Atualmente a localidade dispõe de 2 pousadas, num total de 89 leitos e 2 restaurantes que servem aos visitantes que geralmente vão à localidade a trabalho, em geral para a prefeitura. A única forma de pagamento é em dinheiro ou em cheque e as diárias, no caso das pousadas, variam entre R\$ 30,00 e R\$ 60,00.

Uma característica da população é a grande dependência da prefeitura, especialmente pelo fato de praticamente não existirem atividades econômicas no setor de serviços ou da indústria. A população local vive basicamente da pesca e da extração da piaçava.

Em estudo sobre o município, França (2008, p.101) entrevistou alunos do ensino médio do Colégio Cândido Meireles, situado na cidade, e comprovou que esses jovens veem o município mais como área pesqueira do que turística. Ao pedir que eles citassem a atividade econômica mais importante para o município 47% responderam que é a pesca, seguida do turismo e cultura com 27%, da extração de piaçava com 13%, da extração de dendê com 10% e do comércio com 3%. Percebe-se aqui, que o turismo ainda não está inserido no cotidiano das pessoas desta localidade, visto que na cidade de Cairu, ele só ocorre na forma de visitação à Igreja e Convento de Santo Antônio de Cairu. Isso confirma também um fato perceptível em todas as localidades visitadas: a de que o sentimento de pertencer está limitado à localidade onde vivem. O fato de ser um arquipélago dificulta a circulação das pessoas pelo município, o que

impede a criação de vínculos com outras localidades. Por isso, ao serem questionados sobre o turismo em Cairu, 100% dos entrevistados que vivem na cidade de Cairu responderam que lá não há turismo.

A mesma pesquisa mostrou um interesse desses jovens em trabalhar em atividades relacionadas ao turismo. 86% dos entrevistados responderam que tem interesse em trabalhar com a atividade, apesar de eles não considerarem Cairu uma cidade turística. O tempo de viagem e o custo do transporte torna inviável que os moradores da cidade de Cairu procurem emprego em Morro de São Paulo ou em Boipeba. O transporte entre Morro de São Paulo e Cairu, por exemplo, é realizado as terças e quintas, saindo de Morro às 06h30 e chegando em Cairu às 09h e retornando às 12h30, ao custo de R\$ 8,00 o trecho. O fato de só existir esse transporte duas vezes por semana, inviabiliza qualquer tentativa de alguém que more em Cairu e queira trabalhar em Morro de São Paulo. Outra forma seria fretando uma lancha, ou então indo por Valença. No caso da viagem por Valença, o trajeto pelos meios mais baratos, ou seja, os barcos mais lentos, custa em torno de R\$ 10,00 por trecho e o trajeto duraria aproximadamente três horas. Em entrevista realizada com o Superintendente de Administração de Morro de São Paulo (ENTREVISTA 3, 2009), já se cogita a possibilidade de uma estrada que ligue Morro de São Paulo até um ponto mais próximo da ilha de Cairu, de onde seria realizado o transporte fluvial.

2.3. DO LOCAL AO GLOBAL: CONTEXTUALIZANDO AS REDES QUE LIGAM CAIRU AO MUNDO

É comum a afirmação de que o desenvolvimento do turismo se confunde com o desenvolvimento dos novos recursos tecnológicos. Segundo a OMT (2003, p.23), a tecnologia “proporcionou o aumento do tempo de lazer, propiciou renda adicional, intensificou as telecomunicações e criou modos mais eficientes de transporte”. Considerando que as redes de transporte e de telecomunicações contribuem para a redução das distâncias, pode-se afirmar que o turismo é uma atividade global que tem seu crescimento catalisado pelas redes de informação que estão disponíveis no mundo inteiro.

Para Castells (1999, p.498), “redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada”. Por meio das redes é possível conhecer outros lugares sem sair de casa e mesmo gerenciar negócios à distância. Na atividade turística não é difícil encontrar exemplos de pessoas que montam todo o seu roteiro de viagens pelo computador, contratando todos os serviços pela internet:

a questão das redes está diretamente associada ao processo de globalização, responsável pelo vertiginoso aumento da demanda pelo turismo que traz uma circulação cada vez maior de pessoas pelo mundo, refletindo seus impactos de forma mais evidente em pequenas localidades. No mundo que habitamos, a distância [...] parece que só existe para ser anulada, como se o espaço não passasse de um convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado. O espaço deixou de ser um obstáculo – basta uma fração de segundo para conquistá-lo. (BAUMAN, 1999, p.85)

Esse rompimento da barreira das distâncias é denominado por Harvey (2007) de compressão do tempo-espaço e está diretamente associado aos avanços do sistema capitalista que estabelece tendências para o aumento do consumo nos mais diversos segmentos, incluindo o consumo de bens e serviços de lazer.

Dias (2005, p.143) inclui na temática das redes “sua capacidade virtual de criar condições sociais inéditas, de modificar a ordem econômica mundial e de transformar os territórios”. No caso específico em estudo, é a partir das redes que os agentes do turismo rompem as barreiras do espaço e criam condições de transformar os lugares em função da atividade econômica em questão.

Na perspectiva de Sposito (2008, p. 48) as redes não são constituídas por acaso. “Elas são resultado do trabalho de numerosos atores que, em diferentes lugares e momentos, e com capacidades distintas de ação, exerceram e exercem seu papel como sujeitos da história”.

No caso específico do turismo em Cairu, os agentes - que Sposito chama de atores – são: i) o Poder Público, nas esferas nacional, Estadual e Municipal, que induziu o processo de implementação do turismo no município, por meio de políticas públicas (algumas delas serão discutidas na seção 3); ii) os turistas que começaram a frequentar as localidades do município, motivados principalmente por propagandas e programas de incentivo desenvolvidos pelos Poderes Públicos; iii) a população local composta por pessoas que nasceram e

criaram no lugar, que antes tinham ofícios desvinculados do turismo e que atualmente passam a competir com os migrantes por postos de trabalho e áreas para viver; iv) os empresários que podem ser moradores ou não. Durante a pesquisa de campo, foram constatados casos em que donos de pousadas que moravam fora, deixam alguém tomando conta durante o ano e mesmo casos de estabelecimentos que só funcionam na alta estação quando seus donos se mudam durante a temporada da alta estação.

Dados da última contagem populacional do IBGE mostram que 7,2% da população de todo o município é composta por migrantes, sendo Morro de São Paulo o lugar onde vive a grande maioria deles (83,9%). As Figuras 16, 17 e 18 que serão apresentadas a seguir, mostram a distribuição dos migrantes pelos distritos onde estão as localidades estudadas:

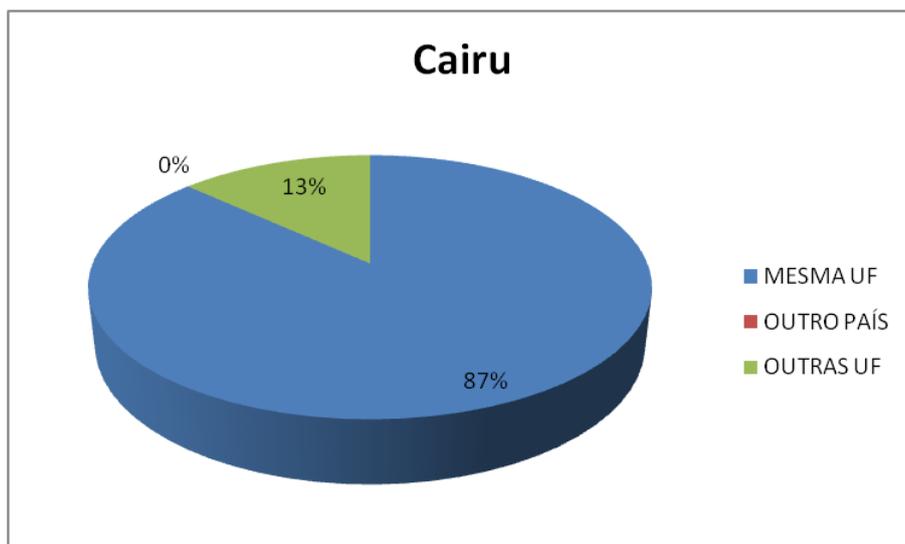


Figura 16: Migrantes na cidade de Cairu
Fonte: IBGE, 2007

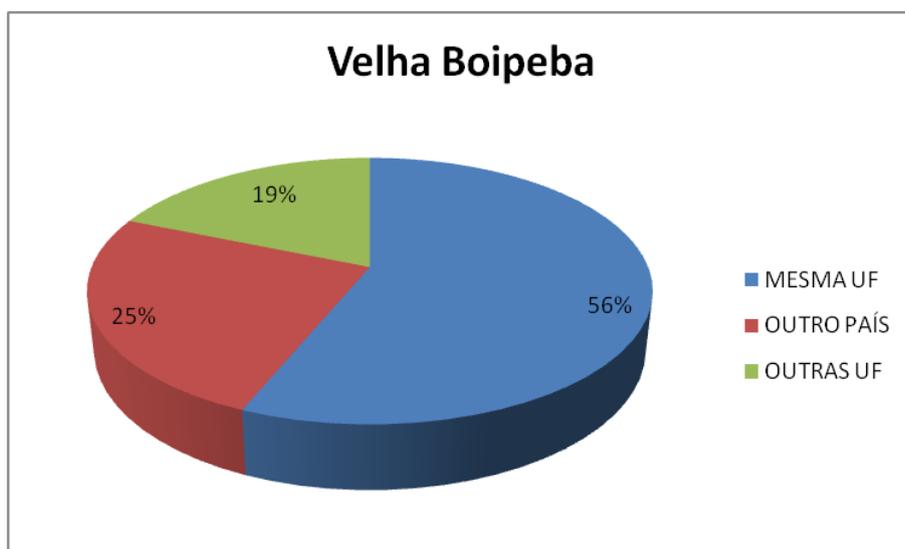


Figura 17: Migrantes no distrito de Velha Boipeba
Fonte: IBGE, 2007

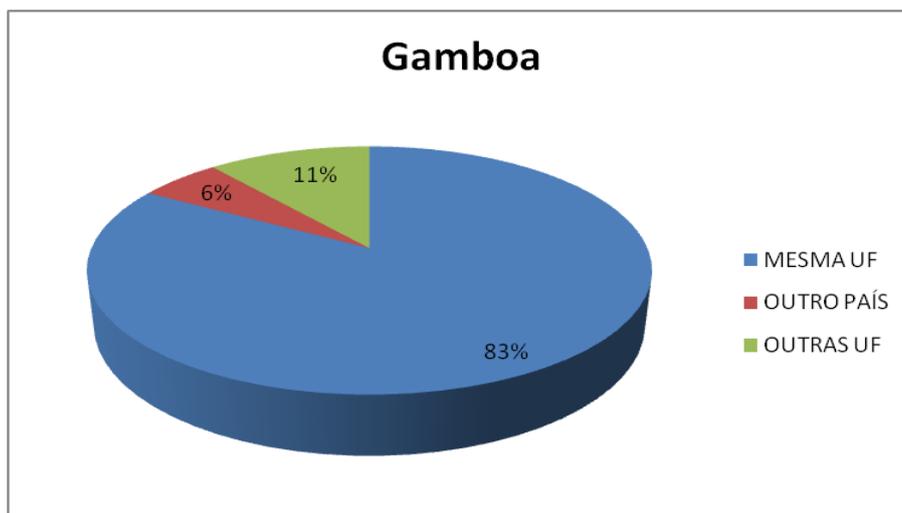


Figura 18: Migrantes no distrito da Gamboa
Fonte: IBGE, 2007

Se forem considerados os entrevistados da pesquisa que foi realizada no centro e nos bairros apenas da área que recebe mais turistas em cada distrito, observa-se que a distribuição espacial dos imigrantes está mais concentrada nessas áreas. A pesquisa realizada em diversos segmentos da população de Cairu, considerando o povoado de Morro de São Paulo, Velha Boipeba, sede do distrito homônimo, e a cidade de Cairu mostra essa realidade.

Ressaltamos aqui que, em Morro de São Paulo, 15% do total de entrevistados eram naturais do município. Em Boipeba, esse total foi de 51% e na cidade de Cairu, de 56%. Os estrangeiros, da Alemanha, Itália e Espanha corresponderam a 5% dos entrevistados em Boipeba, e 6% em Morro de São Paulo, onde foram entrevistados naturais da França, Itália, Argentina e Portugal. A partir das Figuras 19, 20 e 21 a seguir, é possível perceber as origens dos migrantes nacionais e regionais entrevistados durante a pesquisa.

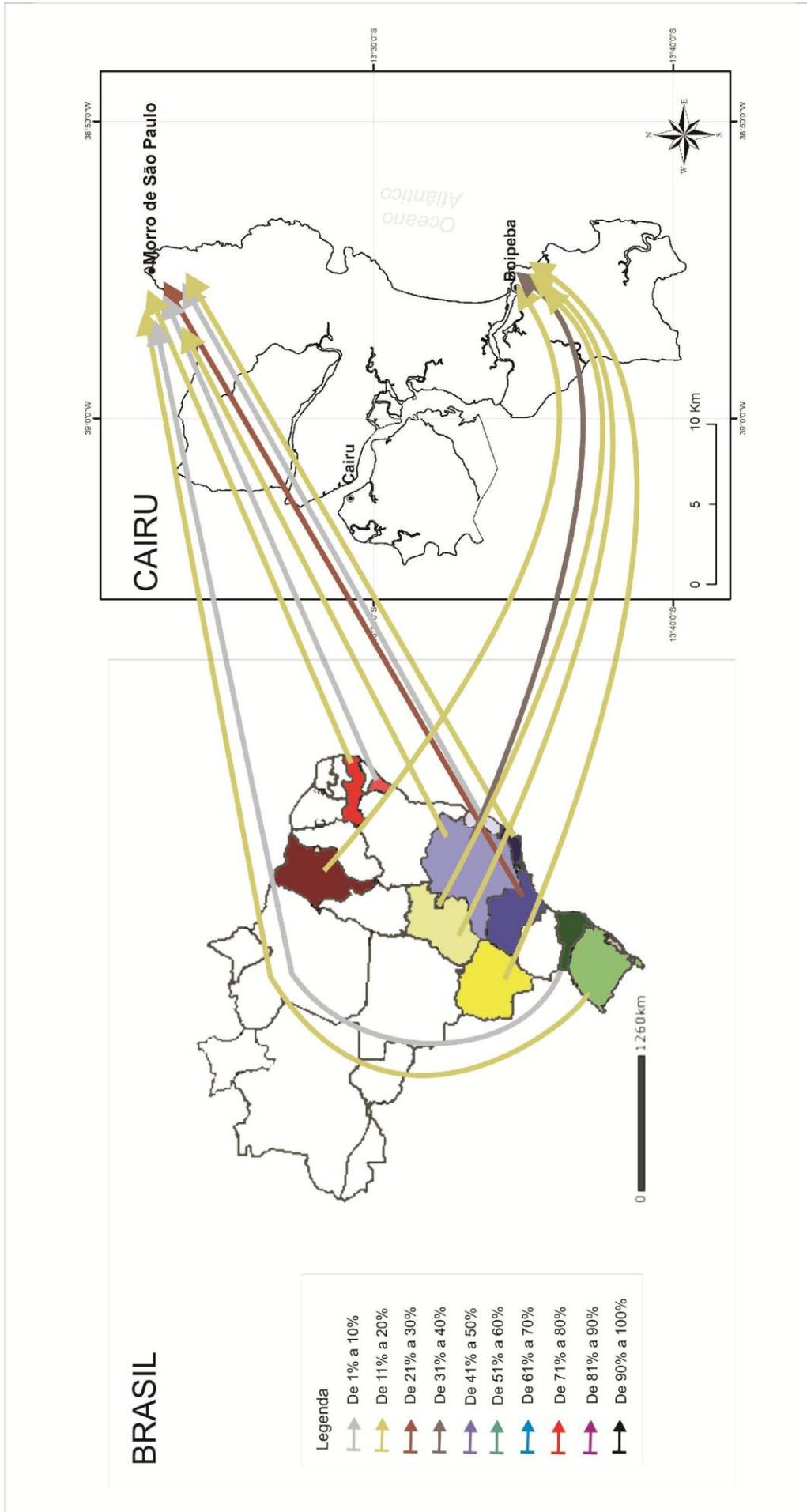


Figura 19: Mapa de Fluxos Migratórios Nacionais em direção ao município de Cairu
 Fonte: IBGE, 2005; CPRM, 2003. Adaptado pela autora.

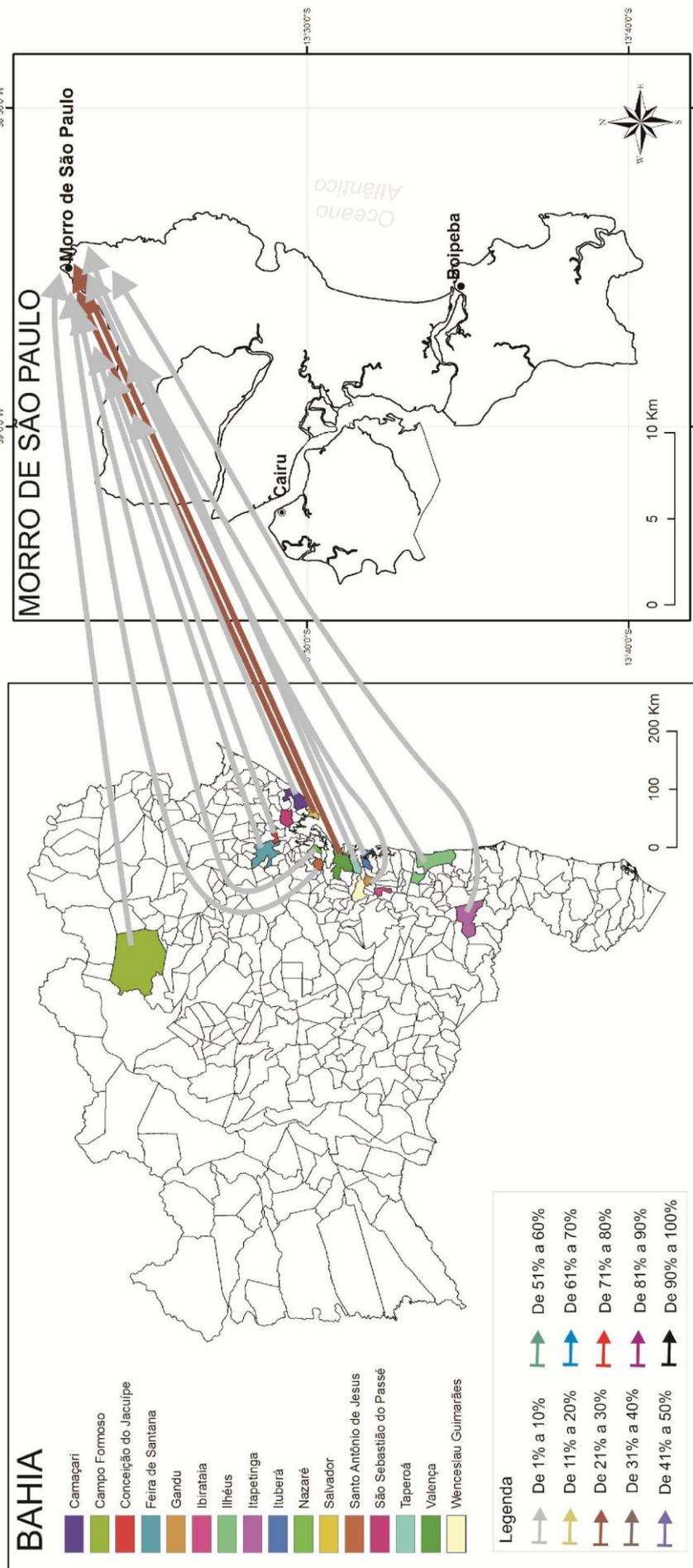


Figura 20: Mapa de Fluxos Migratórios Regionais em direção à Morro de São Paulo
 Fonte: IBGE, 2005; CPRM, 2003. Adaptado pela autora.

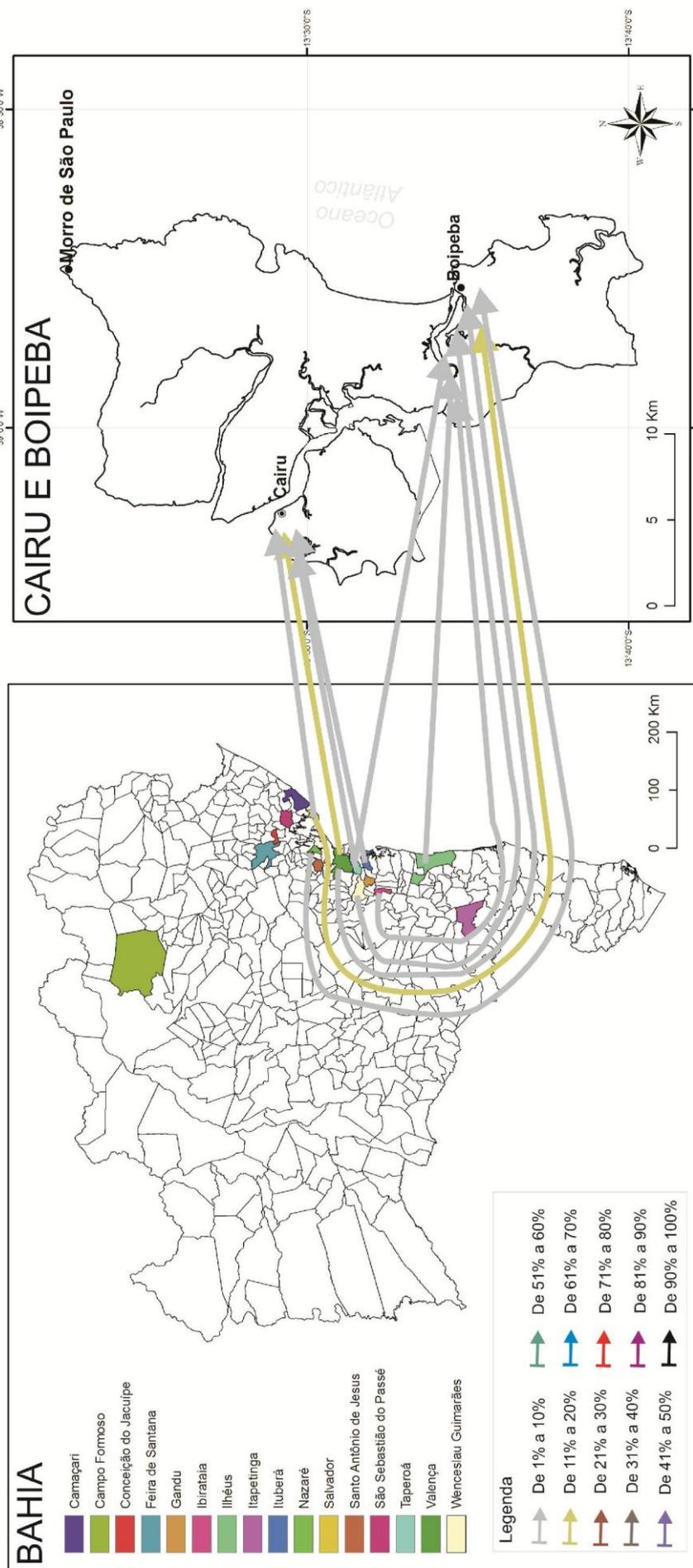


Figura 21: Mapa de Fluxos Migratórios Regionais em direção à cidade de Cairu e Boipeba
 Fonte: IBGE, 2005; CPRM, 2003. Adaptado pela autora.

A partir da pesquisa foi constatado que parte da população que vive em Morro de São Paulo é composta por migrantes, principalmente das cidades do entorno. Já em Boipeba, percebe-se ainda uma porcentagem maior de pessoas naturais do município, mas já há também um número crescente de migrantes. O fato de a área considerada turística ainda ser frequentada e habitada por uma maioria nativa pode ser considerada um ponto positivo, porém ainda é necessária qualificação para que essas pessoas sejam inseridas nas atividades produtivas do turismo. Na seção 3, será abordada a questão da inserção desses moradores em atividades relacionadas ao turismo.

Percebe-se uma diferenciação entre as três localidades estudadas: no caso de Morro de São Paulo, que desenvolve o turismo há mais tempo e com um maior fluxo, há um maior número de agentes extra-locais em todas as atividades, sejam elas hegemônicas ou hegemônicas. Em Boipeba, ainda há um número maior de naturais de Cairu, porém a quantidade de agentes extra-locais vem aumentando. Em Cairu foi constatada uma permanência da população local, com movimentos migratórios não tão significativos como ocorre nas localidades turísticas estudadas.

A intensificação da atividade se dá a partir da década de 1980, com a melhoria da estrutura de transportes e como resultado de uma política do governo estadual que coloca o turismo como uma das principais atividades a serem priorizadas. Na década de 1990, com o Prodetur em sua primeira etapa, obras de infraestrutura são realizadas nas áreas turísticas. A obra mais significativa para o turismo na região foi o acesso ao aeroporto de Bom Jardim em Valença. Essas obras e a intensificação das atividades de divulgação das regiões turísticas da Bahia em âmbito nacional e internacional fizeram de Morro um dos destinos mais procurados do estado. As Figuras 22, 23, 24 e 25, a seguir, mostram alguns dos materiais de divulgação da Bahia que têm Morro e Boipeba:

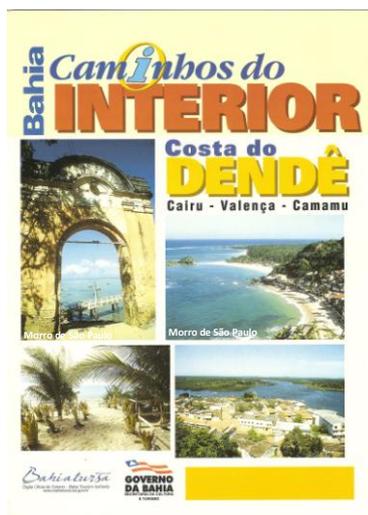


Figura 22: Divulgação Costa do Dendê
Fonte: Bahiatursa

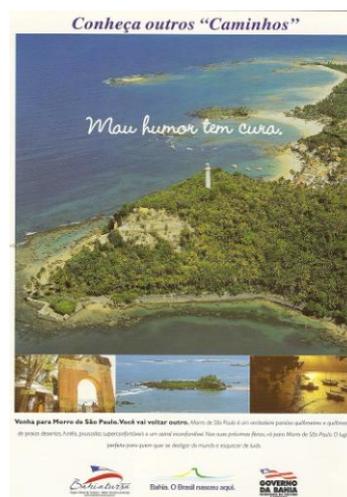


Figura 23: Divulgação Morro de São Paulo
Fonte: Bahiatursa

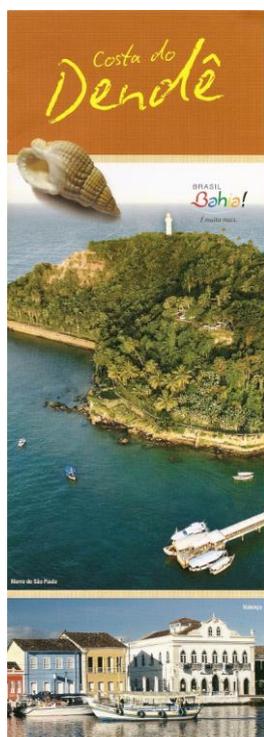


Figura 24: Divulgação Costa do Dendê
Fonte: Bahiatursa

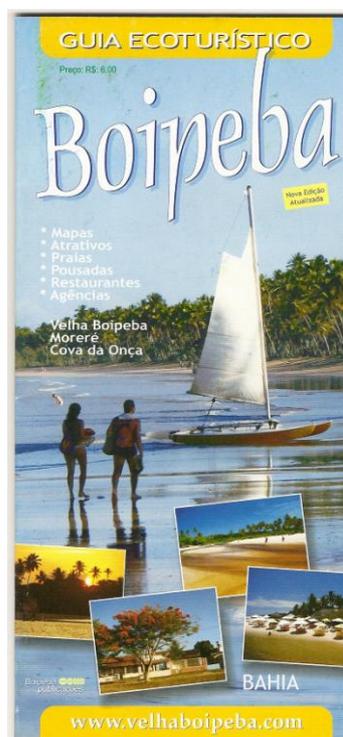


Figura 25: Divulgação Boipeba
Fonte: Boipeba Publicações

A popularização da internet e a inserção de Morro de São Paulo e Boipeba em guias turísticos nacionais e internacionais, como o Guia Quatro Rodas e o *Lonely Planet*, levou um público cada vez maior para as duas localidades.

Dentre as empresas das três localidades, foi realizado um levantamento entre os meios de hospedagem para verificar como eles estão inseridos na rede mundial de computadores. Como parâmetro para pesquisa, no caso de

Morro de São Paulo, foi utilizada uma lista fornecida pela Secretaria de Turismo do Município de Cairu contendo um total de 136 pousadas. Os resultados são apresentados na Figura 26, a seguir:

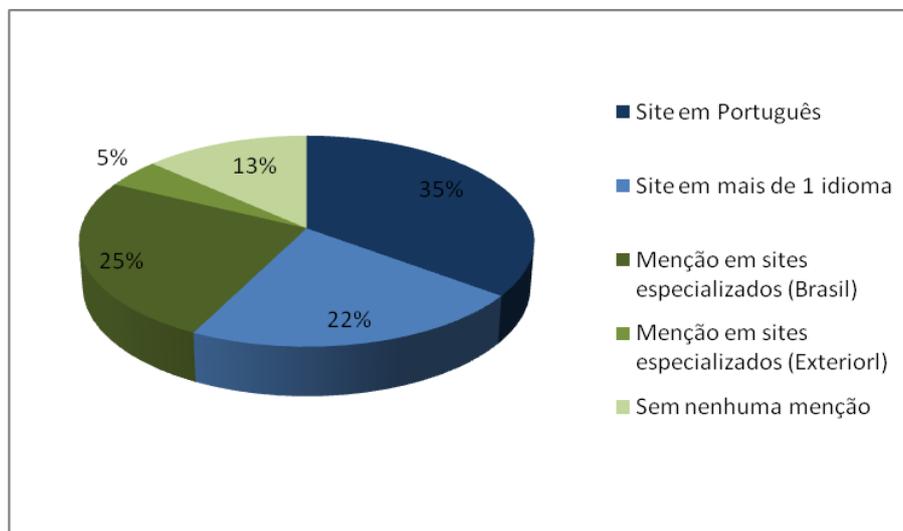


Figura 26: Meios de hospedagem de Morro de São Paulo inseridos na rede mundial de computadores

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Observa-se que a grande maioria dos meios de hospedagem quando não possui um site próprio, possui pelo menos algum tipo de menção em *sites* especializados (guias informativos ou que prestam serviço de reserva de hotéis), sendo que 22% possuem *sites* em mais de um idioma. Isso se reflete na maioria de turistas brasileiros visitando o local, conforme já citado anteriormente.

No caso de Cairu, ainda não há uma inserção nas redes turísticas, visto que, nenhuma das duas pousadas possui *site* próprio e uma delas possui menção em site especializado em português.

No caso de Boipeba, são 37 pousadas cadastradas pela AMABO. Todas elas anunciam no *site* da associação que está em cinco idiomas, sendo que apenas 13 delas optaram por terem seus serviços apresentados em inglês. Há casos de pousadas que anunciam no *site* da AMABO, porém também possuem *site* próprio.

Diante disso, não se pode negar o papel das redes no desenvolvimento da atividade turística se for levado em consideração que a localidade mais frequentada pelos turistas é aquela que tem um maior número de serviços que

estão disponibilizados na rede mundial de computadores. A relação entre turismo e redes, pode ser pensada a partir da influência exercida por essas redes diretamente no fluxo de pessoas, bem como no modo de vida e nas relações sociais.

Dentro da análise de Cruz (2006, p.338), o fato de um destino ser conhecido nacional e internacionalmente é produto de um conjunto de relações “cujo comando, no mais das vezes, não pertence ao lugar receptor. Ao contrário, a hegemonia dos pólos emissores do País e do mundo se pode fazer sentir sobre muitos dos destinos turísticos do mundo e do País”. Isso se reflete diretamente no cotidiano e nas relações do lugar.

Considerando a transformação ocorrida no cotidiano dos moradores, destaca-se a primeira característica que foi a mudança dos antigos moradores da vila de pescadores, concentrados antes na beira da praia, para áreas periféricas. Isso ocorreu devido ao fato destes moradores terem vendido suas propriedades, localizadas em áreas mais próximas das praias. Este é um fato estudado por autores que desenvolvem pesquisas na área de turismo, citados ao longo do trabalho e confirmado por moradores entrevistados no decorrer da pesquisa de campo. A segunda característica foi a migração especialmente de moradores de outras cidades da região, em busca de oportunidades de trabalho. Sem qualificação e sem conseguir um emprego, muitos caíram na informalidade e mesmo na marginalidade. Depoimentos dos próprios moradores retratam o aumento da violência, do tráfico de drogas e da prostituição. Um morador local, que trabalha como condutor de turismo citou que já não leva mais os turistas a um dos principais atrativos da localidade, a Fonte do Céu, devido ao medo de assalto. Outros depoimentos revelam que, com a alta estação, aumenta o fluxo de desconhecidos, o que facilita a entrada de pessoas interessadas em realizar furtos. O medo e a desconfiança passaram a permear as relações. Em estudo realizado por Souza (2002, p. 143):

a maioria teme a presença constante de drogas e suas mais variadas implicações, teme, sobretudo, pela população infanto-juvenil em contato direto com os usuários. Sentem-se desrespeitados e impedidos de acesso em alguns locais, como a segunda praia à noite, onde denunciam existir tráfico e consumo de drogas em algumas barracas e o acesso que liga esta praia ao Campo da Mangaba.

O sentimento de insegurança é reforçado pelo depoimento de uma moradora nativa de 74 anos:

Quando cheguei aqui, a gente dormia na rua, no passeio, ninguém pegava na gente, ninguém mexia na gente. Aí começaram a vir os *hippies*. [...] A gente ia pra Valença comprar comida, chegava quase de noite aqui. A gente pendurava a carne [...] também pendurava o peixe. De manhã aprontava pra comer, pra vender [...] Aí a gente ficou tomando medo. Porque a gente dormia do lado de fora. Quando não tava chovendo botava o colchão, não tinha medo de nada, porque não tinha esse pessoal. Aí começaram a bulir nas comidas que a gente pendurava, as carnes, as bananas. Aí foi tomando medo [...] Depois começou os gringo a chegar praqui, e os pescadores, os que moravam aqui foram vendendo tudo o que tinham parecendo uns bobos. Eu que não vendo o que é meu! (ENTREVISTA 4, 2009)

O depoimento entrou numa outra questão, fato já citado anteriormente, dos antigos moradores terem vendido os seus terrenos e imóveis para veranistas e imigrantes que construíram suas casas e negócios na área mais próxima à praia, onde era a vila de pescadores. Esse fato foi o ponto de partida para a valorização imobiliária que fez com que o valor de uso da área passasse a ter um valor de troca. Uma discussão mais detalhada sobre esse assunto será realizada na seção 4.

Pessoas vivem também preocupadas com a necessidade de garantir a empregabilidade em um local que agora exige dos jovens que tenham qualificações diferentes dos seus pais. Os ofícios não são mais passados de geração em geração; as antigas tradições vão sendo esquecidas. Uma moradora nativa com mais de 80 anos retrata o cotidiano anterior ao turismo da seguinte maneira:

faziam muita renda de almofada, faziam peneira [...] de uma fibra que tinha no mato. Tiravam. Fazia muita renda [...] vendia em Valença. Fabricavam cal de pedra aqui. Muita gente vivia do fabrico do cal de pedra. Então as mulheres trabalhavam também. Porque na hora de armar a caieira, a caieira era armada feito um cuzcuz. Então na hora de encher a caieira dos balinhos de pedra pra eles arrumarem, as mulheres que iam. [...] Em tudo que era momento surgia uma festa. Os aniversários, semana santa, as atividades religiosas, a via sacra, tudo isso. Mês de maio era o mês de Maria o mês todo. A fé permeava todas as relações da comunidade. Isso criava um clima de solidariedade, de respeito, de ajuda. Se tinha alguém doente, todo mundo sabia, todo mundo ia ajudar. Tempo bom! [...] era uma vida muito sadia, muito boa. (ENTREVISTA 5, 2010)

As formas de lazer praticadas pela população favoreciam, como afirmou a própria entrevistada, a proximidade entre os moradores, criando um ambiente

menos propício ao individualismo. Em outro depoimento, é possível perceber ainda, que o tempo mais lento, característico do modo de vida rural, foi substituído pela velocidade do urbano:

a gente não tem mais tempo de conversar com ninguém. É mais trabalho! E a gente não tem mais aquela liberdade, não tem mais amigo, não tem mais ninguém! (ENTREVISTA 4, 2009)

As relações que caracterizam o lugar predominavam, considerando que este se manifesta, conforme afirma Carlos (2007, p.11), “no plano do vivido”. Para a autora por meio do plano do lugar é possível “compreender a racionalidade homogeneizante inerente ao processo de acumulação, que não se realiza apenas a partir da produção de objetos e mercadorias, mas liga-se cada vez mais à produção de um novo espaço”. Essa nova configuração que transforma o lugar, ainda de acordo com Carlos guia a vida cotidiana, a partir da indução ao consumismo. O lugar passa a ser o cenário da reprodução das relações capitalistas, nas quais predominam a lei do mais forte. As relações de dominação e comando passam a fazer parte da vida das pessoas e o sentimento de pertencer é substituído pelo instinto de sobrevivência.

O turismo é uma atividade que se expande no pós-globalização e para Santos (2008b), a globalização real é perversa e contribui negativamente no sentido de acentuar as diferenças locais com o aumento do desemprego, da fome e de outras mazelas sociais. A perversidade acaba sendo catalisada pela forma como se dão as relações sociais, que no sistema capitalista ocorrem na forma de competição que reduz o espaço a uma “selva” onde apenas os mais fortes sobrevivem. Ainda segundo Santos, essa perversidade se camufla por trás de uma fábula criada pelos agentes hegemônicos que colocam a globalização como difusora de conhecimento e enfoca o fato de as distâncias terem sido encurtadas.

Ao mesmo tempo, Carlos (2007, p. 22) coloca que é na escala local que surgem muitas das questões que fazem com que compreendamos uma sociedade que está voltada para o mundial. A mesma autora ressalta que esta realidade se manifesta em diferentes escalas, fato que não significa necessariamente a eliminação das particularidades devido à multiplicidade de relações existentes e que irão se manifestar de formas diferentes devido a essas especificidades.

Sendo assim, é a partir do estudo e da compreensão das relações no lugar que se poderá entender de que maneira o global tem transformado essas relações. A partir do entendimento do par dialético miltoniano, denominado por ele de horizontalidades e verticalidades, pode-se definir melhor essas relações:

as horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância. (SANTOS, 2008a, p. 150-151)

O autor alerta para o predomínio das verticalidades que podem tornar-se um elemento perturbador, visto que provoca tensões, por implicar em necessidades de mudança, que crescem com a imposição de novas “regulações verticais”, aumentando essa tensão “entre o mundo e o lugar” (SANTOS, 2008a, p.152). O fato de as mudanças serem decididas por pessoas de fora, faz com que os anseios dos moradores locais nem sempre sejam levados em consideração.

Em se tratando das relações regidas pelas verticalidades e horizontalidades que influenciam diretamente no cotidiano da população local, Santos distingue o acontecer homólogo, o acontecer complementar e o acontecer hierárquico.

O acontecer homólogo, ocorre a partir da especialização da localidade em uma determinada função, gerando assim uma cadeia produtiva em escala local. O acontecer complementar é a expansão dos limites do acontecer homólogo em escala regional, a partir de diferentes funções que se complementam. Ambos dizem respeito às relações horizontais marcadas “por um cotidiano compartilhado mediante regras que serão formuladas ou reformuladas localmente”.

Enquanto o acontecer hierárquico “trata-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder” (SANTOS, 2008a, p. 140).

Com a disseminação do turismo em pequenas cidades, as horizontalidades vão sendo cada vez mais enfraquecidas, visto que o

acontecer hierárquico se fortalece. Mesmo a manutenção dos costumes e das tradições se torna um acontecer hierárquico, visto que passa a atender aos interesses capitalistas dos que buscam aumentar as rendas monopolistas (Harvey, 2005).

O resgate das manifestações culturais e a restauração de monumentos históricos se tornam prioridade, e conforme coloca Yázigi (2003, p.346), são “tentativas de delimitar *espaços turísticos*, mediante cisão artificial, armada e cosmética”. As iniciativas nesse sentido não só excluem a população, como mascaram a realidade visto que os lugares acabam se dividindo em áreas para turistas e áreas para a população. Não que a população não transite nas áreas turísticas, mas o estabelecimento de preços direcionados aos turistas faz com que poucos possam usufruir dos “serviços turísticos”.

O espaço onde as pessoas vivem o cotidiano, que se transforma em um campo de batalha pela sobrevivência, ironicamente precisa resgatar esse cotidiano para como tratam os agentes capitalistas “terem um diferencial competitivo”. Dessa maneira, as áreas turísticas se transformam em um cenário no qual segundo Henrique (2009, p.5) “os corpos tornam-se estátuas e o cotidiano vira uma peça teatral”. Tudo é organizado de maneira a tentar atrair cada vez mais turistas, mesmo que para isso seja necessário camuflar aquilo que, ainda de acordo com o autor, “é uma característica intrínseca das cidades: o movimento” (HENRIQUE, 2009, p.3).

Com o desenvolvimento das redes de transporte e comunicação, passa-se a discutir a influência da globalização em nível local. A globalização pode acelerar o processo de homogeneização e ao mesmo tempo, fazer com que as diferenças de cada localidade em particular sejam destacadas, gerando uma maior valorização do local. Haesbaert (1999) trata da criação da necessidade de formação da identidade decorrente da globalização, gerando um destaque para cada local, o que propicia um ambiente de novas oportunidades. Ele cita assim o turismo como uma atividade estimuladora da diversidade territorial graças à valorização da diferença.

No entanto, deve-se ressaltar que essas diferenças são visualizadas como oportunidade de lucro pelos agentes capitalistas que buscam intensificar as suas rendas monopolistas com a valorização do único. Harvey (2007, p. 273) ratifica essa afirmação ao colocar que “a ironia é que a tradição é agora

preservada com frequência ao ser mercadificada e comercializada como tal. A busca de raízes termina, na pior das hipóteses, sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro”. As tradições e a valorização da cultura popular deixam de ser um elemento identitário, mas um elemento que pode ser aproveitado como forma de aumentar os lucros gerados pelo turismo.

Nesse sentido, Coriolano (2006, p.369) fala em “espaço das resistências, onde se travam as lutas cotidianas, a exploração das forças de trabalho, o luxo da mais-valia e a reestruturação produtiva da acumulação capitalista.” O espaço passa a ser comercializado como um produto no qual os anseios de quem lá vive é o que menos importa. O importante é transformar o lugar para que ele seja agradável ao turista e para fazer com que ele permaneça o maior tempo possível, que retorne e que ainda traga outras pessoas.

São inúmeras as contradições que envolvem o processo de inserção do turismo em uma localidade. Na perspectiva de Krippendorf (2003, p.80) o turismo é uma nova forma de colonialismo sendo colocado por ele de maneira metafórica como:

um conquistador pacífico que age não apenas com o assentimento dos ‘conquistados’, como até mesmo sob o pedido expresso deles. [...] O turismo assemelha-se a um nevoeiro, ele se insinua por todos os cantos. E tem em particular, o fato de que os turistas vêm pessoalmente, com seu próprio comportamento e seu poder de influência.

Não se pode negar o caráter transformador que o turismo pode ter especialmente em locais com poucas alternativas de renda para seus habitantes. Porém a voracidade e a urgência capitalistas fazem com que localidades sejam ocupadas por pessoas atraídas pelas redes do turismo, deixando à população local, que não está preparada para o ritmo capitalista, à margem do crescimento da atividade. As transformações não beneficiam a todos da mesma maneira. Falta planejamento, já que, apesar de ser considerada uma atividade econômica capaz de movimentar uma larga cadeia produtiva, seja de produção de alimentos, de serviços e mesmo de produção de veículos, raramente é colocada como prioridade pelos governantes. Não que o desenvolvimento do turismo seja mais importante do que a educação ou a saúde, por exemplo, mas trata-se do desenvolvimento de uma política que

priorize as questões sociais, considerando que a longo prazo, isso irá se refletir numa menor desigualdade frente às oportunidades geradas pelas cadeias produtivas do turismo.

3. TURISMO, POPULAÇÃO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Na seção 2, foi apresentada a relação entre globalização e turismo e iniciada uma discussão sobre as transformações que a implementação da atividade pode gerar no local. Neste capítulo, serão abordadas questões relacionadas ao planejamento do turismo, à participação da população e aos principais conflitos sociais decorrentes da introdução da atividade no município de Cairu.

3.1. TURISMO E QUESTÕES SOCIAIS

Ao se estudar a atividade turística em uma determinada localidade, faz-se necessária uma compreensão das transformações ocorridas ao longo do processo de crescimento do turismo. Estruturalmente, as pequenas cidades do nordeste brasileiro, do final do século XX, não estavam preparadas para receber a atividade, tanto nos aspectos de planejamento urbano como de preparação da população para que ela participasse de forma mais ativa do processo.

O crescimento do turismo gera emprego e gera renda. A questão é: para quem? E que outros processos esse crescimento traz consigo? Cruz (2006, p.338) coloca em suas discussões duas faces dessa mesma moeda: “de um lado, o turismo gera riqueza, renda, postos de trabalho, etc., de outro, pode desencadear processos inflacionários, principalmente na escala local, e aprofundar práticas indesejadas como prostituição infantil e tráfico de drogas”. A autora ainda questiona se realmente é possível que a inserção da atividade em um local consiga realmente incluir socialmente e contribua para reverter o cenário de injustiças sociais, considerando o fato de estar inserido num contexto em que vigora o modo de produção capitalista.

Alguns autores colocam as mudanças pelas quais a população e o local passam após a inserção do turismo, visto que a inclusão social prometida nos discursos políticos não se concretiza na prática. As questões sociais estão longe de serem privilegiadas pelas políticas públicas. Isso se reflete nas

transformações pelas quais os lugares turísticos passam. Impactos ambientais, culturais e, principalmente, sociais, aumentam progressivamente com o crescimento do fluxo de turistas. No estudo em questão, serão trabalhados de maneira mais aprofundada os impactos sociais.

Shaw e Williams (2002, p.45) colocam como principais impactos sociais do turismo: polarização da estrutura social e aumento das desigualdades; empregos chave concentrados nas mãos de imigrantes e subemprego para a população local; entre outros. Esses impactos foram estudados nas localidades em que o presente estudo de caso foi realizado.

3.1.1. Polarização da estrutura social e aumento das desigualdades

A implementação do turismo “muitas vezes substitui velhos problemas por novos, principalmente quando desarticula completamente a economia local, substituindo por uma inteiramente nova” (DIAS, 2003b, p. 133). Em se tratando de pequenas localidades com poucas alternativas econômicas e que ainda se voltam inteiramente para o crescimento da atividade, as consequências podem ser desastrosas. Um município não pode depender de uma única atividade sazonal e tão vulnerável aos acontecimentos externos.

Uma das principais características do turismo é o fato de poder atuar diretamente no incremento dos arranjos produtivos locais. Porém, a falta de planejamento e a busca pelo lucro fácil, transforma a atividade em uma “monocultura”, na qual a expectativa de obter ganhos maiores do que nas atividades extrativas faz com que as pessoas acabem se voltando para atividades diretamente ligadas ao turismo.

Como já foi citado na seção 2, o turismo comercial está ligado à questão da globalização, fator que faz com que as localidades turísticas estejam sujeitas à fatores externos que podem interferir diretamente no fluxo de pessoas. Sendo assim, a opção por dar total atenção ao turismo é uma escolha perigosa, pois não há nenhum tipo de garantia de que a economia local irá se desenvolver de forma equitativa. Pelo contrário, de acordo com Cruz (2006), o fato de o turismo poder ser implementado em qualquer lugar do mundo faz com que esta seja uma atividade menos seletiva do que a indústria, por exemplo.

Este fato, segundo a autora, contribui para que as riquezas sejam distribuídas espacialmente de forma menos concentrada:

distribuição espacial da riqueza não é o mesmo, entretanto, que distribuição estrutural da riqueza. Por isso, muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações se tivessem tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e renda. (CRUZ, 2006, p. 339)

Essa situação pode ser traduzida no conceito lefebvriano de “implosão-explosão” (LEFEBVRE, 2008a, p.24). A implosão significa “a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meio e de pensamento) na realidade urbana” e a explosão espalha “fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.)”. Vale ressaltar que este é um processo que geralmente ocorre de maneira similar em diferentes locais, porém com diferentes intensidades. Não há aqui a intenção de comparar o desencadeamento desse processo nas grandes cidades europeias, descritas por Lefebvre em sua obra, mas também não se pode menosprezar o fato de que o mesmo processo vem ocorrendo em pequenas e médias cidades brasileiras com uma intensidade proporcional aos seus tamanhos. Intensidade suficiente para modificar a vida das pessoas que nelas habitam.

Em Cairu, essa situação já ocorre, tanto em Boipeba quanto em Morro de São Paulo, sendo mais perceptível nesta última localidade onde o turismo também é mais intensivo. Em Morro existem bairros periféricos que abrigam tanto a população nativa que vendeu seus terrenos nas áreas hoje mais valorizadas como os imigrantes do entorno. Um desses bairros, chamado de Nossa Senhora da Luz, mais conhecido popularmente como Buraco do Cachorro, é de acordo com Jardim (2009, p.9) “percebido como uma favela” pelos moradores de outras áreas de Morro. Há ainda os bairros da Mangaba, dos Zimbos I, II e III que abrigam nativos e também imigrantes da região. São áreas relativamente distantes do centro turístico e carentes de uma infraestrutura básica para a população. Boipeba também possui bairros periféricos, sendo que o que se encontra em pior situação em relação à infraestrutura básica é o bairro da Tiririca.

A concentração de renda e de informação principalmente fez com que antigos turistas, provenientes dos grandes centros hegemônicos, viessem a concentrar também o domínio sobre a atividade turística no local, polarizando, assim, a estrutura social. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano mostram que, entre 1991 e 2000, o índice de Gini, que mede a concentração de renda, aumentou de 0,42 para 0,52. Indicativos do município como o IDH que cresceu no mesmo período de 0,516 para 0,639, têm sua marca melhorada, porém a concentração de renda continua a crescer. A renda média do primeiro quinto mais rico subiu de R\$ 163,24 para R\$ 227,77 entre 1991 e 2000, enquanto a do primeiro quinto mais pobre caiu de R\$ 20,77 para R\$ 9,96 (PNUD, 2010).

As duas principais localidades de Cairu têm uma área turística, onde vivem aqueles que exploram a atividade economicamente, os empresários, e áreas periféricas, tanto social como geograficamente, onde vivem os que trabalham para sustentar a atividade e conseqüentemente seus agentes hegemônicos.

A anulação das distâncias, que para Bauman “emancipa certos seres humanos das restrições territoriais”, mantém também as pessoas das classes menos favorecidas presas a uma realidade na qual não podem desfrutar do mesmo direito de escolha, de ir para onde quiser. Em outras palavras: “alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer localidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés” (BAUMAN, 1999, p.25).

Enquanto isso, o sistema capitalista se fortalece e os interesses econômicos passam a prevalecer em detrimento do coletivo. As desigualdades sociais aumentam, e a pobreza, enquanto situação estrutural, também aumenta e passa a ser vista como algo natural (SANTOS, 2008b, p.59).

Bauman citando Seabrook coloca que “a pobreza não pode ser ‘curada’, pois não é um sintoma da doença do capitalismo. Bem ao contrário: é evidência da sua saúde e robustez, do seu ímpeto para uma acumulação e esforço sempre maiores” (SEABROOK apud BAUMAN, 1999, p. 87).

A tentação do lucro e da acumulação faz com que o lugar se transforme em uma selva, na qual se estabelece uma “arena” de competição. “A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição

primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada” (SANTOS, 2008b, p. 65).

Um entrevistado da localidade de Morro de São Paulo, se referindo ao esquecimento dos valores culturais e da história local em favor do poder econômico, coloca o seguinte:

a grande dificuldade que nós encontramos é que: a maioria das pessoas que vieram morar aqui, não têm esse amor, esse interesse pela cultura. Infelizmente, tem tão somente, a vontade de ganhar dinheiro, só ganhar dinheiro. Mas, é em cima do ganhar dinheiro que eles apagam tudo, todo o fator cultural. (ENTREVISTA 6, 2010)

E é assim, conforme coloca Krippendorf, que as sociedades que cresceram em torno do modo de produção capitalista se estruturaram e se estruturaram. E o turismo não deixa de ser um produto do modo de produção capitalista. Nessas sociedades, “os valores do ‘ter’ suplantaram os valores do ‘ser’: posse, propriedade, fortuna, consumo, egoísmo vêm antes de comunidade, tolerância, moderação, busca de um sentido, modéstia, honestidade” (KRIPPENDORF, 2003, p. 27).

Diante dessa situação, o principal desafio então é: como distribuir equitativamente os benefícios numa sociedade que valoriza aqueles que têm maior poder aquisitivo? O atual contexto estimula a competição e fornece os subsídios da implosão-explosão na medida em que concentra e ao mesmo tempo espalha seus fragmentos.

Também é importante ressaltar, que em muitos depoimentos ficaram claras algumas mudanças relacionadas principalmente a questões sociais e econômicas, conforme cita o entrevistado, nativo de Boipeba:

uma coisa vai puxando a outra aí também tem muita coisa negativa [...] a droga, assalto, desmatamento, as pessoas estão pescando muito mais que o normal, a gente vem percebendo isso. Tem muita pesca predatória, estão pescando mais porque tem mais gente, tipo assim, hoje o nativo dificilmente vai comer camarão pistola. Porque antigamente era fácil, as pessoas secavam no palitinho pra dar ao vizinho e hoje supervalorizou. Aí o pescador quando chega um nativo ele diz: ah, não vou vender. Aí chega mais na frente ele vende para um restaurante porque ele vai vender mais caro e isso também é negativo para a comunidade. (ENTREVISTA 2, 2009)

O depoimento mostra um fato que as populações, principalmente em Morro de São Paulo e Boipeba precisam conviver: o aumento do custo de vida,

visto que os empresários passam a praticar preços mais altos em função do turismo.

3.1.2. Questão do emprego

A relação dialética trabalho *versus* lazer permeia a atividade turística, seja ela realizada nos grandes *resorts* internacionais por classes sociais mais favorecidas ou mesmo em viagens realizadas por classes sociais menos favorecidas e os conhecidos “mochileiros”. Todos os viajantes, em algum momento, usufruem dos bens e serviços destinados ao turista. Esta é uma complexa logística que envolve milhões de trabalhadores em todo o mundo. Em 2009, segundo dados da *World Travel & Tourism Council* (WTTC, 2010), foram gerados 235 milhões de empregos por todo o mundo, sendo o setor, responsável por 9,2% do PIB Mundial.

A concepção que distingue local de trabalho e local de lazer cria uma falsa impressão de “ausência” de trabalho, conforme coloca Lefebvre:

os lugares de lazeres, assim como as cidades novas são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e ‘livres’. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. [...] Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. (LEFEBVRE, 2008b, p. 49-50)

Pode-se então afirmar que “o turismo é simultaneamente ócio e trabalho, produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, restritas a poucos” (CORIOLANO, 2006, p. 368).

Uma das principais questões que envolvem a inclusão da população na atividade turística diz respeito à questão do emprego. Conforme aponta Dias (2003b, p.132):

nas localidades turísticas menos desenvolvidas, a maioria dos postos de trabalho ocupados pela população local no turismo, pertence aos níveis salariais inferiores – empregadas domésticas, arrumadeiras, garçons, jardineiros, faxineiros e outros trabalhos práticos -, enquanto os maiores salários e os trabalhos de gerenciamento que possuem maior prestígio na escala social são ocupados por estrangeiros ou nacionais das regiões mais desenvolvidas do próprio país.

Não se pode negar que as oportunidades de emprego aumentam com o incremento do fluxo turístico. Porém, é necessário analisar em que condições se dão esses empregos e a quem se destinam. Ouriques (2005) trata da questão do alarde que é feito pelo fato de o turismo ser, segundo ele, a atividade que mais emprega no mundo. Em seu estudo, ele enfatiza o fato de esta ser uma atividade que remunera mal os seus trabalhadores inclusive nos países considerados desenvolvidos. Ele cita o caso da União Européia em que a média de remuneração mensal dos trabalhadores do turismo é 20% menor do que a média. O estudo mostra essa desigualdade de salários também no Brasil. As baixas médias salariais são resultado da exploração do trabalho para extração da mais-valia capitalista. “Não é surpreendente o entusiasmado canto da sereia com o qual os capitalistas e pesquisadores ufanistas geralmente começam seus discursos quando dizem que ‘é o principal gerador de empregos do mundo!’ (OURIQUES, 2005, p.128)

Esta é uma situação comum e que é também citada por autores como Beni (2006), Dias (2005) e Krippendorf (2001). Outro item relevante está no fato de as relações entre turistas e trabalhadores em geral são relacionados à servidão:

como os contatos que ele (o turista) estabelece com os residentes se baseiam principalmente na servidão (o ‘nativo’ é o que carrega sua bagagem, o conduz como guia, serve seu alimento, cuida do seu corpo através de massagens etc.), não é difícil perceber que a experiência turística serve para confirmar aquilo que o turista já pensava antes de viajar: que no país visitado ele será tratado como um rei porque os ‘nativos’ são pobres e necessitados de dinheiro. (OURIQUES, 2005, p.110)

Estatísticas do IBGE (2010) mostram que no município há 394 empresas cadastradas, considerando todos os setores da economia local, sendo 1.493 pessoas ocupadas assalariadas com um salário médio mensal de 1,4 salários mínimos.

Em pesquisa de campo, ao questionar sobre a fonte de renda, foram obtidos os resultados apontados nas Figuras 27 e 28, a seguir:

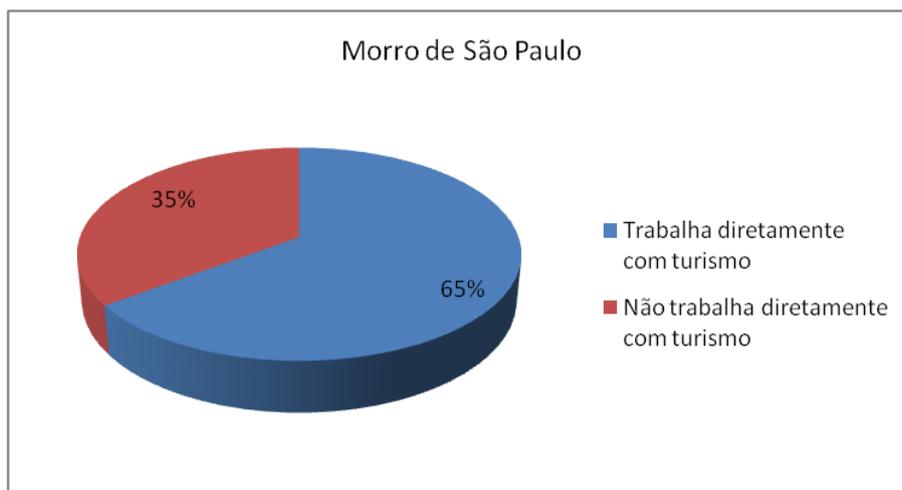


Figura 27: Fonte de renda em Morro de São Paulo
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

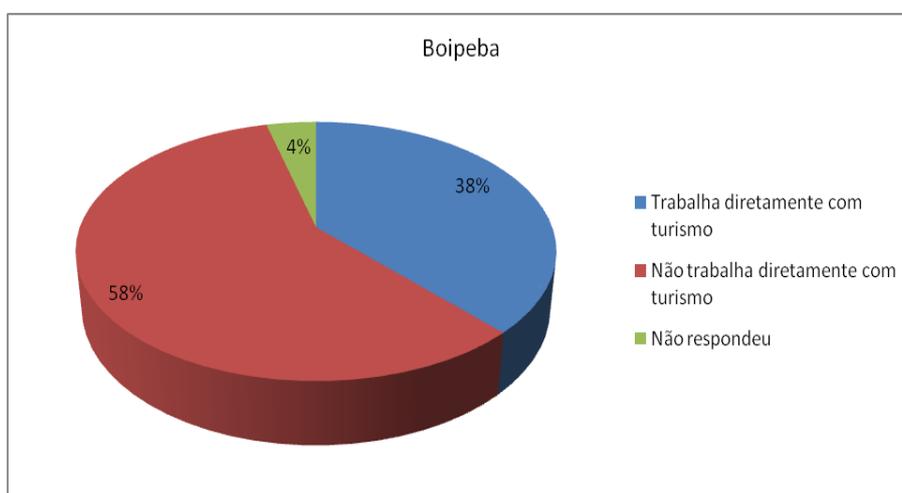


Figura 28: Fonte de renda em Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

A maioria dos entrevistados em Morro de São Paulo trabalha diretamente com a atividade turística (65%), o que demonstra a força do turismo na localidade. Já a pesquisa em Boipeba apontou que 38% dos entrevistados, trabalham diretamente com a atividade. Isso reflete o fato de este ainda ser um setor em processo de consolidação no local.

Dentre os entrevistados que não trabalham com turismo em Morro apareceram estudantes, auxiliares administrativos e professores, desempregados que vivem de trabalhos temporários. Nenhum dos entrevistados informou exercer atividades agrícolas e o único que respondeu ser pescador na baixa estação disse que sua principal fonte de renda é uma barraca de caldo de cana que atende principalmente aos turistas. Isso pode ser

um indício que as atividades características das áreas urbanas têm predominado na localidade.

Já em Boipeba, percebeu-se um maior equilíbrio, visto que o processo de urbanização ainda não é tão intenso como em Morro. Na vila, 58% dos entrevistados não trabalham diretamente com turismo e dentre eles predominam as atividades de comércio de produtos para a população e de pesca. Também surgiram trabalhadores rurais, da construção civil, manicure, vigilante e um funcionário público.

Apenas para os trabalhadores envolvidos diretamente com o turismo, e que não são autônomos, foi questionado se eles possuem carteira de trabalho assinada. Os resultados são apresentados nas Figuras 29 e 30:

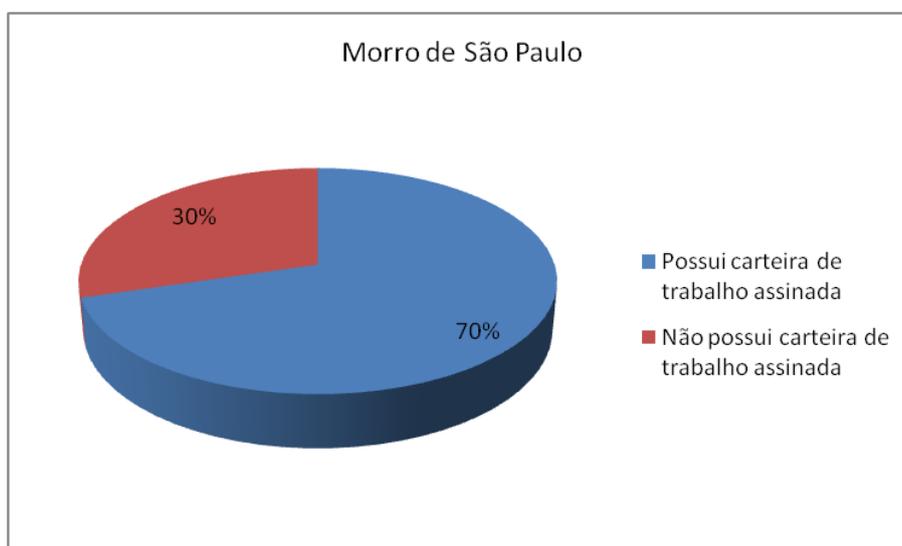


Figura 29: Emprego com carteira assinada em Morro de São Paulo
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

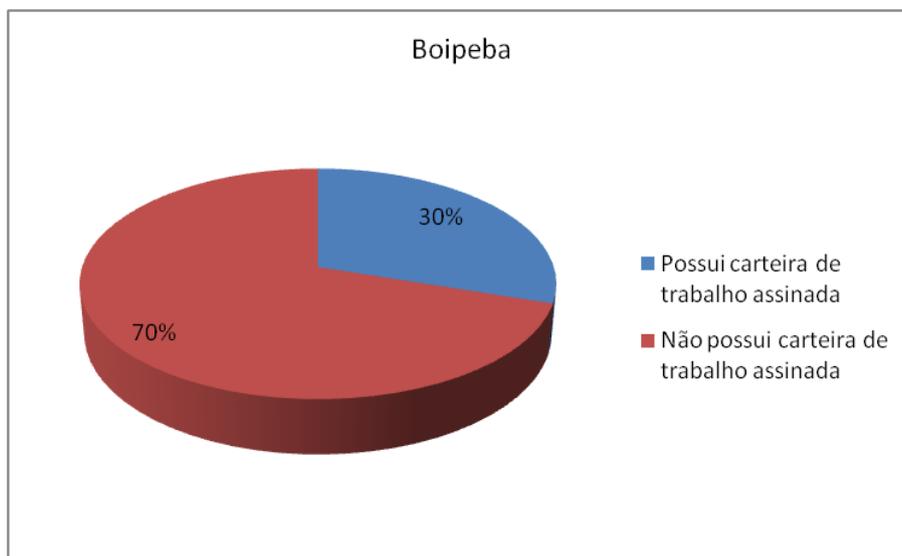


Figura 30: Emprego com carteira assinada em Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Ocorrem situações completamente opostas nas duas localidades. Enquanto em Morro de São Paulo 70% daqueles que trabalham diretamente com turismo possuem carteira assinada, em Boipeba exatamente a mesma porcentagem é de trabalhadores sem carteira assinada. O fato de Morro possuir uma infraestrutura e uma economia basicamente voltadas para a atividade pode fazer com que os trabalhadores passem a conhecer melhor os seus direitos e que o setor tenha também uma melhor estrutura nesse sentido. Apesar disso, durante a aplicação dos formulários, foram citados casos de desrespeito às leis trabalhistas, como o desrespeito à folga semanal, especialmente na alta estação, às horas extras de trabalho não compensadas e mesmo o caso de um garçom que recebe como salário as gorjetas pagas pelos clientes. Segundo ele, quando as gorjetas não são suficientes para completar um salário mínimo, o patrão completa apenas a diferença para fechar o salário em um mínimo.

Percebe-se ainda o medo que as pessoas têm de falar sobre esse assunto. Em alguns formulários, por exemplo, ocorreu de entrevistados, em conversas informais, falarem sobre questões que os incomodavam, e no momento da entrevista, passarem informações contraditórias em relação ao que já haviam mencionado anteriormente.

O fato de os trabalhadores locais não possuírem qualificação e nem uma escolaridade alta, diminui as possibilidades de aumento de salário e de respeito à legislação trabalhista. Os resultados apresentados, também podem traduzir que a busca por profissionais de fora, já qualificados, representa uma melhoria nas condições de trabalho. Além da qualificação profissional, estes já possuem uma maior consciência com relação aos seus direitos. É certo que a melhoria das condições de trabalho deveria se dar pela consciência da própria população, mas a falta de qualificação acaba fazendo com que os moradores se contentem com o que lhes é oferecido.

Dentre as questões feitas aos moradores na pesquisa, foi solicitado que os entrevistados dissessem a primeira palavra que viesse à cabeça, ao ouvir algumas palavras-chave. Quando a palavra foi “turismo”, 65% dos entrevistados disseram palavras que demonstravam uma percepção positiva da atividade. Dentre as palavras mais citadas estavam: emprego, lucro, fonte de renda, oportunidade, desenvolvimento. 13% dos entrevistados se mostraram

neutros e 6% demonstraram insatisfação mencionando palavras como: exploração, cansaço e mortes. Esse alto índice de satisfação pode estar atrelado ao fato de não haverem outras fontes de renda no município. O percentual restante corresponde ao número de pessoas que não responderam. As terras estão concentradas nas mãos de poucos que controlam as atividades extrativas. Estudo realizado por Thévenin (2009), baseado em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apontou uma disparidade no que diz respeito à concentração de terras no município. Segundo o estudo, em 1998, 14 pessoas detinham 73,14% das terras, se somadas todas as propriedades. O mesmo estudo mostra que de um total de 100 propriedades registradas pelo INCRA, 63 possuem até um módulo fiscal apenas, que equivale a até 50 hectares, enquanto apenas cinco possuem mais de 10 módulos fiscais.

Um fator a ser considerado, e que apareceu em algumas entrevistas é que muitas dessas pessoas tiveram condições de melhorar de vida em relação às suas próprias condições anteriores. Porém o crescimento populacional e a explosão da cidade, conforme será abordado na seção 4, mostram que em relação à nova realidade local, a segregação e a exclusão são mais visíveis.

o desenvolvimento do turismo afeta a estrutura demográfica criando novos empregos que, por sua vez, geram, além do êxodo rural, migrações inter-regionais. Essa força situacional pode também, por um lado, sustar a emigração, principalmente dos jovens, graças ao aumento da oferta de trabalho; e por outro, na medida em que certas habilidades e competências profissionais exigem uma mão-de-obra qualificada – e mesmo especializada - tende a recrutá-la nos centros mais desenvolvidos. Além disso, também é verdade que os pólos turísticos atraem os desempregados das áreas do entorno. (BENI, 2006, p. 45)

Os migrantes do entorno e os moradores locais passam a competir pelos empregos que surgem em decorrência da atividade. Se nos remetermos ao pensamento marxista, veremos que a questão do emprego é tratada pelos agentes hegemônicos como uma mercadoria: “Se a oferta é muito maior do que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome” (MARX, 2006, p.66).

A oferta de trabalhadores, sendo maior do que do que a procura por empregados, dá ao empresário um maior poder de definição com relação ao valor dos salários. Ele sabe que pode encontrar trabalhadores a qualquer

momento. Ou seja, “para viver, os que não são proprietários tornam-se obrigados a colocar-se direta ou indiretamente a serviço dos proprietários, ou seja, tornar-se dependentes” (MARX, 2006, p.76).

Nos casos em que o empregador necessita de pessoas com algum conhecimento específico e tem dificuldade de encontrar, ocorre o inverso, o trabalhador tem um maior poder de negociação. No entanto, a questão do baixo nível de escolaridade, aliada à falta de qualificação profissional, atende de certa forma aos interesses capitalistas, já que os trabalhadores ficam sem outra alternativa senão aceitar o que lhes é imposto.

Durante a aplicação de formulários aos empresários locais, foi questionado se havia dificuldade em encontrar pessoas com as habilidades e competências necessárias para trabalhar na empresa. Verificou-se ser comum a dificuldade em encontrar pessoas para trabalhar, conforme mostra a Figura 31, a seguir:

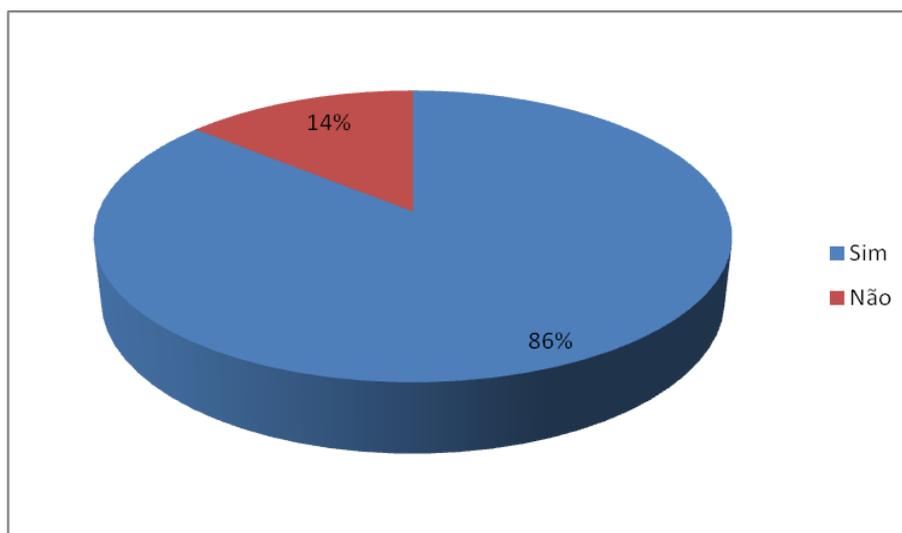


Figura 31: Empresários com dificuldade em encontrar pessoas qualificadas para trabalhar
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Os empresários que disseram ter dificuldade em encontrar pessoas para trabalhar, em geral afirmaram procurar pessoas comunicativas, com boa aparência, responsáveis e em alguns casos, com experiência e que falem outros idiomas. Foi perguntado também, o que os empresários costumam fazer quando precisam e não encontram pessoas com as qualificações exigidas por eles. Em geral, as respostas remetem ao fato de as empresas buscarem

pessoas de fora para preencher essas vagas, conforme aparece na Figura 32, a seguir:

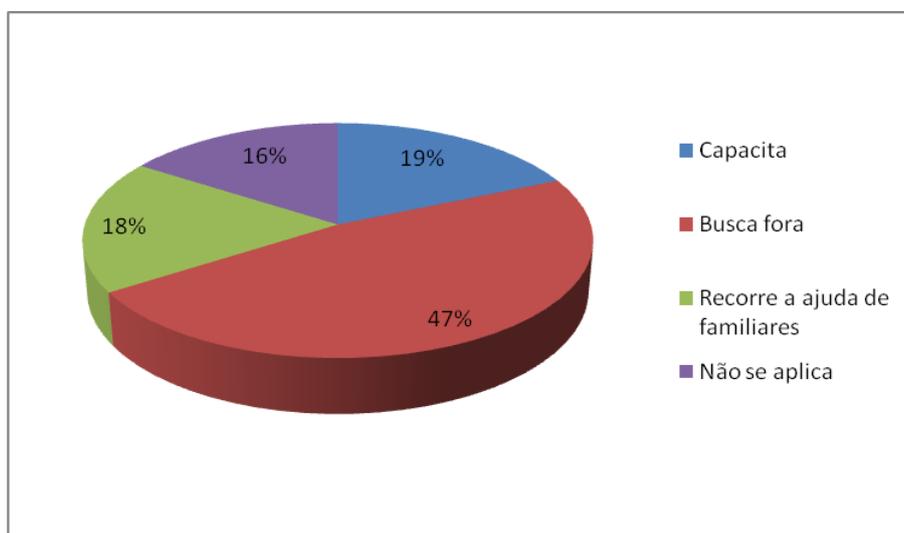


Figura 32: Ação dos empresários locais
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

A capacitação pelo próprio empresário é um aspecto que pouco foi citado pelos empresários que costumam buscar uma alternativa mais fácil, rápida e que comprometa menos as suas receitas. Os empresários que em sua maioria não são naturais de Cairu (79%), mostram dessa maneira, a sua clara intenção não no desenvolvimento local, mas no desenvolvimento dos seus próprios negócios. Mais uma vez a lógica capitalista predomina.

3.2. HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES DO TURISMO NO LOCAL: LIMITES E CONTRADIÇÕES

Conforme abordado na seção 2, a globalização, no caso específico das localidades turísticas, tem catalisado e influenciado relações de verticalidade que transformam profundamente as horizontalidades. As primeiras podem ser relações impostas pelo mercado ou pelos poderes públicos que também acabam sendo influenciados pelo próprio mercado. Este fator faz com que cada vez menos a população tenha voz ativa dentro dessa estrutura.

Diante disso, começa a despontar uma discussão entre os acadêmicos sobre o modo pelo qual as políticas públicas podem passar a incentivar e

privilegiar a satisfação das necessidades locais da população e sobre como essas pessoas podem tornar-se mais ativas no processo.

3.2.1. Poderes públicos e turismo: o turismo nos discursos políticos

Visto pelos governantes como uma forma de atrair divisas para as suas respectivas localidades, o “desenvolvimento” do turismo tem comumente aparecido nos discursos políticos como uma forma de persuadir a população de que esta é a melhor forma de gerar empregos e distribuir renda, fazendo com que as pessoas, consintam ou pelo menos não resistam à inserção da atividade.

De acordo com Krippendorf (2003, p.73) “é assim que as regiões receptoras concebem o turismo, embora, na verdade, existam conceitos claros e estes sejam expressos”. O autor se refere aí a motivações econômicas que se constituem no motor da sociedade moderna.

Dentro dessa perspectiva que retrata a questão dos discursos políticos fomentadores da inserção turística como alternativa para o desenvolvimento, Coriolano (2006, p.372) afirma que “na prática, é uma superestimação de seu desempenho, criando falsas expectativas, sem possibilidades de solução aos problemas sociais e ambientais existentes”.

Se considerarmos a recente explosão da atividade turística em âmbito mundial, nota-se que o discurso governamental é basicamente o mesmo desde os primeiros até os planos mais atuais.

De acordo com a OMT (2003), dentro da atividade turística, o Poder Público atua diretamente na elaboração de políticas para a atividade, no seu planejamento, desenvolvimento e regulamentação. Sendo assim, seu papel consiste, entre outros, na elaboração de políticas, planos, programas e projetos que direcionem as ações que irão permear a implementação ou a manutenção do turismo no local.

O Governo Federal, a partir do Ministério do Turismo, já tentou estabelecer em seus Planos Nacionais, programas para incrementar a atividade. O mais recente é o Programa de Regionalização do Turismo, que consiste numa tentativa de incremento, a partir da estruturação de 65 destinos indutores selecionados em todo o Brasil. Na Bahia, foram escolhidos os

municípios de Salvador, Mata de São João, Lençóis, Porto Seguro e Marau. Este último é o destino escolhido para ser o indutor do turismo na região turística Costa do Dendê, onde está localizado Cairu.

A ideia de promover o crescimento regional a partir da estruturação de um polo turístico em cada uma dessas regiões, se de um lado é uma tentativa de disseminar o turismo em âmbito regional fazendo com que os municípios criem estratégias em conjunto, de outro pode ser uma forma de segregação dentro da própria região, visto que a verba turística não é distribuída uniformemente, ou pelo menos proporcionalmente entre todos os municípios da região, mas de maneira concentrada. O depoimento a seguir é uma crítica à política de regionalização que definiu os 65 destinos indutores para ter preferência nos investimentos destinados à atividade, numa proposta de desenvolver regiões turísticas a partir da estruturação da oferta turística em um destino por região.

o que eu tô vendo é somente o repasse das ações municipais com os destinos indutores e só. E a proposta que você pega um destino e induz a região não tá existindo, então pra mim, o projeto já não se sustenta. Porque uma coisa é você botar o “feijão” como destino indutor e você tratar a região, mas numa região que não acontece nada no entorno, só pro feijão. Peraí: eu tô pincelando 65 pra ser o cartão postal e o resto se vira! A impressão que eu tenho por enquanto tá sendo essa. (ENTREVISTA 7, 2009)

Os Planos de Turismo costumam anunciar que irão incluir socialmente a partir do desenvolvimento econômico. Volta-se à antiga história do: “primeiro vamos deixar o bolo crescer, para depois reparti-lo”. O bolo tem sim, grandes chances de crescer, porém as chances que haja essa divisão são quase nulas em uma sociedade na qual o poder se concentra nas mãos daqueles que detêm o capital.

Não é de hoje que os discursos políticos inserem o turismo como uma forma de fazer crescer o bolo. O Plano de Turismo do Recôncavo de 1971, por exemplo, apresenta a atividade da seguinte maneira:

entre os efeitos econômicos e sociais que o turismo provoca, dentro de um país, o primeiro relaciona-se com a *maior disponibilidade de moeda estrangeira*. Outro efeito é o de *impulsão* que o turismo produz na *renda do país*. O terceiro é o da *influência do turismo sobre o emprêgo e a distribuição de renda, social e espacialmente*. (BAHIA, 1971, p.1.2)

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (BRASIL, 2007) adotou como *slogan* “uma viagem de inclusão”. De acordo com a mensagem inicial do plano, escrita pela então Ministra do Turismo Marta Suplicy, esta inclusão pode ser encarada sob diferentes ângulos: primeiro, no sentido de que entre os objetivos do plano estão a inclusão de segmentos antes esquecidos como é o caso dos idosos incentivados pelo projeto “Viaja Melhor Idade”; segundo, a inclusão no mundo do trabalho das classes com um menor nível de renda a partir da geração de mais empregos e redução das desigualdades. O Plano coloca como objetivo:

transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante *indutor da inclusão social*. Uma inclusão que pode ser *alcançada por duas vias: a da produção*, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda e *a do consumo*, com a absorção de novos turistas no mercado interno. (BRASIL, 2007, p.11)

Os planos, apesar de terem sido escritos em diferentes momentos históricos, apresentam argumentos semelhantes, especialmente no que diz respeito à inclusão social, geração de empregos e distribuição de renda. Entretanto, ao realizar uma leitura mais minuciosa desses discursos, observa-se o caráter mercadológico presente em ambos, o que confirma a ideia da mercantilização do turismo encoberta por um discurso progressista e desenvolvimentista. É o que Milton Santos chama de fábula e perversidade da globalização:

fábula, porque os gigantescos recursos de uma informação globalizada são utilizados mais para confundir do que para esclarecer; a transferência não passa de uma promessa. [...] perversidade, porque as formas concretas dominantes de realização da globalidade são o vício, a violência, o empobrecimento material, cultural e moral, possibilitados pelo discurso e pela prática da competitividade em todos os níveis. O que se tem buscado não é a união, mas antes a unificação. (SANTOS, 2008a, p. 152)

No Plano de Turismo do Recôncavo se fala em maior disponibilidade e em aumento da moeda estrangeira, o que favorece a balança comercial de um país e de certa forma incentiva a inserção de capital estrangeiro provenientes de investidores e especuladores, não apenas dos turistas. O Plano Nacional de Turismo fala em inclusão social a partir do aumento da produção e do consumo. Estruturalmente, o país não está preparado para incluir. Se, como já

foi colocado, as populações locais de pequenas cidades não possuem uma qualificação para serem inseridas nos melhores postos de trabalho que a atividade gera, ou mesmo crédito para iniciarem seus pequenos negócios, surge o questionamento: incluir quem?

O discurso que deveria falar principalmente na inserção e no desenvolvimento a partir da educação reproduz os anseios capitalistas pelo aumento da produção e do consumo e reduz a população a coadjuvantes ou mesmo expectadores do crescimento da atividade. O turismo gera emprego, renda, oportunidades, mas para quem está preparado. De acordo com Yázigi (2003, p.337) obviamente para as empresas seria mais fácil empregar pessoas do lugar do que trazer pessoas de fora. “O grande problema é que, em muitas frentes geográficas, [...] situadas em grandes ecossistemas naturais, as camadas populares são raramente capazes de contribuir com as fases do projeto, desde sua concepção”. Isso se deve, entre outros fatores, à falta de investimento em educação.

O turismo é apresentado pelos governos e mesmo pela OMT de maneira supervalorizada conforme aponta Coriolano (2006). A mesma autora coloca o fato de como esses governantes apontam a atividade como a melhor forma de transformar mercadoria em riqueza e de gerar emprego e renda além de estarem, mais recentemente, abordando a questão da inclusão social. “Tudo, entretanto, parece que acontece ou vai acontecer num passe de mágica, pois nada fica explicitado de como mudar a realidade da população local” (CORIOLANO, 2006, p.177).

Todos os argumentos em favor do turismo são questionados por alguns autores e principalmente aqueles relacionados às questões sociais apresentadas no capítulo anterior.

É importante ressaltar que não se está querendo negar os benefícios que a inserção do turismo numa determinada localidade pode gerar. Não se trata apenas de criticar a atividade turística e negar que ela traga algum tipo de benefício, mas de entender as principais questões relacionadas ao turismo para se pensar como minimizar determinados impactos. O que está se colocando em questão aqui é o fato de que o turismo vem sendo utilizado como instrumento manipulador para a inserção capitalista e para o favorecimento das relações verticais em localidades que, muitas vezes, poderiam ter outras

alternativas econômicas mais condizentes com a sua respectiva realidade e condições de qualificação da mão-de-obra local. Nessas localidades o turismo poderia ser uma alternativa entre outras atividades e não a base da economia local.

A questão então é pensar em maneiras mais eficazes de inserir a população e não apenas distribuindo subempregos e os inserindo do lado mais vulnerável desse contexto perverso da acumulação capitalista. Deve-se fazer com que a população decida os rumos que o turismo bem como qualquer outra atividade econômica deve tomar e quem serão os beneficiados. Seria um começo talvez mais coerente com o discurso de inclusão.

3.2.2. Planejamento turístico e participação popular

Uma forma de se definir as diretrizes e políticas atingindo de forma direta a população local é realizando o planejamento com a participação popular. Sendo assim, a participação vem sendo vista como uma forma de fazer com que o local progrida de maneira mais equitativa e desenvolva suas horizontalidades. Quanto a esse aspecto, Silva (2003, p.49) aborda que:

apesar de também destacar a existência de fatores endógenos, de recursos naturais específicos, da especialização dos sistemas produtivos locais, quase sempre a preeminência era sobre os fatores exógenos, ou seja, sobre fatores externos aos lugares. Mas nas últimas décadas isso cresceu ao contrário, e cresceu a valorização dos fatores endógenos, não na perspectiva tradicional do aproveitamento, puro e simples, dos recursos diferenciados, naturais ou humanos, mas no aproveitamento do potencial organizacional das comunidades regionais, em promover, em dirigir todos os processos de transformação.

Em suas discussões sobre a abertura para com a participação popular no planejamento e gestão urbanos Souza (2004), baseado em Arnstein, definiu uma escala de participação categorizada da seguinte forma:

- a) coerção: situações em que a democracia não existe e o “cidadão” é forçado a realizar aquilo que foi estabelecido pelos governantes sem nenhuma espécie de consulta prévia;
- b) manipulação: escala na qual são utilizados mecanismos de indução como propagandas;

- c) informação: o autor refere-se aos casos em que o governo libera ou restringe as informações de acordo com as suas próprias conveniências;
- d) consulta: nesse caso os governantes ouvem o que pensa a população sobre determinado assunto, não significando necessariamente que as suas opiniões serão incorporadas ao planejamento e às intervenções;
- e) cooptação: pode se dar de várias maneiras entre as quais a partir do convite à líderes comunitários a participarem com cargos na administração ou mesmo com a adesão destes à chamados “canais participativos” de caráter consultivo;
- f) parceria: há a colaboração mútua, da população e do governo, na elaboração de políticas e na implementação destes;
- g) delegação de poder: nesse caso, a população trabalha como co-gestora na implementação de políticas e na intervenção, sendo um passo além da parceria;
- h) autogestão: significa uma gestão realizada sem a intervenção do governo ou qualquer outra instância de poder. Os cidadãos são responsáveis pelas implementações e intervenções planejadas por eles mesmos.

Ressalta-se aqui que nesta escala o autor afirma que apenas a parceria, a delegação de poder e a autogestão podem ser chamadas de participação. A informação, a consulta e a cooptação são graus de pseudoparticipação. Finalmente, a coerção e a manipulação são definidas pelo autor, como “situações de não-participação”.

A partir da compreensão dessa escala, pode-se afirmar que o que se vê atualmente, é que a participação popular, conforme sustenta Dias (2003a, p.112-113), pode ser considerada um grande “mito”. “Ora é utilizado como mote para justificar posições autoritárias em nome de uma pretensa unanimidade popular, [...] e no mais das vezes para facilitar a implantação de determinado modelo”. Atualmente, as grandes agências financiadoras “sugerem” que haja essa participação para a liberação de verba em determinados projetos, criando assim, as situações de pseudoparticipação citadas por Marcelo Lopes de Souza (2004).

Alguns requisitos mínimos passaram a ser exigidos para a liberação das verbas relativas aos projetos do PRODETUR/NE II, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), após uma série de impactos causados pelo incentivo ao turismo pelo PRODETUR/NE I de maneira desenfreada. Entre os principais requisitos está o foco em ações que beneficiem a população local e a realização do planejamento participativo.

Cada região turística teve que elaborar um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que necessitou da validação de conselhos regionais, formados por representantes dos seguintes segmentos: terceiro setor (Organizações não governamentais - ONGs, associações representativas da população local e universidades), setor privado (associações representativas do empresariado), poder público municipal, poder público estadual e poder público federal.

Em uma primeira fase, o plano era discutido em fóruns regionais e estaduais. Após a finalização dos PDITS, os fóruns continuam, para discutir os projetos em escala regional. Cada região apresenta os seus projetos para os conselheiros no Fórum Estadual de Turismo. Os projetos aprovados vão para o Ministério do Turismo para que seja dado um parecer técnico e aprovado ou não em instância federal. A região chamada de Polo Litoral Sul, onde se situa Cairu, teve aprovado e atualmente está em implantação, o projeto de sinalização turística, que envolve todos os municípios da região.

Uma tentativa de empoderamento, que é o objetivo de um planejamento realmente participativo, somente pode ser efetivamente concretizada se a população tiver não apenas voz ativa dentro do processo, mas também acesso a informações diversas. Isso só ocorre se o projeto tiver um intuito real de beneficiar a população e não somente a busca de verba para a realização de obras eleitoreiras. Beni (2006, p. 74) coloca que o empoderamento vai além da simples participação “muitas vezes medida na simples presença em assembléias. [...] Se há um maior poder na tomada de decisões e controle por parte daqueles que, antes, não detinham qualquer poder, há uma necessária transformação”. Transformação esta que consiste no fortalecimento das horizontalidades.

A inserção da população de forma participativa, segundo Cammarata (2006, p.361) necessita de:

espacios de diálogo e intercâmbio para construir el camino de la gestión compartida entre los sectores públicos, privados y otras organizaciones no gubernamentales, en espacios donde se desarrollan sus actividades, aspiraciones e intereses.⁵

Acontece também que, como coloca Beni (2006, p.57-58), “parte da dificuldade de inclusão da comunidade no processo de planejamento está no fato de ela não ser uma massa homogênea, mas conter fortes divisões de classe, *status* e poder”. Isso, segundo o autor, leva a problemas relacionados ao compartilhamento e divisão dos benefícios de forma equitativa. Porém, observa-se aqui, isso não pode e não deve ser utilizado como desculpa para que o processo participativo não seja realizado.

Seguindo o pensamento de Beni, ele complementa que onde “há coesão, certo grau de associativismo e viabilidade econômica, é possível uma maior autonomia.” Nas localidades onde essa coesão não existe, a população fica mais vulnerável ao modelo de turismo dominado pelos agentes hegemônicos. Em localidades turísticas, que abrigam migrantes de todas as partes do país e do mundo, com diversos interesses, esta coesão parece ser cada vez mais utópica.

Em nível local foi possível constatar que não existe, uma participação efetiva, se forem consideradas as escalas de participação já definidas neste capítulo. O próprio Plano Diretor se refere ao processo de participação no município da seguinte maneira:

é uma prática comum da prefeitura do município de Cairu atuar sem considerar a opinião da comunidade. As modificações na estrutura administrativa, por exemplo, parecem acontecer sempre que alguma situação conjuntural sugere tal mudança, sem se fazer uma reflexão quanto aos impactos da alteração da estrutura no funcionamento geral da gestão municipal. Isto se dá por conta do alto grau de centralização no momento de se tomar decisões. (CAIRU, 2004)

Apesar de esta ser uma consideração realizada numa gestão de outro partido, a realidade atual não é diferente e não ocorre nem sob a forma de pseudoparticipação. Dentre os entrevistados em todos os segmentos, foi perguntado se eles costumam ser consultados ou participar de reuniões com a

⁵ Espaços de diálogo e intercâmbio para construir o caminho da gestão compartilhada entre os setores públicos, privados e outras organizações não governamentais, em espaços onde se desenvolvam suas atividades, aspirações e interesses. (tradução nossa)

prefeitura que definam as diretrizes do turismo no município. O resultado é apresentado na Figura 33, a seguir:

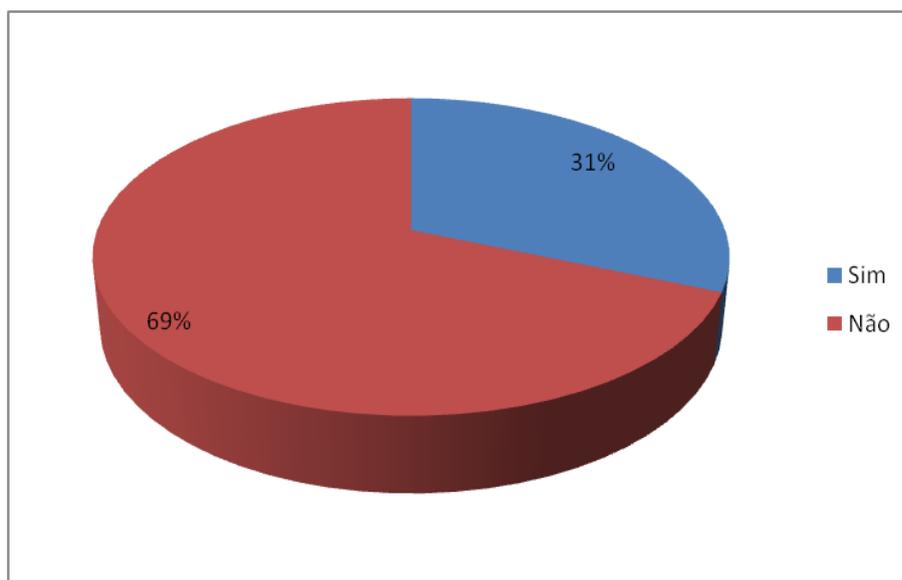


Figura 33: Participação em reuniões
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Estes resultados representam a totalidade dos entrevistados dos segmentos população local, organizações do setor voluntário e empresários do turismo que responderam à questão nas três localidades. 69% do total responderam que não costumam ser consultados pelo município quando este realiza projetos, especialmente voltados para o turismo. Dentre os 31% dos que responderam que sim, estão incluídas as participações em reuniões do Projeto Compensatório da Petrobras, independente da prefeitura, e reuniões do CAP, de Morro de São Paulo.

O CAP foi criado por empresários, líderes locais e prefeitura de Cairu, com o intuito de desenvolver estratégias para incremento do turismo em Morro de São Paulo. Uma das estratégias foi a criação de uma taxa de turismo que inicialmente tinha o valor de R\$ 6,50, e em 2010 aumentou para R\$ 10,00. A receita gerada pela taxa, que não foi informada pela secretaria de turismo, de acordo com o projeto inicial, deveria ser aplicada de forma a proporcionar melhorias na infraestrutura local, sendo o CAP o gestor da verba. Porém os moradores se queixam da falta de transparência na aplicação desses recursos.

Como é possível observar na Figura 34, a seguir, 61% dos entrevistados de Morro de São Paulo demonstraram uma impressão negativa com relação à

taxa. Foram citadas expressões como “inadequada”, “tem que saber empregar”, “mal utilizada”, “exploração” e mesmo “inconstitucional” numa referência ao direito de ir e vir pregado pela Constituição Federal.

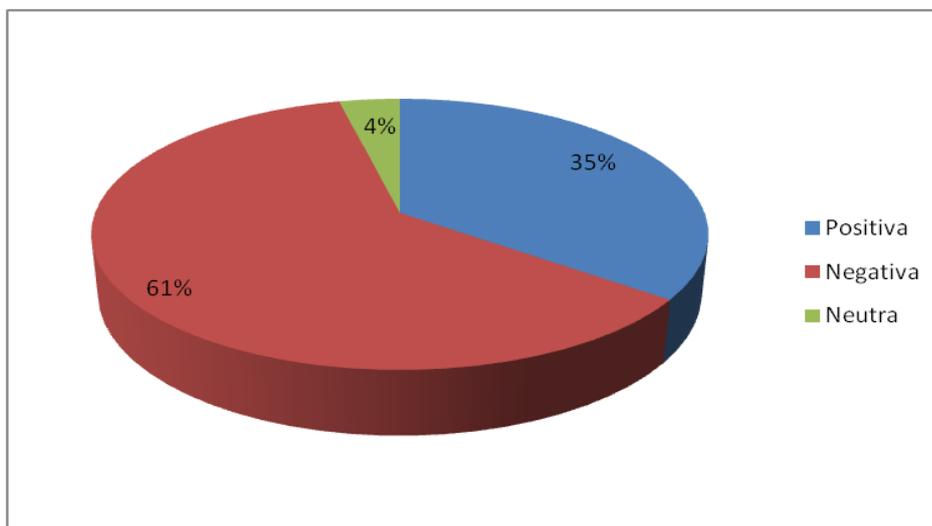


Figura 34: Percepção dos moradores sobre a taxa de turismo
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

A participação popular se dá nos projetos e atividades em que a presença de seus representantes se faz necessária, seja por legislação, seja por exigência para liberação de verba no financiamento de projetos e apenas em caráter consultivo. Dentro do município de Cairu, a população local se organiza de formas diferentes dentro das localidades estudadas. Mais adiante será realizada uma análise comparativa entre as formas de organização nessas localidades.

A elaboração do Plano Diretor Municipal, por exemplo, obrigatório em áreas turísticas, foi realizado a partir da participação conforme consta no artigo 40, parágrafo 4, inciso I do Estatuto da Cidade (Brasil, 2010, p.13), no qual se estabelece “a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”.

Além disso, os instrumentos criados para que se desenvolvesse esse espaço de discussão não têm efetivamente exercido a função. O Conselho Gestor da APA Tinharé-Boipeba, por exemplo, não se reúne há mais de dois anos, segundo depoimentos de moradores, e o Conselho de Administração Participativa de Morro de São Paulo está desativado por questões políticas e

de divergências entre os seus membros, conforme também relataram alguns entrevistados da pesquisa. Outro entrevistado revelou no seu depoimento a falta de uma política em na qual os moradores tenham uma participação efetiva, com direito a tomar decisões:

o CAP se perdeu, taí sem o presidente, as coisas nunca iam porque a última palavra sempre era do “seu prefeito”. (ENTREVISTA 8, 2009)

Medidas que, na teoria, seriam para melhorar a vida da população têm seus objetivos deturpados em função de interesses econômicos de determinados grupos. Sendo assim, “os vetores de modernização [...] trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que cria é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício” (SANTOS, 2008a, p.144).

3.2.3. O papel das organizações do setor voluntário

Dentro de uma perspectiva na qual se discute a participação popular nas políticas públicas, as organizações do setor voluntário podem ter um papel fundamental, por terem, em geral, uma atuação em atividades diretamente relacionadas aos interesses da população.

Esses grupos, de acordo com Dias (2003a, p.117), inserem-se no cenário de um aumento “da participação do cidadão, e articulam-se de tal forma, que ao mesmo tempo em que suprem deficiências do Estado no cumprimento da sua ação social, constituem-se cada vez mais como grupo de pressão importante”.

Na visão de Santos (2008a, p.162-163), o lugar precisa ser encarado como “globalmente ativo”. É a partir dos grupos organizados que atuam no setor voluntário (associações de bairros e de classe, organizações não governamentais, etc.) que os cidadãos podem fortalecer as horizontalidades e ao mesmo tempo participar de forma mais ativa na gestão do lugar onde vivem.

No entanto, para que essa ação tenha efeito, é necessário que haja uma coesão entre os moradores locais, mais do que isso: uma ação conjunta. A seguir, será analisada a atuação das organizações do setor voluntário em cada uma das localidades pesquisadas.

3.2.3.1. Morro de São Paulo: mais turistas e menos articulação entre os habitantes

Durante pesquisa de campo, foi realizado um levantamento da situação das organizações do setor voluntário de Morro de São Paulo, Boipeba e Cairu. Em Morro de São Paulo, conforme mostra o Apêndice F, de todas as organizações entrevistadas, apenas uma não chegou a ser legalizada. Observa-se que 50% das associações foram criadas depois de 2005, quando se iniciaram as obras de instalação da plataforma Manati, da Petrobras, para exploração de gás natural. Os moradores foram instruídos que, para colaborar na elaboração do projeto compensatório⁶ e receber verbas referentes aos *royalties*, teriam que se organizar em associações, conforme relatou um entrevistado. Este afirmou ter legalizado a associação:

justamente porque a Petrobras exigiu que tinha que ser legalizada, tudo direitinho, bonitinho, pra receber benefícios. (ENTREVISTA 9, 2009)

Já se percebe aqui uma inversão de valores: as associações que teoricamente deveriam surgir a partir da iniciativa popular como uma forma de lutar por melhorias nas condições de vida e de trabalho da população, surgem apenas como uma formalidade para facilitar o repasse de verbas. É certo que essas formalidades são necessárias, porém o incentivo à criação de organizações que defendam os interesses populares deveriam se dar *a priori*, a partir de uma cultura de mobilização. Essa cultura deve ser entendida como uma forma de se trabalhar no sentido de minimizar as injustiças sociais locais, e não como uma simples maneira de facilitar a obtenção de verbas.

Mais uma vez entra em discussão a questão da educação, que definitivamente não é uma meta a se atingir em um curto prazo. O imediatismo das ações políticas, visto que há um tempo determinado para que se “mostre serviço”, desencoraja investimentos a médio e longo prazo. E assim se dissemina o “eterno” argumento da incapacidade técnica, fruto, segundo Souza

⁶ Para a construção da plataforma e dos gasodutos, além da extração de gás, parte da área por onde os pescadores tiram o seu sustento fica interdita. Por conta disso são realizados projetos que, segundo a Petrobras, “compensam” essas perdas.

(2004, p.329), “de uma sociedade heterônoma, na qual se encontra cristalizado e sancionado um acesso brutalmente desigual a informações”.

Um fator que chama a atenção é que a maioria dos líderes locais não é natural do município conforme apresenta a figura 35, a seguir:

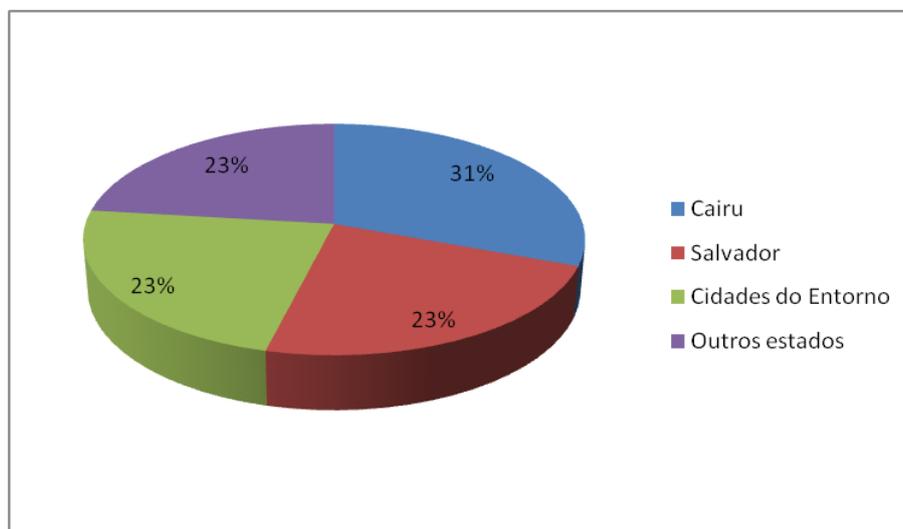


Figura 35: Naturalidade das Lideranças Locais
Fonte: Pesquisa de campo, 2009

O fato da maioria das pessoas não ser nativa reflete uma realidade comum aos segmentos não governamentais que detêm o poder da atividade em Morro de São Paulo (empresariado, lideranças comunitárias), espaços que poderiam estar sendo ocupados pelos moradores nativos. Ao questionar sobre esse assunto, surgiram diferentes respostas, dentre elas as que remetem à questão da educação, do nível de escolaridade que é baixo entre a população nativa. Segundo os próprios moradores, o fato de eles terem uma baixa escolaridade, faz com que acabem cedendo espaço para aqueles que têm um tempo maior de estudo. Em muitos casos, essas pessoas não são naturais do município e ainda estão criando vínculos com o lugar. É importante enfatizar, porém, que uma pessoa de fora pode criar um sentimento de pertencer e laços com a comunidade. Um líder entrevistado fez o seguinte comentário:

o nativo não fala com você não aqui, o nativo aqui não fala com você, é bicho do mato. Se você falar com alguém aqui, se chamar pra dar uma informação, ele vai dar. Mas pra sentar e falar com você? É por isso que se esconde dessa parte de botar o peito pra bater, entendeu? De tá na frente. Você acha que eles não queriam ter um nativo na frente de uma associação dessa aí? [...] hoje tem gente

formada aqui, nativo, mas mesmo assim se esconde. Ah, eu vou pra lá pra depois ficar me vendendo? É isso que eles falam. [...] Tudo é o dinheiro que fala mais alto mesmo né? Não tem pra onde correr. (ENTREVISTA 9, 2009)

Um líder de associação natural de Cairu, explica o fato da seguinte maneira:

quem vem de fora, já vem na maioria dos casos estruturado, ou então é aposentado aí acaba, até pela experiência trazida, percebe que há uma necessidade de se organizar no local. E aí quando vai fazer essa organização, por ter sido, vamos dizer assim, o cabeça da idéia, a assembléia vai logo dizendo, não, é você! (ENTREVISTA 10, 2009)

Em outros casos foi citada a questão do medo de represálias por exemplo. Entre os casos citados, houve o de um morador nativo líder de associação que teve que deixar o cargo devido às ameaças que ele e a sua família sofreram. Esse fato ocorreu devido à denúncias realizadas pela associação, em casos de construções sem licença ambiental e em áreas proibidas pelo zoneamento do Plano de Manejo.

A questão econômica também entrou entre os fatores citados, como mostraram depoimentos anteriores. Outro entrevistado relatou o seguinte quanto a essa questão:

tem muitas associações aqui. Mas eu vou dizer a você: tem muito pouca ação por parte dessas associações, infelizmente [...] o Morro de São Paulo é um lugar especial, maravilhoso, mas tem muito individualismo, infelizmente. (ENTREVISTA 6, 2009)

Um fator muito comentado foi a falta de parcerias entre as associações e destas com o poder público. Percebe-se uma falta de articulação e mesmo muitas divergências entre esses líderes. Com relação ao projeto compensatório, por exemplo, houveram muitas discussões, como apontam os relatórios das oficinas realizadas para decidir qual seria o projeto implantado. Um entrevistado citou as divergências porque os pescadores solicitavam um projeto que os beneficiasse, já que este grupo foi o maior prejudicado com as obras da plataforma. Os outros moradores queriam um projeto que beneficiasse a todos. Ficou decidido que seria implantada uma fábrica de gelo. Após a realização de um estudo de viabilidade, verificou-se que a fábrica não

se sustentaria. Após este fato, ainda não houve uma decisão sobre o uso da verba compensatória em Morro de São Paulo.

Os mesmos relatórios das oficinas da Petrobras afirmam que há uma “baixa capacidade organizativa na medida em que há pouca noção de participação e prática de cidadania por essas organizações” (PETROBRAS, 2007). Mais do que isso o relatório coloca uma “presença cognitiva da ‘divisão’ territorial entre os bairros Zimbo x Morro, claramente perceptível”. Essa divisão é atribuída no relatório às diferenças socioeconômicas marcantes encontradas no distrito e moradores que não compreendem a localidade como um dos bairros de Morro de São Paulo. Segundo os moradores, esse sentimento de desagregação se atribui à sua localização mais afastada, infraestrutura pública precária, além da instalação do vazadouro a céu aberto justamente na área do bairro.

Tal fato foi questionado a alguns dos entrevistados durante esta pesquisa. Uma moradora do Zimbo (ENTREVISTA 11, 2009), informou que o bairro se sente excluído das políticas públicas que beneficiam apenas o centro de Morro. Por meio dela, também ficou claro, que está se iniciando um movimento para que o bairro se transforme em um povoado. Assim, as verbas chegariam diretamente para o Zimbo. Já uma moradora do centro de Morro (ENTREVISTA 7, 2009), que possui um histórico ativo nas discussões locais, chamou os moradores do Zimbo de “separatistas”, dizendo que são eles quem se excluem do processo.

Esses fatos foram relatados, para mostrar que claramente não existe uma união entre os moradores, facilitando assim, que as verticalidades tenham uma predominância em detrimento das horizontalidades. A diversidade de interesses e opiniões individuais e mesmo individualistas entre os seus moradores acabam se tornando fatores que operam contra o bem-estar coletivo.

3.2.3.2. Boipeba

A situação das horizontalidades em Boipeba mostra uma realidade diferente da de Morro de São Paulo, incluindo aspectos como a predominância de moradores nascidos e criados na localidade entre as lideranças.

Apesar de não termos tido contato com eles, existem estrangeiros à frente de duas organizações entrevistadas: a AMABO é presidida por um alemão que mora em Boipeba há 20 anos, e a Associação Luz Cultural, fundada por duas italianas que ainda atuam na associação, hoje presidida por uma moradora nativa.

Verificou-se uma maior integração entre algumas associações e uma maior capacidade de organização. A AMABO, por exemplo, cede o espaço do Centro Ambiental para reuniões e eventos de outras associações. O Centro Ambiental da AMABO foi alugado com recursos da Petrobras, após uma parceria firmada durante cinco anos, na qual a associação deve, em contrapartida, realizar ações de educação ambiental. Dentre as ações que já foram ou estão sendo realizadas, e mencionadas em depoimento (ENTREVISTA 12, 2009), estão: oficinas sobre coleta seletiva com donos de pousadas; oficinas sobre a questão das sacolas retornáveis com os comerciantes a partir da proibição da utilização de sacolas plásticas, pelo comércio, em legislação municipal; disponibilização dos equipamentos de áudio e vídeo, bem como o espaço, para os professores das escolas trabalharem com os alunos; instalação de estruturas de madeira em locais altos em diversos pontos de Boipeba para depósito do lixo pelos moradores, evitando que a chuva e os animais espalhem o lixo; oficina de vídeo, que teve como trabalho final a produção do documentário “Um dia em Boipeba”; trabalhos em conjunto com as escolas na semana do meio ambiente; criação de uma revista denominada “Boipeba: onde vivo!”, Figura 36, que apresenta reportagens relacionadas ao meio ambiente e a cultura local; entre outras ações.

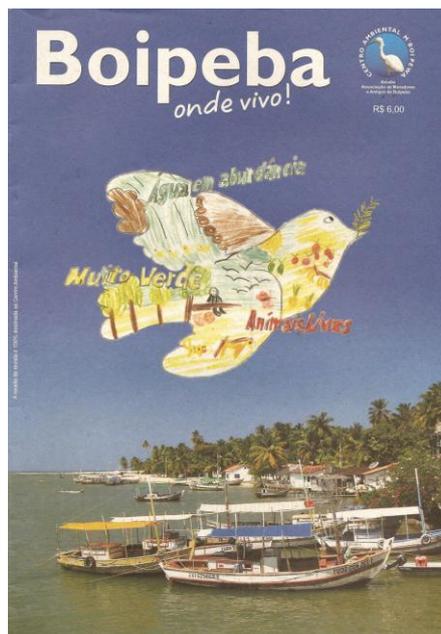


Figura 36: Capa da 1ª edição da revista Boipeba: onde vivo!
Fonte: AMABO, 2009

Outra associação, a Fundação Luz Cultural de Boipeba, desenvolve ações voltadas para o resgate das manifestações e da história local. A associação mantém uma biblioteca (Figuras 37, 38 e 39), denominada Edite dá Vida, em referência a uma parteira da localidade, ainda viva. O acervo é composto por doações de pessoas de várias partes do mundo. Estão entre as ações da associação (ENTREVISTA 12, 2009): realização de concursos literários entre as crianças; produção de um vídeo com os moradores antigos de Boipeba que contam as histórias vividas por eles; realização de trabalhos que conscientizam sobre a importância de se cuidar de Boipeba, no sentido de mantê-la sempre limpa, não para os turistas, mas para que os moradores se sintam bem no local onde vivem.

A coesão nas relações horizontais de Boipeba pode ser verificada inclusive no fato de os seus moradores já terem definido como serão aplicados os recursos do projeto compensatório da Petrobras, decisão que ainda gera muitas divergências em Morro de São Paulo.



Figura 37: Fachada da Biblioteca
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010



Figura 38: Biblioteca Edite dá Vida
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010



Figura 39: História Dona Edite
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010

Outro exemplo forte dessa coesão, está no discurso da população local que vê o turismo realizado em Morro como um exemplo negativo que os próprios moradores afirmam que eles não querer seguir:

a gente não quer ver Boipeba crescer e ficar para trás. A gente quer acompanhar o crescimento de Boipeba. (ENTREVISTA 2, 2009)

O discurso tem se refletido em ações por parte dessas organizações que, de acordo com depoimentos, já estão conseguindo inclusive uma abertura maior da prefeitura no sentido de trabalhar em parceria para realizar projetos.

a prefeitura aqui em Cairu [...] agora tá se abrindo mais um pouco, mas durante essa gestão sempre foi muito fechada. Tipo, a comunidade e associações lá, e a prefeitura cá. [...] Formamos uma comissão e fomos à Cairu ter um encontro com ele e expor nosso projeto e tudo que a gente queria fazer. Aí foi que ele se abriu assim mais um pouco. A gente propôs uma parceria da prefeitura com a AMABO e ele aceitou aí agora é que a gente tá tendo um pouco mais de abertura para trabalhar as questões não só ambientais, sociais com a prefeitura. [...] Hoje a gente tem um pouco mais de abertura, mas antes era um pouquinho fechada em relação a AMABO, acho que assim porque o prefeito dizia até achar que a associação queria fazer o trabalho dele entendeu? Acho que ele não aceitava que uma associação dentro de uma comunidade começasse a mobilizar algumas coisas então eles não gostavam [...] Agora sim tá legal porque tá existindo essa parceria e também porque eu acho que não

tem porque fazer um trabalho numa comunidade sem envolver o poder público. (ENTREVISTA 12, 2009)

Tal abertura foi possível, devido a um poder de organização e um trabalho de credibilidade junto aos moradores locais. É possível perceber na fala dos moradores uma mentalidade de preservação e de rejeição ao turismo enquanto atividade lucrativa que tem no capital a única razão de ser. Para os moradores, os turistas são bem-vindos desde que seja para garantir o sustento da própria população e não o lucro dos agentes hegemônicos. Dentro dessa perspectiva, Yázigi (2003) aborda a importância das mentalidades na estruturação do turismo local de maneira não predatória se referindo ao planejamento voltado para a manutenção do cotidiano. Segundo ele “sem mentalidade planejadora voltada para o cotidiano das pessoas, o planejamento torna-se antiético, e assim sendo não pode haver uma boa organização do espaço turístico.” (YÁZIGI, 2003, p. 219-220).

O fato de Boipeba ter mais moradores nativos vivendo na localidade foi mencionado em uma das entrevistas:

sabe qual é o problema do Morro de São Paulo? É que no Morro não tem a comunidade nativa, e Boipeba tem. No verão tá todo mundo no Morro, tá lotado de gente de toda parte do mundo, que a maioria vai pra lá pra trabalhar ganhar um dinheiro e depois que ganha vai embora pra seus países, seus estados e o Morro fica lá abandonado até quando chega o próximo verão. E aqui não, aqui é diferente. (ENTREVISTA 12, 2009)

O depoimento deixa claro que o sentimento de pertencer é fundamental na luta em prol da busca de melhorias para o lugar. Onde as verticalidades se apresentam mais fortes que as horizontalidades, predomina a competição.

3.2.3.3. Cairu

Cairu apresenta uma menor quantidade de associações que têm uma situação imobiliária mais “confortável” com relação às outras localidades do município. As cinco associações entrevistadas em Cairu já possuem sede própria, acabada ou em construção (Apêndice H).

De maneira preliminar, pode-se afirmar que as horizontalidades e os interesses coletivos ainda prevalecem sobre o poder econômico na cidade de Cairu. As associações não se formaram simplesmente para obter verbas, mas

as verbas naturalmente vieram com o trabalho dos seus líderes. Pode-se também considerar que o fato de essas associações estarem localizadas na sede administrativa, faz com que seus líderes tenham um maior acesso à informação e às pessoas-chave, facilitando assim, a obtenção de verbas.

Em um dos depoimentos, o presidente da Colônia de pescadores de Cairu, por exemplo, informou que a sede da colônia, que representa os pescadores do município, foi construída com verbas compensatórias das empresas que foram explorar gás natural no município, a El Paso e a Petrobras.

De uma perspectiva mais ampla, é possível perceber que as horizontalidades se fazem mais presentes onde a atuação das redes do turismo ainda não têm uma influência muito forte. No caso de Morro de São Paulo, essas redes podem ser representadas fisicamente pela forte presença de moradores não nativos que dominam o comércio e o turismo locais, pela maior presença de turistas e por uma maior atenção da mídia e dos órgãos governamentais.

Surgem então os questionamentos: o que fazer quando a situação chega a tal ponto? Como fortalecer as horizontalidades diante de um contexto no qual a tendência é a presença cada vez maior das redes extra-locais e a consolidação das verticalidades?

Acredita-se que a solução para essas questões não está em ações verticais, apesar de a chave do processo estar nas políticas públicas a médio e longo prazo como o investimento em uma educação de qualidade, que incentive a cultura de mobilização, fortaleça o sentimento de pertencer, desperte as pessoas para o seu papel na sociedade e prepare os jovens para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Não podemos mudar o sistema, mas podemos criar mecanismos que transformem os moradores locais em beneficiários do turismo também.

Pode ser um paradoxo pensar que o poder público, que é o maior interessado em que não haja essa mobilização, possa ser o executor de uma proposta nesse sentido. Acontece que ao fomentar uma política como esta, o poder público pode estar evitando que os principais afetados pela voracidade capitalista sejam os moradores locais. Não é possível garantir que as migrações, o crescimento populacional e a explosão da cidade não ocorram,

pois este é um processo inerente a um sistema baseado na reprodução do capital no qual estamos inseridos. Porém, proporcionar que esse desenvolvimento ocorra de maneira endógena seria um começo para uma real política de inclusão.

Ao longo desse capítulo, partiu-se da premissa que diz que, para o turismo realmente proporcionar melhores condições de vida para os moradores locais, deve-se pensar primeiramente na própria população. O documento *Asian Consultation on Tourism* citado por Mowforth e Munt (1998, p.17) coloca: “Tourism has to be humanized and not just driven by market forces and motivated by profit. [...] The autonomous growth of ‘small business’ organizations must be respected by large corporations”.⁷

Isso significa que a humanização do turismo está diretamente ligada à inclusão da população no processo de fomento da atividade, fazendo-os gestores do processo. Silva (2003, p. 49) fala na possibilidade de se desenvolver um turismo familiar, assim como existe a agricultura de subsistência “que pode ser responsável por essa endogenia nos processos de mudança”.

É certo que essa transformação não é fácil. Para que ela ocorra é necessária uma mudança geral na mentalidade das pessoas e no sistema (KRIPPENDORF, 2003). Enquanto isso não ocorrer “nada poderemos fazer a não ser contemplar os efeitos que o turismo de massa causará na ecologia e nos campos psicológico e socioeconômico”. É daí que, segundo ele, vem a importância de fazermos uma reflexão sobre o momento em que a população local perdeu o controle da situação e onde ocorreram as falhas.

O complemento para esse pensamento pode ser encontrado em Milton Santos, quando ele diz que ao se tratar a questão das horizontalidades, devemos considerar essas uniões a partir de “novas formas de produção e de consumo”. A união da população para que os seus interesses sejam defendidos, transforma um consumo meramente econômico em um consumo político. Esse pensamento que prioriza o coletivo poderá nos fazer “encontrar

⁷ O turismo tem que ser humanizado e não apenas dirigido pelas forças de mercado e motivado pelo lucro. [...] O crescimento autônomo de pequenos negócios deve ser respeitados pelas grandes corporações. (tradução nossa)

um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade” (SANTOS, 2008a, p. 144).

4. TURISMO E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO

Este capítulo discute as questões que envolvem a urbanização e as principais transformações na dinâmica espacial das três localidades estudadas. Com a ascensão do capitalismo, a partir da Revolução Industrial, as cidades, especialmente as industriais, começaram a passar pelo processo de urbanização.

Para Lefebvre, a urbanização não é consequência da industrialização, mas os dois caminham em conjunto. É “um processo com dois aspectos” que compõem uma unidade, porém fazem parte de um processo complexo e conflitante (LEFEBVRE, 2008c, p.16).

Esta complexidade se revela a partir de uma compreensão do modo de produção capitalista, que “instituiu setores novos, inserindo-os na sua expansão” (LEFEBVRE, 2008b, p. 157). Como exemplos desta expansão, pode-se citar o comércio, os serviços e o lazer. O autor ainda coloca que “a indústria dos lazers se conjuga com a da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas e das regiões montanhosas”, ocupando o espaço deixado pela atividade agrícola pela produção industrial clássica. Para Lefebvre (2008b, p. 157) “nesses lugares há uma tentativa de apropriação qualitativa do espaço que entra em conflito com o caráter quantitativo dominante por todos os lados” ocorrendo de acordo com os interesses capitalistas.

Considerando que a dinâmica capitalista consiste na produção de bens e serviços que, depois de produzidos, precisam ser consumidos para assim validar a lógica de acumulação e aumentar as rendas monopolistas, é necessário aumentar a capacidade de consumo do indivíduo.

para aumentar sua capacidade de consumo, os consumidores não devem nunca ter descanso. Precisam ser acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação interessante – e também, com efeito, em um estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação. As iscas que os levam a desviar a atenção precisam confirmar a suspeita prometendo uma saída para a insatisfação: “Você acha que já viu tudo? Você ainda não viu nada! (BAUMAN, 1999, p. 91-92)

É nesse sentido que os agentes do turismo precisam sempre estar produzindo novidades para aumentar o tempo de permanência do turista e fazer com que ele sempre tenha motivação para voltar. Isso gera uma demanda para criar novos espaços de consumo, os chamados produtos turísticos, que são criados a partir da história, da cultura, da natureza e das formas locais. Esses produtos são criados e literalmente vendidos no sentido de tentar preencher as necessidades de lazer, criando ao mesmo tempo a ilusão de paraísos inexplorados que se contrapõe a uma série de atividades que precisam ser oferecidas para aumentar o tempo de permanência do turista no local, como passeios e atividades noturnas.

Nesse afã de gerar uma oferta maior de produtos a serem consumidos, os agentes capitalistas transformam o espaço para que ele ofereça em termos quantitativos uma maior possibilidade de lucro. Essa valorização do quantitativo em detrimento do qualitativo é trabalhada por Lefebvre (2007). Segundo ele, a tendência é o desaparecimento do qualitativo, no qual as pessoas deixam o espaço do consumo para dar vez ao consumo do espaço. O consumo do espaço, por ser feito da produção de desejos para os consumidores do turismo, de certa forma demanda uma qualidade, definida pelos agentes hegemônicos da atividade como diferencial. No caso do turismo, conforme o autor, a qualidade demandada está na forma de sol, neve, mar, na sua forma natural que podem até ser simulados. Nas cidades, agentes do turismo e do lazer, em conjunto com o setor de construção, exploram o solo e as propriedades para o que Lefebvre (2007) chama de “urbanização generalizada”.

É importante ressaltar que cidade e urbano são conceitos distintos. De acordo com Lefebvre (2008b, p. 84) “o urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade”. A cidade é anterior à Revolução Industrial e ao advento do sistema capitalista e o urbano é um reflexo das relações sociais que passam a se manifestar após o advento do capitalismo.

Ainda fazendo referência à obra de Lefebvre (2008c, p.62), é proposta por ele a definição em que a cidade é colocada “como sendo projeção da sociedade sobre um local”. No caso da sociedade que apresenta transformações nas suas relações sociais, na sociedade capitalista, essa projeção apresenta contradições. Essa afirmação é compartilhada por Roberto

Lobato Corrêa ao colocar que o espaço urbano é fragmentado e articulado, visto que cada uma das partes do fragmento mantém relações com as demais partes, variando somente a intensidade da relação. Sendo assim, considerando que “esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais”, o autor coloca que o espaço é um “reflexo da sociedade” (CORRÊA, 1989, p.8).

Esta sociedade é denominada por Lefebvre (2008a, p.13) de “sociedade urbana”, e tem como principal característica o fato de ter se constituído no pós Revolução Industrial, dominando e absorvendo a produção agrícola. A sociedade urbana, de acordo com Lefebvre, resulta da completa urbanização, que ainda não é real, mas está caminhando para tal.

Complementando, Castells (2009, p.127) coloca que “a ‘sociedade urbana’, no sentido antropológico do termo, quer dizer um certo sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação”.

A seguir, serão discutidas as principais transformações urbanas relacionadas à inserção do turismo comercial nas localidades turísticas do município de Cairu.

4.1. TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA URBANA: UM ESTUDO DE CASO

A introdução do turismo comercial em pequenas e médias cidades produz uma profunda transformação na dinâmica urbana desses locais. Ao ser tratado como mercadoria, o espaço passa a ter também a função de suprir os desejos daqueles que o consomem. É promovida assim a criação de serviços que transformam as cidades em locais especialmente voltados para atender aos desejos dos turistas. Em muitas circunstâncias, paisagens são produzidas, modificadas e reinventadas.

No caso de Cairu, em específico das localidades em estudo, a transformação do modelo econômico representou uma significativa mudança espacial. Observa-se aqui que não se deve esquecer também das transformações sociais mencionadas no capítulo anterior.

Em seus escritos, Haesbaert comenta a prática urbanista disseminada pelos arquitetos norte-americanos no início do século passado, na qual forma e função deveriam estar consonantes. Com a aceleração da economia e dos

fluxos de informação “parcelas cada vez mais expressivas do espaço têm sido moldadas visando esse padrão ‘ótimo’ de funcionalidade e utilitarismo” (HAESBAERT, 2005, p. 165-166). Essas transformações ocorrem, segundo o autor, para satisfazer um modelo dominante.

Até a década de 1980, as atividades extrativistas como a extração de piaçava, de madeira e a pesca contribuíam para a geração de trabalho e de renda no município. Na agricultura, a extração de coco colocava Cairu entre os principais produtores do gênero na Bahia e a indústria sempre teve uma importância secundária (IBGE, 1958). Conforme retratam documentos como os relatórios do Plano Diretor, o Cairu 2030, que define o planejamento a longo prazo, e o Plano de Manejo da APA Tinharé-Boipeba, na qual estão inseridas duas das ilhas do município, as atividades de extração de piaçava, coco e pesca ainda possuem uma grande importância para o município, porém o setor de serviços, no qual o turismo tem uma grande participação, já se coloca uma das principais fontes de geração de renda.

Além disso, desde 2007, como já citado anteriormente, sua principal fonte de renda é constituída dos *royalties* provenientes da extração de gás natural pela Petrobras na plataforma de Manati, localizada nas proximidades de Morro de São Paulo. De acordo com o site Portal da Transparência (BRASIL, 2010b), 25% do valor repassado ao município pelo governo federal em 2009 os representaram (R\$ 4.839.292,63). Em 2006, antes do início das operações da Petrobras, o PIB *per capita* municipal segundo a SEI (2010) era de R\$ 5.750,10. Em 2007, este valor subiu para R\$ 27.940,00, fazendo com que Cairu passasse a ocupar a 6ª posição da Bahia nesse quesito.

Apesar disso, os agentes do turismo ainda continuam sendo os principais produtores do espaço, visto que a atividade ainda tem a sua importância estratégica para Cairu. Vale salientar que as operações de extração de gás natural no município, estão previstas para cessarem em 20 anos após o seu início que ocorreu em 2007. A tendência é que o turismo seja cada vez mais incentivado com a finalidade de suprir a falta das arrecadações com o fim das operações da Petrobras, previstas para 2027.

De acordo com a Síntese do Plano de Manejo da APA Tinharé-Boipeba (BAHIA, 1999, p. 31):

o turismo enquanto atividade econômica é muito recente na APA de Tinharé-Boipeba. Teve início na década de 80, e se estabeleceu como alternativa viável e lucrativa no início dos anos 90. Com a chegada do turismo, iniciou-se um segundo processo de colonização sobre as duas ilhas, ocorrendo uma migração, de novos habitantes em busca de trabalho e dinheiro. Boa parte desses "novos moradores" são de origem estrangeira, sem que haja por parte do poder público local regional, qualquer tipo de controle sobre os mesmos. Estima-se que esta atividade possa atingir o equivalente a 50% da receita total das duas ilhas da APA, conforme informações de empresários do setor hoteleiro.

O aumento e a mudança das características da população também fizeram com que o uso do solo se transformasse. Esse uso é principalmente um reflexo das atividades econômicas desenvolvidas conforme retrata o trecho do Plano de Manejo. "Até a década de 1970, o uso do solo era quase que exclusivamente agrícola ligado aos cultivos de coco, dendê e piaçava." (BAHIA, 1999, p.16) Na década de 80, essa característica começou a mudar com a chegada de uma grande quantidade de turistas e de veranistas, tanto na Ilha de Tinharé como na de Boipeba. Desde então, os moradores locais passaram a vender suas propriedades para pessoas de fora, que especialmente no caso dos estrangeiros, detinham a vantagem do câmbio. Em estudo realizado sobre o município, Thévenin (2009) aponta essa questão, bem como o fato de que a venda das propriedades não contribuiu na melhoria da qualidade de vida da população:

a maioria da população nativa passou a morar nas periferias da maior cidade vizinha, Valença, em situações precárias. Alguns buscam um retorno a Morro de São Paulo, mas agora se deparam com a alta especulação imobiliária. Outros mais velhos preferem não voltar, pois já não encontrariam mais a calma e a tranquilidade que estavam habituados, substituídas pela crescente badalação turística, com festas, barulho e costumes muito diferenciados dos seus. (THÉVENIN, 2009, p. 67)

A partir desse processo, as formas, num contexto de transição do modo de vida rural para o urbano, começam a modificar a paisagem que ao longo do tempo vai cada vez mais cheia de construções, demandando a necessidade da expansão urbana para áreas cada vez mais distantes do centro, em função do aumento das populações fixa e flutuante.

Em sua obra literária, Ítalo Calvino, faz uma referência a essas transformações, escrevendo sobre uma cidade que ele não identifica, na Riviera Italiana. Ao longo do primeiro capítulo, ele vai descrevendo as

transformações que o personagem principal, Quinto, encontra na paisagem, depois de um tempo afastado. Segundo ele, “a febre do cimento tomava conta da Riviera”:

a leste, um reino de vilas e hotéis verdes como um bosque, sob o dorso despido de árvores dos campos de cravos abundantes de viveiros até o Cabo: agora, nada mais se via além de um amontoado geométrico de paralelepípedos e poliedros, cumeeiras e lados de casas, de cá e de lá, telhados, janelas, paredes cegas, contíguas por serventia, apenas com os basculantes dos banheiros uns sobre os outros. (CALVINO, 1986, p.8-9)

No município de Cairu, especialmente em Morro de São Paulo, processo similar vem acontecendo. As construções vêm tomando conta da paisagem, antes dominada pela natureza, e que atualmente parece ter como única função a atratividade turística que possui, como uma forma de gerar mais divisas para que se realizem novas construções ou que se aumentem as construções já existentes.

A mudança da atividade econômica predominante fez com que algumas localidades fossem ocupadas em função do suprimento das demandas turísticas, estabelecendo centralidades nas áreas mais próximas dos atrativos naturais, gerando algumas consequências como a “ocupação de sítios históricos e de áreas de risco (encostas), loteamentos clandestinos, invasões, etc.” (BAHIA, 1999, p.16)

No caso de Morro de São Paulo, povoado que era ligado à pesca e ao veraneio, tanto o Plano de Manejo da APA como o Plano Diretor do município tratam da questão das transformações de uso do solo especialmente em função da atividade turística. Nesse caso as casas que já existiam foram transformadas em bares, restaurantes, casas de veraneio, lojas e pousadas para atender aos turistas e novas construções com as mesmas finalidades foram aparecendo.

O Plano Diretor de Cairu (CAIRU, 2004) distingue as construções de Morro de São Paulo em quatro categorias: residencial variando de bom a regular, no caso das casas que se concentram na via principal da vila até a quarta praia; residencial regular, em trechos das primeira e segunda praia; residencial variando de precário a regular no largo da Fonte Grande e precária no Morro da Mangaba e nas proximidades da Lagoa, onde se pode incluir o Bairro de Nossa Senhora da Luz. Essas últimas categorias citadas são

consideradas as principais áreas de expansão do povoado junto com o trecho que vai da segunda à quarta praia. As áreas mais próximas do mar vêm sendo ocupadas por estabelecimentos comerciais voltados para o turismo, enquanto as áreas mais distantes o são por moradores locais, sejam eles migrantes ou naturais. Há também casos em que os negócios são construções anexas à residência ou vice-versa. Em alguns casos, foram ocupadas áreas de risco, como encostas, por exemplo, o que gera preocupação nos períodos de chuva.

Na ilha de Tinharé e principalmente em Morro de São Paulo as construções acontecem de qualquer jeito, sem qualquer parâmetro, acarretando uma mescla de construções de todo tipo, em qualquer lugar, até mesmo nos mais perigosos, como encostas, provocando deslizamentos e, principalmente, sem qualquer consideração e respeito ao meio ambiente. [...]. O parcelamento do solo acontece de forma espontânea, onde os proprietários de terras vão desmembrando e vendendo frações de terra transformadas em loteamentos (CAIRU, 2004)

Diante dessa situação, nas áreas de risco que já estavam ocupadas, há casos em que foram realizadas obras de contenção de encostas, como é o caso do Morro da Mangaba. Com a criação da Superintendência de Administração de Morro de São Paulo, vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura, aumentou a fiscalização, no sentido de impedir que sejam realizadas obras em áreas de risco e/ou áreas protegidas.

A falta de planejamento e de fiscalização, ao longo do processo de urbanização da localidade, fez com que construções, especialmente na terceira praia de Morro de São Paulo, estejam em área que é quase invadida pelo mar nos momentos de preamar. Foi necessária a construção de uma contenção, conforme aparece na Figura 40, a seguir:



Figura 40: Maré avançando sobre as construções da 3ª praia
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010

As Figuras 41 e 42, a seguir, são exemplos do crescimento sem planejamento em Morro de São Paulo. A primeira mostra o Bairro de Nossa Senhora da Luz, na periferia geográfica e social de Morro de São Paulo, e a segunda, mostra uma das muitas ruas estreitas existentes na 2ª praia da vila.

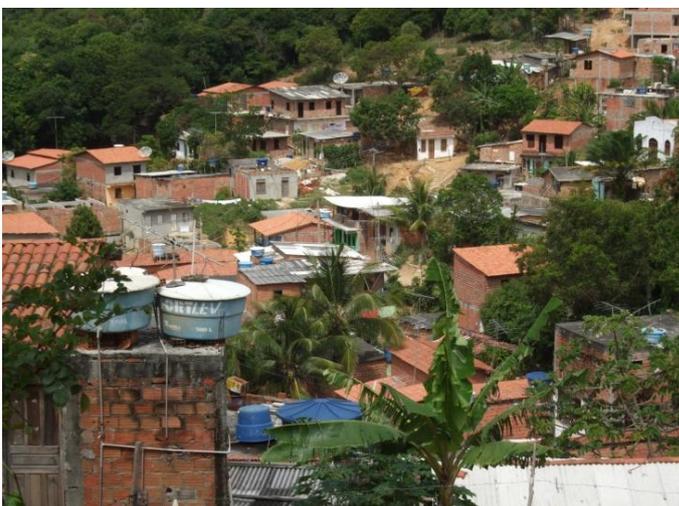


Figura 41: Bairro de N. Sra. da Luz – Morro de São Paulo
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 42: casa da 2ª Praia – Morro de São Paulo
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-



Figura 43: Bairro do Areal - Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 44: Rua das Pedras – Centro de Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Na vila de Velha Boipeba, Figuras 43 e 44, as construções de padrão regular são predominantes, conforme a descrição do Plano Diretor, com residências de padrão precário nos bairros da Tiririca e da Matança. No centro da vila, área turística onde se concentram a maioria das pousadas, restaurantes, e comércio voltados para o turismo, estão as construções consideradas de padrão bom. Assim como em Morro, as áreas mais

valorizadas estão próximas à praia, devido principalmente ao crescimento do turismo. Por possuir um relevo menos acidentado do que Morro de São Paulo, não foram identificadas ocupações em áreas de risco. A expansão urbana se dá na direção dos bairros da Matança e da Tiririca, sentido interior da ilha.

nesta área a ocupação é feita por edificações residenciais com padrão construtivo mais simples. Apesar das indicações de existência de loteamentos na área, este processo de parcelamento não tem registro algum na Prefeitura Municipal. Observa-se que o processo é semelhante em todos os povoados: as áreas de uso rural são desmembradas aos poucos das fazendas para serem transformadas em uso urbano. Em geral são loteamentos feitos pelos próprios proprietários de terras à medida que surgem as demandas por lotes. (BAHIA, 2004, p.20)

Na cidade de Cairu, o uso do solo é marcado pela ocupação residencial e raros locais onde são realizadas atividades de comércio para o atendimento da população local além de uma fábrica de vassouras de piaçava. As casas em geral apresentam um padrão bom, de acordo com o Plano Diretor, sendo algumas delas antigas e mesmo em estado de ruína. A cidade também apresenta áreas periféricas com construções de padrão ruim.

No caso do município de Cairu, a vila de Boipeba e a de Morro de São Paulo superaram, nas últimas décadas, a cidade de Cairu em termos de crescimento econômico e populacional. Cabe mencionar aqui, que o fato de terem uma população maior não significa que são áreas mais desenvolvidas, porém o fato de estarem diretamente associadas com a atividade econômica predominante acelera a velocidade da dinâmica urbana.

A cidade de Cairu praticamente mantém as mesmas características da década de 1950, e a renda da população ainda provém basicamente da pesca e da extração da piaçava. As casas do centro preservaram o seu estilo colonial como aparece na Figura 45, a seguir. Suas principais alterações na paisagem estão relacionadas a obras da prefeitura, como a construção de uma piscina semiolímpica (Figura 46) em uma das praças, atualmente inutilizada segundo alguns moradores, reformas e restauração de prédios e de praças.



Figura 45: Casas do Centro
Fonte: RECAUD, 2010



Figura 46: Piscina semi-olímpica no centro de Cairu
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Na década de 1950, conforme retrata a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958), existiam 4 aglomerações urbanas mais significativas no município: a cidade de Cairu, a vila de Galeão, a vila da Gamboa e a vila de Velha Boipeba. Os povoados eram os seguintes: Tapuias, Morro de São Paulo, Garapuá, Canavieiras, e São Sebastião. A Tabela 1, a seguir, mostra a população das localidades estudadas no censo de 1950 e na contagem populacional de 2007, ambas realizadas pelo IBGE.

Localidade	População	
	Censo de 1950	Contagem Populacional 2007
Cairu	1.141	1.103
Morro de São Paulo	168	5.245
Velha Boipeba	466	1.731

Tabela 1: Evolução populacional nas localidades estudadas 1950-2007
Fonte: IBGE, 1958; IBGE, 2007

Cairu, que até os dias atuais, possui as mesmas atividades econômicas realizadas na década de 1950, associada a um distanciamento relativo do processo especulativo, permaneceu praticamente com a mesma população, havendo inclusive uma pequena involução populacional. Nas duas localidades onde o turismo predomina ocorreu o inverso: em Velha Boipeba a população quase quadruplicou e em Morro de São Paulo a população é aproximadamente trinta e uma vezes maior do que na década de 1950. Ressalta-se aqui que a

ideia não é destacar a influência do turismo nesse processo, mas das atividades em que a população local tem tido uma participação cada vez menor devido ao processo especulativo.

Se considerarmos a população total do município a evolução aconteceu conforme demonstra a Tabela 2, a seguir:

	1950	1980	1991	1996	2000	2007
Cairu	4.126	11.042	15.217	8.008	11.410	13.712

Tabela 2: Evolução Populacional Cairu 1950-2007
Fonte: IBGE, 2010

Observa-se que no censo de 1991, foi registrada uma população maior do que a de todos os outros anos. Há duas diferentes explicações por parte da população: uma é a de que com o aumento da movimentação turística, especialmente no distrito da Gamboa, os moradores que não conseguiram se inserir nesse novo contexto migraram para outras cidades; a outra explicação, que surgiu em conversas com moradores é a de ocorrência de fraude no censo de 1991. Os outros censos não foram abordados nas conversas.

A partir das Figuras 47, 48, 49, 50 e 51, é possível perceber que com o aumento da população, houve também um aumento na quantidade de construções na faixa litorânea em aproximadamente 20 anos, especialmente nas 1ª e 2ª praias, áreas mais frequentadas pelos turistas.



Figura 47: Litoral de Morro de São Paulo antes do turismo
Fonte: Associação Baiacu de Espinho

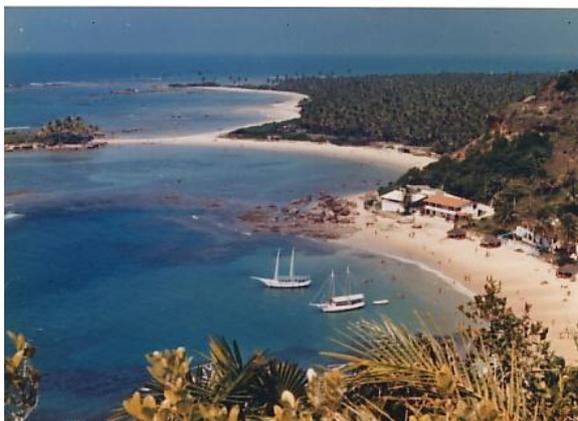


Figura 48: Morro de São Paulo em 1988
Fonte: Associação Baiacu de Espinho



Figura 49: Morro de São Paulo em 2009
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009



Figura 50: 1ª Praia Morro de São Paulo
Fonte: Associação Baiacu de Espinho



Figura 51: 1ª Praia Morro de São Paulo atualmente
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Cairu

As Figuras 52, 53, 54 e 55 mostram a Praça Aureliano Lima, em Morro de São Paulo, em diferentes momentos:



Figura 52: Praça Aureliano Lima
Fonte: Associação Baiacu de Espinho



Figura 53: Praça Aureliano Lima atualmente
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010



Figura 54: Praça Aureliano Lima, casarão
Fonte: Associação Baiacu de Espinho



Figura 55: Praça Aureliano Lima, casarão atualmente
Fonte: Pesquisa de Campo 2009-2010

O maior crescimento em Morro do que nas outras localidades pode ser explicado pela maior proximidade deste com áreas centrais, Salvador e Valença, aliada a uma facilitação crescente no acesso a este local nas últimas décadas. A infraestrutura de Morro de São Paulo onde há menos de uma década não entravam carros, atualmente já conta com uma rua, (Figura 56), que liga a 2ª Praia até a Praia do Encanto, também conhecida como 5ª Praia, onde só podem circular automóveis autorizados pela prefeitura. A rua é pavimentada até o início da 3ª Praia e no trecho do bairro do Zimbo. Em geral a estrada é utilizada para deslocamento de moradores e dos turistas que ficam hospedados nas praias mais afastadas do centro de Morro de São Paulo.



Figura 56: Vista da rua que dá acesso às praias
Fonte: Pesquisa de Campo 2009-2010

Em Boipeba, a dificuldade de acesso é maior, porém no final desta década começou a aumentar a quantidade de lanchas rápidas que fazem o trajeto direto de Valença. Desde o período citado não houve nenhuma elevação

de povoado à vila, ou seja, a configuração territorial permanece a mesma, mas surgiram outras aglomerações urbanas em áreas que eram pequenas aldeias de pescadores, como é o caso de Torrinhás (Figura 57), situada na ilha de Cairu, que é a localidade mais próxima do distrito de Velha Boipeba onde se pode chegar por meio de transporte terrestre - e de Moreré - onde se encontram piscinas naturais muito visitadas pelos turistas que se hospedam em Morro de São Paulo e Boipeba. Pelas descrições, percebe-se que o crescimento do turismo no município teve grande influência na dinâmica desses aglomerados.

Vale ressaltar aqui que a mesma atividade que fez crescer o povoado de Torrinhás, pode agora deixar os moradores sem alternativa de renda: a exploração das lanchas rápidas que fazem a linha Valença - Boipeba - Valença pelos empresários que são donos das lanchas faz com que seja levantada a tendência de que os moradores de Torrinhás, que além das atividades extrativas, retiram o seu sustento da cobrança de estacionamento, fiquem sem outras alternativas de renda.

O abastecimento alimentar tanto na sede como nos distritos, não atende à população local de maneira efetiva, prevalecendo botecos e vendas, o que faz com que os moradores busquem apoio na cidade de Valença, conforme retrata, inclusive, o Plano Diretor Municipal. Isso não ocorre somente no setor de alimentos como também no de vestuário, móveis, eletrodomésticos e materiais de construção (Figura 58). Os próprios comerciantes locais abastecem os seus estoques em Valença. Em Boipeba e principalmente em Morro de São Paulo, o comércio é voltado basicamente para o turista com equipamentos turísticos e comércio de roupas de praia, de artesanato e de *souvenirs*.



Figura 57: Estacionamento em Torrinhás
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 58: Transporte de materiais de construção de Valença para as Ilhas
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Como uma forma de tentar fazer circular moeda dentro do município e incentivar as compras no comércio local foi criada uma moeda social, o Tinharé, que tem os seus valores equiparados ao Real e é aceito somente no comércio da cidade de Cairu. Este é um projeto realizado com recursos compensatórios da Petrobras e em parceria com a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES, 2010) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A ideia consiste em um banco comunitário, denominado Banco Casa do Sol, que tenta fazer com que circule uma moeda própria, no intuito de fortalecer o comércio local. São oferecidos microcréditos para pescadores, pelo credpesca, entre R\$ 200,00 e R\$ 600,00 com taxas de juros entre 2% e 3% para produção individual e entre 1,5% e 2,5% de juros para produção coletiva. Os prazos vão de três a seis meses para pagamento. Também há créditos para consumo, oferecidos para toda a população, mediante aprovação, entre R\$ 50,00 e R\$ 150,00, com juros entre 0,5% e 1,5% e prazos de um a seis meses para pagamento. O crédito pode ser obtido em Tinharé (T\$) ou em Real (R\$). No caso de microcrédito para consumo efetuado em Tinharés, não é cobrada taxa de juros. A falta de opção de locais para compras e a restrição dos convênios a apenas casas comerciais da cidade de Cairu faz com que moradores de outras localidades desconheçam a moeda e com que os moradores de Cairu optem por utilizar a moeda nacional para realizar as compras.

4.2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Partindo da análise de que o turismo se insere na sociedade capitalista, pode-se afirmar que a atividade é permeada pelas relações de produção e consumo. Diante da necessidade de aumentar o consumo, os agentes do turismo passam a criar estratégias para manter os turistas no local e aumentar cada vez mais as suas receitas. Sendo assim, é necessária uma preparação, com a criação de uma infraestrutura que dê suporte a essa demanda. As formas urbanas começam a ser introduzidas a partir da função turística.

Assim como a industrialização e a urbanização, que apesar de distintos, são processos que caminham juntos, o processo de turistificação também ocorre em paralelo ao de urbanização. A urbanização impõe uma nova

dinâmica para as localidades e quando acompanhada pelo crescimento do turismo, algumas particularidades podem ser destacadas como apresenta Luchiari:

a urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer. [...] a identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova organização sócio-espacial. Este movimento entre o velho e o novo, acelerado pela *urbanização turística*, gera novas paisagens, consome outras, trás à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer. (LUCHIARI, 1998, p.17-18)

O turismo enquanto atividade que tem a paisagem como uma das suas matérias-primas, seja ela natural ou produzida pelo homem, gera o que Luchiari (1998) chama de “criação destrutiva”, em função de um movimento que ao mesmo tempo cria e destrói novas paisagens geralmente com a intencionalidade de favorecer a acumulação de capital, visto que o desejo dos turistas, nesse caso, é colocado como prioridade em se tratando de intervenções urbanas em áreas turísticas.

O valor de uso dos espaços passa a se constituir em valor de troca. De acordo com Harvey (1980, p.137) valores de uso “refletem um misto de necessidade e reivindicações sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares, que, deve dizer-se, não são arbitrariamente estabelecidos pela ‘pura’ soberania do consumidor.”

Em geral, os interesses externos são propagados na inserção de novas formas, visualizadas nos hotéis, nos centros de compras, nos meios de transporte, entre outros, que ao invés de priorizar o bem estar da população local, buscam primeiro “maquiar” a cidade para implementar a atividade turística. Nesse sentido, Lazzarotti citado por Cammarata (2006, p.356) expõe que a implementação do turismo numa localidade:

requiere de ciertas condiciones para la utilización y finalmente apropiación del espacio. Los geógrafos llaman *mise en tourisme* ou *touristification* a esta relación que pasa por una cadena de procesos,

y desde este ángulo genérico se estudia la producción turística y las formas de apropiación y consolidación del territorio.⁸

Diversas localidades do mundo se transformaram para receber o turismo. Essas transformações ocorrem em intensidades e velocidades distintas nos diferentes locais, contudo, são capitaneadas em geral pelo poder público e/ou por empresários. Hotéis, aeroportos, estradas, monumentos, equipamentos para serviços de diversas modalidades são construídos, igrejas e casarões são transformados em museus, bairros em sítios históricos e fortes deixam de ter função militar e passam a ser espaços culturais:

as cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. Enquanto – desde a Revolução urbana – as cidades eram construídas para a produção e para as necessidades básicas, estas cidades erguem-se unicamente voltadas para o consumo e para o lazer. (MULLINS apud LUCHIARI, 1998, p.17)

Atualmente, no município de Cairu, estão sendo realizadas obras que visam incrementar o turismo: a restauração da Igreja e Convento de Santo Antônio de Cairu, onde foram investidos R\$ 3,5 milhões de recursos da Petrobras (CAIRU, 2010) e que será finalizada com recursos do PAC Cidades Históricas; a restauração e revitalização da Fortaleza de Morro de São Paulo, com recursos do Prodetur; o projeto de requalificação urbana de Morro de São Paulo, também com recursos do Prodetur e do PAC Cidades Históricas. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2010), serão investidos R\$ 34 milhões entre 2010 e 2013, divididos da seguinte forma: o Município investirá 7,4% do valor total; ao Estado da Bahia caberão 10,2% dos recursos; o IPHAN investirá 58% do total; a União entrará com 11,3%; e a outros investidores caberão 13,1% dos recursos investidos. Ainda segundo o IPHAN, dentre as principais ações propostas pelo programa estão: criação de linhas de financiamento para imóveis privados; ampliação do Terminal Marítimo de Morro de São Paulo; implantação do estaleiro escola na cidade de Cairu; restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário;

⁸ Requer certas condições para a utilização e finalmente apropriação do espaço. Os geógrafos chamam de *mise en tourisme* ou turistificação esta relação que passa por uma cadeia de processos, e deste ângulo genérico se estuda a produção turística e as formas de apropriação e consolidação do território. (tradução nossa)

embutimento da rede elétrica no sítio histórico de Morro de São Paulo e da cidade de Cairu; entre outros.

Quanto mais turistas chegam a um lugar, melhor necessita ser a infraestrutura urbana para comportá-los, o que logicamente se traduz na necessidade de investimentos. Em geral, a população local não é incentivada a investir, já que isso envolve políticas de médio e longo prazo, e na ótica capitalista “tempo é dinheiro”. Na visão de Coriolano (2006, p.368) “o turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias”. Iniciam-se então, os investimentos externos de maneira induzida, quando o poder público tenta atrair principalmente empresas de capital estrangeiro ao oferecer incentivos, ou de maneira natural, quando os turistas que chegam, gostam do lugar e resolvem ficar e abrir um negócio próprio.

A falta de trabalhadores qualificados para ocupar os postos de trabalho que surgem, incentiva os empresários a buscarem pessoas de fora para trabalhar:

a invasão é perfeita: do exterior pelos turistas e do interior pelos novos residentes e mão-de-obra estrangeira. Esse esquema é clássico e ocorre em todos os lugares de forma mais ou menos similar. E quer nos agrade ou não, é assim que o turista moderno denota traços colonialistas. (KRIPPENDORF, 2003, p.81)

Thévenin descreve esse processo no município da seguinte forma:

nesse contexto, os nativos passaram a vender aos novos “donos” do lugar sua força de trabalho por baixos salários, condicionados pelo pouco grau de instrução, e aos ditames da dinâmica econômica do turismo. Ao abdicarem de conhecer a arte da pesca e os meios tradicionais de trabalho, induzidos pelo mercado turístico que se instalou abruptamente, criaram uma relação de dependência ao capital em uma “espécie de monocultura” susceptível às crises mundiais e às desvalorizações locais, que reproduz, no lugar, os alicerces industriais para a produção da mais-valia. (THÉVENIN, 2009, p. 69)

Este fato, aliado a uma lógica que, conforme trata Luchiari (1998, p.23), “é a reprodução de atributos valorizados nos centros urbanos emissores”, promove uma busca pelo encantamento do turista a partir da transformação em uma área em que o ele se sinta confortável. O poder público passa então a investir em obras de caráter estético e no sentido de promover a urbanização.

Apesar de ser um processo que em muitos casos, especialmente nas cidades turísticas, não ocorre de maneira planejada, a urbanização “não se delinea de maneira aleatória, ela cumpre uma lógica coerente com o modo de produção dominante em cada momento histórico, sendo recriado e transformado para atender as suas exigências” (PAIVA, 2003, p.67).

Dentre as localidades estudadas, foi possível observar que essa tendência se encontra fortemente presente em Morro de São Paulo. Números já citados em outros capítulos mostram essa realidade: enquanto o poder público investe mais de R\$ 40 milhões em obras que, de acordo com os projetos, preveem entre outras intervenções já citadas, a pavimentação de ruas, obras de drenagem da água das chuvas e a construção de uma passarela de madeira na segunda praia, apenas 1% da população do município tem acesso à rede de esgoto. “A necessidade de criar obras visíveis entra em conflito com outras de pouca visibilidade, mas ressentida por todos: as infraestruturas. O saneamento e vários tipos de serviços perdem para grandiosidades de alvenaria e concreto” (YÁZIGI, 2003, p.250).

Os *royalties* não são aplicados de maneira transparente de acordo com 87% dos moradores entrevistados. Algumas pessoas informaram que a verba vem sendo aplicada em obras de pavimentação em áreas periféricas e em benefícios sociais, como é o caso do “cheque solidário”, regulamentado pela Lei Municipal nº 220 de 25 de junho de 2007. O programa assistencialista, apresenta os moldes do Bolsa Família, no qual uma quantia inicialmente, de até R\$ 60,00 era paga mensalmente à famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um terço do salário mínimo. Em fevereiro de 2010 foi aprovada uma lei que aumentou os benefícios do cheque solidário para até R\$ 150,00 desde abril e aumentou o número de famílias beneficiadas.

Enquanto isso se percebe um quadro de segregação espacial que é intensificado na medida em que aumenta a dependência do capital externo, seja ele vindo das mãos dos turistas ou dos investidores. Segundo Gordilho Souza (2008, p.66), “a separação espacial da pobreza na cidade é acrescida do entendimento de um amplo processo de exclusão social”.

A “turistificação” das cidades, principalmente aquelas com um modo de vida tipicamente rural, associada ao processo de urbanização, modificam a forma e/ou conteúdo dos espaços. A lentidão do modo de vida rural é

substituída pela velocidade do urbano em uma escala proporcional ao seu tamanho. O lugar e seus elementos, onde antes predominava o valor de uso, passam a ser “dominados” pelo valor de troca. O quantitativo predomina em relação ao qualitativo. O espaço passa a ser produzido de acordo com a lógica capitalista.

Antes de tratar das questões que a envolvem, se faz necessário um entendimento do significado de produção do espaço. Na concepção de Lefebvre o conceito de produto pode ser compreendido a partir da diferenciação com o conceito de obra. Segundo ele, uma obra é algo único, insubstituível, ao passo de que o produto pode ser reproduzido. Segundo o autor:

humanity, which is to say social practice, create works and produces things. In either case labour is called for, but in the case of works the part played by labour seems secondary, whereas in the manufacture of products it predominates”⁹ (LEFEBVRE, 2007, p. 71)

A obra tem valor de uso, o produto, valor de troca. A produção é caracterizada pelo trabalho e pela intencionalidade. Uma das formas de identificar onde estão os lugares pode ser a partir do reconhecimento do seu valor de uso, quando mais do que meras relações comerciais, há um sentimento envolvido. Apesar de o município ter perdido muito as características que remetem ao conceito de lugar, conforme já abordado em depoimentos anteriores, os moradores ainda consideram como lugar, aquelas áreas em que ainda é possível um encontro com outras pessoas para um convívio coletivo. No ano de 2007, foram realizadas oficinas pela Petrobras como parte do projeto compensatório pela exploração de gás natural com a ideia de definir os projetos que serão implementados nas localidades. Uma das técnicas utilizadas nas oficinas foi a construção, em conjunto com os moradores, de uma relação de pontos de encontro das pessoas, com o intuito de identificar como ocorrem os fluxos de informação e quem são as lideranças locais. A técnica foi utilizada em Cairu, Morro de São Paulo, Boipeba, entre outras. A comparação com os locais frequentados pelos turistas foi realizada a partir de observações dos locais indicados pelos informantes e condutores de

⁹A natureza humana, o que quer dizer prática social, cria obras e produz coisas. Em ambos os casos, se utiliza o trabalho, mas no caso das obras, a parte contemplada pelo trabalho parece secundária, enquanto na manufatura de produtos, ele predomina. (tradução nossa)

turismo das localidades. Os resultados podem ser observados nas Figuras 59 e 60, a seguir:

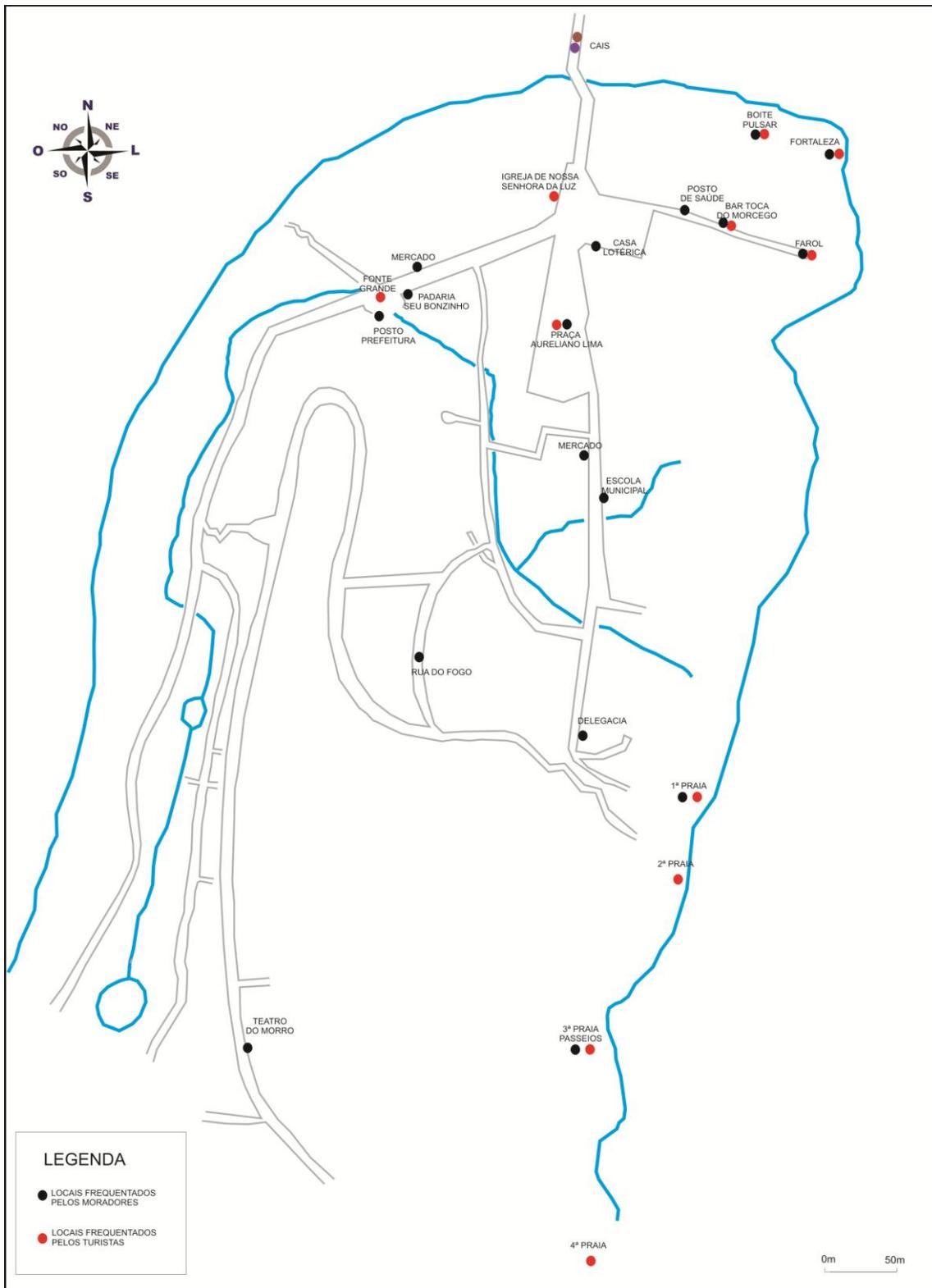


Figura 59: Locais frequentados por moradores e turistas em Morro de São Paulo
 Fonte: IBGE, 2010; Petrobras, 2007. Adaptado pela autora.



Figura 60: Locais frequentados por moradores e turistas em Boipeba
 Fonte: IBGE, 2010; Petrobras, 2007. Adaptado pela autora.

Dos 20 pontos marcados em Morro de São Paulo, sete são de áreas frequentadas simultaneamente por turistas e moradores. Um elemento a ser destacado é o fato de alguns desses pontos, em geral os que coincidem com as áreas frequentadas pelos turistas, terem sido citados por coincidirem com o local de trabalho de alguns desses moradores. O exemplo mais forte é o do cais, no qual geralmente ficam os informantes de turismo, os carregadores de bagagem, os marinheiros e os próprios moradores que constantemente se deslocam para fora da localidade, seja para estudar, para fazer compras em Valença ou ir ao médico, entre outras finalidades. No caso das festas noturnas que em geral ocorrem no Bar Toca do Morcego e na Boate Pulsar, os moradores não pagam ingresso, fazendo com que os mesmos frequentem as festas promovidas nos dois locais. Na 1ª Praia, o fato de haverem bares de moradores antigos, faz com que haja uma maior circulação de outros moradores. A 3ª praia foi citada por ser o local de onde partem os passeios de volta à ilha, considerado como ponto de encontro pelos moradores que trabalham com turismo. As 2ª e 4ª praias, sendo a primeira o ponto onde se concentra a maior parte dos turistas e a segunda onde costumam ficar hospedados aqueles com maior poder aquisitivo, não foram citadas pela população.

No caso de Boipeba, dos 18 pontos, cinco coincidem com pontos considerados turísticos, sendo três deles praias. A área dos quiosques no centro da cidade é onde se reúnem os artesãos e vendedores de alimentos e bebidas. Em período de baixa estação, nem todos os quiosques funcionam, porém os moradores costumam se reunir para conversar e contar alguns “causos”, fato que em Morro de São Paulo, foi observado com maior frequência nos bairros afastados do centro turístico.

O espaço, segundo Lefebvre (2007, p. 71), “abrange as inter-relações, sua coexistência e simultaneidade”. Essas inter-relações podem ser definidas de acordo com a visão de Milton Santos que considera o espaço:

como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem a materialidade e a ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistema de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008a, p. 146)

O espaço pode ser considerado como um “teatro de fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações. Há fluxos hegemônicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos” (SANTOS, 2008a, p. 149).

Sendo assim, a união dos termos produção e espaço, representa uma forma na qual os agentes da sociedade capitalista modificam o espaço geográfico com suas práticas sociais. De acordo com Lefebvre (2008b, p. 139), a produção do espaço “corresponde às forças produtivas. Ela supõe o emprego das forças produtivas e das técnicas existentes, a iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala”. Para o autor, foi o crescimento das forças produtivas que permitiu a produção do espaço em larga escala, visto que o espaço sempre foi produzido pelas pessoas em uma escala reduzida ao seu próprio espaço.

Neil Smith coloca a produção do espaço como um resultado da produção da natureza, visto que natureza e espaço se encontram dentro de uma mesma realidade que as práticas humanas têm o poder de transformar. Ainda segundo ele, seria uma “amputação filosófica” (SMITH, 1988, p.123) dissociar o espaço geográfico da sociedade.

Dentre os exemplos de produção do espaço citados por Lefebvre (2007, p.58), está a transformação da área do Mar Mediterrâneo em um espaço orientado para o lazer. O autor compara essa área aos principais aglomerados industriais, nos quais a cultura do quantitativo predomina. O que acontece nas proximidades do Mar Mediterrâneo é comum em muitas localidades em que o turismo e o lazer são atividades predominantes. As transformações destes espaços ocorrem de forma a garantir o conforto e a satisfação do turista com uma maior quantidade de opções para que ele tenha mais formas de deixar cada vez mais receita.

A ideia de que uma maior quantidade de turistas irá gerar mais renda para a localidade fomenta uma corrida contra o tempo no sentido de aproveitar o quanto antes as receitas geradas pela atividade. É nessa “corrida” que as formas urbanas são completamente transformadas em função de se oferecer uma maior variedade de serviços para os turistas. O espaço fica cada vez mais valorizado e a especulação imobiliária, conforme será desenvolvido mais

adiante, “expulsa” os moradores com uma renda mais baixa para áreas periféricas.

O espaço começa a ser produzido para atender especialmente aos desejos dos turistas que possuem um maior poder aquisitivo e com condições de gerar mais receita para o município, criando “uma massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus ‘circuitos de vida’”. (HAESBAERT, 2005, p.166)

Sendo assim, o processo de produção do espaço, ainda de acordo com a visão de Haesbaert, envolve a desterritorialização e a reterritorialização, que ocorrem de maneira simultânea. A desterritorialização acontece quando se deixa um território e a reterritorialização é o movimento contrário de construção desse território abandonado (HAESBAERT, 2007). Esses processos geralmente ocorrem de acordo com os interesses dos agentes capitalistas, que estão entre os principais produtores do espaço. Ressalta-se aqui, conforme a abordagem de Haesbaert, que esses processos podem também ocorrer de maneira simbólica, visto que a perda da identidade local, dos símbolos, de marcos históricos também podem ser considerados como desterritorialização.

Corrêa (1989, p.13) coloca que os agentes da produção do espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Sobre a atuação desses agentes, o autor afirma que ela ocorre a partir de uma regulamentação jurídica que de certa forma regula as ações, mas que reflete “o interesse dominante de um dos agentes”. A seguir serão analisadas as suas ações dentro do contexto do turismo nas localidades em estudo.

4.2.1. Os proprietários dos meios de produção

No caso da atividade turística, esses agentes podem ser caracterizados pelos proprietários de hotéis e pousadas e de outros empreendimentos que servem ao turismo, como operadoras de viagens e transportadoras. Enquadram-se enquanto proprietários dos meios de produção, que geram segundo Corrêa (1989) o consumo do espaço.

Em seu texto, Corrêa (1989) coloca como meios de produção as indústrias e as empresas comerciais, os empresários, que segundo o autor são

grandes consumidores do espaço. Contudo, faz-se importante ressaltar que o espaço também é um meio de produção e ao mesmo tempo uma mercadoria especialmente em se tratando da atividade turística.

Lefebvre (2007) coloca que quando as pessoas se movem em direção ao consumo do espaço, passam a demandar um espaço qualitativo. Um espaço que pode se traduzir em atrativos naturais ou simulados. Nesse caso, aliados ao setor de construção, o turismo e o lazer por meio dos seus agentes, se transformam em produtores do espaço capazes de fazer com que as atividades sejam poderosos setores de investimento e lucratividade.

São esses agentes quem ocupam o centro das áreas turísticas e contribuem com a “expulsão” dos moradores locais dessas áreas devido à sua valorização. Corrêa coloca que essa valorização pode também ser prejudicial para os agentes em questão, na medida em que a mão-de-obra passa a não ter condições de pagar para morar nessas áreas. Isso logicamente acaba forçando as empresas a aumentarem os salários para terem mão-de-obra qualificada. É, portanto, de interesse das empresas que sejam desenvolvidas políticas habitacionais para os trabalhadores.

Ainda citando Lefebvre (2007) são relatados casos em que a dinâmica dialética, conflitual, segundo o autor, está emergindo. Por exemplo, em nome do “progresso” localidades destroem sítios históricos, especialmente quando alguma vantagem pode ser tirada. Também para satisfazer ao desejo voraz capitalista de lucro rápido, que foi destruído pelo frenesi do crescimento, se transforma, nas palavras de Lefebvre, em objeto de adoração. Os agentes capitalistas têm, de certa forma, a permissão para modificar as formas urbanas.

Dessa maneira, antigos prédios em ruínas são restaurados e refuncionalizados para abrigar hotéis históricos, ou atrativos para o turista. Em Cairu, isso vem acontecendo com o Convento de Santo Antônio, que está sendo restaurado, como uma forma de diversificar e intensificar o turismo e também na Fortaleza de Morro de São Paulo, antiga construção militar que está sendo refuncionalizada para receber os turistas:

a recuperação dos monumentos históricos do município de Cairu constitui uma acção fundamental no processo de diferenciação da região e um imperativo cultural e social. Essa recuperação deverá ser vista também numa perspectiva de valorização econômica, já que são elementos fundamentais de atractividade da região, criando

condições para a sua utilização para actividades sociais, económicas, de educação e naturalmente de visitação e usufruto com qualidade. (BID, 2006, Anexo 2, Ficha 5)

O trecho acima, retirado do Plano de Desenvolvimento Estratégico (Cairu 2030), é uma mostra do carácter económico das restaurações que vêm sendo realizadas com a função de promover o turismo no município.

Atualmente, na área da Fortaleza, tombada pelo IPHAN funciona a Boate Pulsar, descrita da seguinte maneira em reportagem do Jornal Correio da Bahia:

em Morro nasceu a Pulsar, que em noites de festa atrai mais de 500 pessoas [...] A construção está de pé porque não se respeitou o termo de ajustamento de conduta firmado entre os ministérios públicos federal e estadual, o Ibama, a Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia (GRPU) e a prefeitura de Cairu, em 2001. “O termo fala em anuência prévia por parte da GRPU para que a prefeitura expeça alvará de construção. E nós não demos.”, afirma Ana Lúcia Villas Boas, gerente do órgão. (TRILHAS, 2006, p.7)

Enquanto essa situação se resolve na justiça, a boate continua a funcionar nas proximidades das ruínas da Fortaleza de Morro de São Paulo. Fatos como estes aceleram a ação dos empresários que já atuam no local e atrai novos investimentos externos que culminam na construção de novos hotéis, restaurantes e imóveis para venda e aluguel aos novos turistas que frequentarão o município após a realização dessas obras.

4.2.2. Os proprietários fundiários

Conforme consta no Plano Diretor Municipal de Cairu, parte dos loteamentos que surgiram após a expansão urbana do município, foram decorrentes de áreas desmembradas de fazendas e que foram e continuam sendo loteadas em função da demanda.

Como as áreas urbanas em geral são mais valorizadas do que as rurais, os proprietários fundiários têm interesse nessa transformação de terras rurais em urbanas. Alguns proprietários rurais possuem terrenos em áreas que dificilmente se valorizam, como áreas alagadas, encostas, etc. Nessas áreas a alternativa é a criação de loteamentos que são vendidos para pessoas com menor poder aquisitivo (CORRÊA, 1989).

Como um exemplo pode-se citar o bairro de Nossa Senhora da Luz, em Morro de São Paulo, que se iniciou a partir de um loteamento, passando, posteriormente a ser ocupado, sem qualquer tipo de planejamento ou de regulamentação, por diversas famílias. De acordo com Jardim (2009), o início de um processo de grilagem de terrenos na localidade motivou a família proprietária da área onde hoje se localiza o bairro a lotear e vender terrenos a preços mais baixos do que no centro para pessoas que não dispunham de dinheiro para construir nas áreas mais valorizadas:

devido à falta de planejamento e fiscalização pelo município de Cairu e a uma demanda cada vez mais crescente, foram se dando outros sub-fracionamentos destes lotes originais, somados também à expansão, principalmente pelo lado esquerdo do loteamento, do espaço autorizado ao uso residencial. Em poucos anos, o território multiplicou-se de maneira incontrolável, sem o aporte de quase nenhuma infra-estrutura, chegando hoje a existir áreas de 25 metros quadrados à venda. (JARDIM, 2009, p. 9)

Em outros casos, áreas localizadas na zona rural, porém próximas à praia, vem sendo loteadas para a construção de condomínios. O *site* da imobiliária Morro Imóveis (MORRO, 2010), por exemplo, apresenta a área de um futuro condomínio que será construído na Praia da Ponta da Pedra, em Morro de São Paulo, da seguinte maneira:

os proprietários buscaram harmonizar sustentavelmente o desenvolvimento deste projeto. Como pode se observar no master plano a área possui uma área de proteção da vegetação de 2.2368m² e áreas comuns arborizadas por 6.331m² e a intenção de instaurar um porto particular para os proprietários do condomínio, um elevador de plano inclinado e até possivelmente uma piscina, todos de uso comum. A localização do futuro condomínio Ecológico Tinharé é estratégica, já que possui uma das praias mais preservadas da ilha sendo que está também muito próxima da parte central do povoado de Morro de São Paulo (1.500m) como da parte central do povoado da Gamboa 1.000m. Como pode se observar, a parte oposta ao mar passa por um caminho que possui acesso do trator que permitirá que o transporte de qualquer material de construção não seja tão dificultoso e custoso como é em 80% da ilha.

As Figuras 61 e 62, a seguir, foram retiradas do *site* citado e mostram a área onde será realizado o loteamento, bem como o plano de parcelamento.



Figura 61: Área a ser loteada
Fonte: Morro Imóveis, 2010

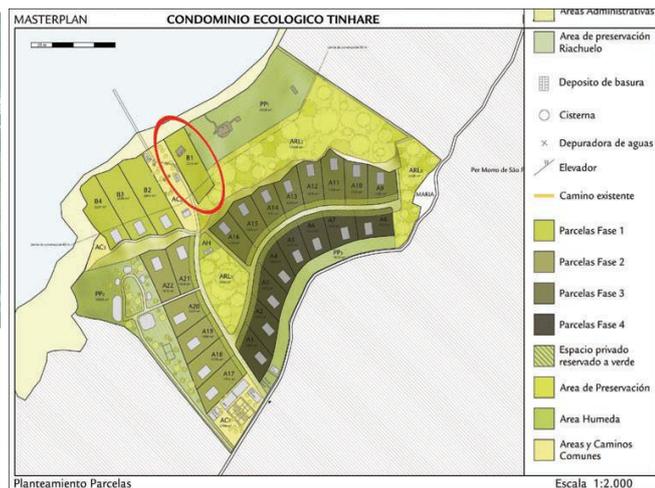


Figura 62: Plano de parcelamento do terreno
Fonte: MORRO, 2010

4.2.3. Os promotores imobiliários

Segundo Corrêa (1989, p. 19) enquadram-se nesta categoria os agentes que realizam as operações do mercado imobiliário que consistem em: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização.

Todos esses agentes atuam no sentido de obter valor de troca. “A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.” (CORRÊA, 1989, p.23-24)

É fato que o atendimento das necessidades da população deve ter um destaque no planejamento da atividade turística, porém isso se converte em um outro problema: a estruturação de áreas com sistemas de transporte, saneamento, telecomunicações, pavimentação, entre outros, gera uma valorização da área onde essas obras ocorrem. Se a população não estiver estruturada desde a sua base com educação, saúde, emprego, irá se render às ofertas realizadas por pessoas que chegam de fora e detêm todas essas condições, além de possuírem situação financeira para pagar pelos imóveis.

Isso pode acabar provocando uma bola de neve em que os moradores vão sendo cada vez mais afastados das áreas dotadas de infraestrutura, para dar lugar às atividades voltadas ao consumo turístico. Ocorre então, o aprofundamento do chamado processo induzido de implosão-explosão, já citado anteriormente, no qual a concentração das funções econômicas em uma

determinada área faz com que fragmentos sejam espalhados pelas áreas mais distantes de onde está essa concentração. O chamado “fenômeno urbano” prolifera e carrega consigo as suas marcas: “muitos núcleos urbanos antigos, se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos” (LEFEBVRE, 2008, p.18).

A inserção do turismo, como já foi abordado, provoca entre outras coisas uma valorização das áreas onde a atividade se concentra. Conforme coloca Krippendorf (2003, p. 74):

a população das periferias dispõe de dois [...] meios de produção indispensáveis: o solo e o trabalho. [...] Para obter vantagens da fortuna que proporciona o turismo, os autóctones vendem o trabalho e o solo a preços baixos. [...] Nos países emergentes, os investidores das nações industriais têm uma vantagem suplementar: a do baixo nível de vida que faz com que tudo seja muito barato.

Consequentemente vem a especulação que inflaciona os preços não só dos imóveis, mas também de todos os elementos da cadeia produtiva que são impulsionados pelo turismo, como por exemplo, alimentação e transporte. Sobre esse assunto, Rodrigues (2001, p.146) coloca que:

em primeiro lugar, cabe questionar o ônus que a população residente arca por morar num centro turístico, onde o mercado é inflacionado em todos os seus segmentos. Em segundo lugar, a respeito dos tributos, é notório que são muito mais caros nas estâncias turísticas, pois a arrecadação deve contemplar obras urbanísticas e paisagísticas para tornar a cidade mais atrativa, além do custo da implementação da infra-estrutura básica para loteamentos de segunda residência.

É assim que a população local é afastada das áreas centrais para dar lugar a pessoas geralmente oriundas dos grandes centros urbanos. Ao ser questionada sobre o fato de pessoas de fora dominarem a atividade e as áreas onde o turismo se estabelece em Morro de São Paulo, uma líder local, não nativa, mas que vive há mais de 30 anos no local, respondeu da seguinte maneira:

há alguns anos atrás quando as pessoas falavam, eu pensava poxa, mas não é assim. Mas hoje em dia, com o amadurecimento que eu tenho de vida, querendo mais e me instrumentalizando mais, eu consigo perceber que a gente foi afetado pelo poder econômico, nesse lugar. E isso acabou com todos os vínculos mesmo! E tipo assim, foi uma coisa tão louca, que as pessoas, elas tinham uma pequena pousadinha, simplesmente aquela pousadinha que poderia

dar pra ele R\$ 10.000 por ano, um estrangeiro oferecia R\$ 50.000 pra arrendar. Essa comunidade não foi trabalhada, não foi instrumentalizada pra perceber que estrangeiro era aquele que tava pagando 50 mil numa coisa que valia 10? [...] Tá vindo fazer o quê? Não existia essa coesão das pessoas pra segurar. (ENTREVISTA 7, 2009)

Atualmente, e especialmente em Morro de São Paulo, que conta com uma atividade mais intensificada, estão sendo edificados os primeiros condomínios fechados, voltados para uso residencial e comercial. As Figuras 63 e 64 são uma mostra do início do processo de inserção de empreendimentos imobiliários capitaneados por grandes incorporadoras.



Figura 63: Anúncio de centro comercial em Morro de São Paulo
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 64: Anúncio de condomínio voltado para estrangeiros em Morro de São Paulo
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Também há novos condomínios que vêm sendo divulgados por imobiliárias pela internet em sites, geralmente em mais de um idioma, conforme mostram as Figuras 65 e 66:



Figura 65: Anúncio do Condomínio Tinhaê Residence
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 66: Anúncio Loteamento Boa Vista
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Para que se tenha uma idéia da valorização imobiliária ocorrida no local, foi realizada uma comparação entre os valores de imóveis de tamanhos semelhantes em Morro de São Paulo e Boipeba com imóveis de bairros de classe média e alta de Salvador. Os resultados podem ser observados na Tabela 3, a seguir:

Salvador			Cairu (Morro de São Paulo e Boipeba)		
Bairro	Valor (R\$)	m ²	Bairro	Valor (R\$)	m ²
Jardim Armação	215.000,00	110,00	1 ^a praia - Morro	280.000,00	110,00
Cidade Jardim	760.000,00	360,00	2 ^a Praia	600.000,00	360,00
Pituba	210.000,00	76,00	4 ^a Praia	330.000,00	75,00
Costa Azul	170.000,00	82,25	Fonte Grande	170.000,00	82,50
Itaigara	630.000,00	255,00	Porto de Cima	724.449,00 ¹⁰	250,00
Terreno em Aphaville II	200.000,00	635,00	Terreno na Vila Boipeba	120.000,00	200,00

Tabela 3: Valores de imóveis em Salvador e Cairu
Fonte: Jornal A Tarde; Pesquisa nas imobiliárias locais de Cairu

Pode-se observar nesta comparação, que nas localidades turísticas de Cairu, a especulação imobiliária tem feito com que imóveis sejam tão ou até mais caros do que em algumas das áreas mais valorizadas de Salvador. No caso de Morro de São Paulo, a disposição dos bairros pode ser observada no apêndice I.

A especulação presente na localidade, que eleva os preços dos imóveis, tem sido um dos principais fatores de deslocamento da população para áreas periféricas, muitas vezes em áreas irregulares ou de risco.

O discurso ecológico que camufla os interesses econômicos também está presente, como foi mostrado no exemplo citado no item anterior, onde há um projeto de parcelamento, desenvolvido nos moldes que vêm sendo

¹⁰ Valor anunciado era de €\$330.000,00. Convertido de acordo com cotação do Banco Central em 19 jun. 2010.

amplamente difundidos no mercado imobiliário. A natureza é então transformada em mercadoria como uma forma de forjar uma fuga da velocidade do cotidiano urbano. De acordo com Henrique (2009, p.133) a natureza:

torna-se uma mercadoria para poucos consumidores, escolhida em função do aumento do valor de troca dos empreendedores imobiliários. Para os agentes do mercado imobiliário, a natureza na cidade não é uma necessidade coletiva, e a exclusão é exercida a serviço da acumulação.

Sendo assim, as áreas consideradas de risco e em lugares pouco valorizados, são parceladas para a população com um menor poder aquisitivo, e as áreas onde estão as reservas naturais, mais valorizadas, passam a ser objeto da especulação imobiliária e divulgadas inclusive em *sites* estrangeiros ou mesmo locais com valores em moedas estrangeiras.

4.2.4. O Estado

Considerando que a atuação do Estado na produção do espaço consiste na organização espacial da cidade, conforme afirma Corrêa (1989), há uma série de possibilidades e formas de atuação desse segmento. Dentre elas pode-se citar a implantação de serviços públicos e a regulamentação e ordenamento do uso e ocupação do solo.

sua atuação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. (CORRÊA, 1989, p.26)

Por se tratarem de áreas litorâneas situadas em ilhas, em Cairu o Estado possui não só o controle no sentido regulador e administrativo, como também é proprietário do território, conforme estabelece o Decreto-Lei nº 9.760/ 1946 (BRASIL, 2010c) que dispõe sobre os bens móveis da União. Segundo o decreto:

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

Este decreto coloca todo o litoral de Cairu sob propriedade da marinha. O Art. 20, IV da Constituição Federal que define entre as propriedades da União as ilhas fluviais, oceânicas e as costeiras, exceto as que possuem sede municipal. Isso faz com que apenas a Ilha de Cairu deixe de ser de posse da União.

Nas áreas pertencentes à marinha, é necessário, para obter a escritura definitiva, o pagamento de uma taxa denominada *laudêmio* – que corresponde a 5% do valor do domínio pleno e das benfeitorias nele construídas (ENTENDA, 2010) - o que faz com que a grande maioria dos munícipes não tenha a propriedade definitiva dos terrenos onde vivem. Apesar de não haverem números exatos de quantos proprietários possuem a escritura definitiva dos seus terrenos, o tabelião de Cairu informou nunca ter lavrado nenhuma escritura desde que assumiu o cargo, como responsável pelos cartórios de Cairu e de Boipeba, há seis anos. Essa afirmação pôde ser constatada pela pesquisa de campo, na qual dentre os entrevistados, 75% não possuíam escritura, mas apenas o alvará, 3% possuíam a escritura e 22% não souberam responder.

4.2.5. Os grupos sociais excluídos

Dentro das poucas possibilidades de produção do espaço que esses grupos realizam, Corrêa (1989) destaca a habitação, a qual ele descreve como:

um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel [...] correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, a baixa escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado (CORRÊA, 1989, p.29)

Em áreas turísticas, o centro geralmente corresponde aos lugares mais frequentados pelos turistas, especialmente em cidades pequenas e médias. A expansão das áreas habitacionais para os grupos excluídos pelo capital, neste caso por meio da especulação imobiliária ocorre em áreas afastadas do centro.

Essas áreas, denominadas por Haesbaert de aglomerados de exclusão compreendem “os grupos marginais no sentido da exclusão de fato, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem” (HAESBAERT, 2005, p.195).

Morro de São Paulo e Boipeba possuem bairros constituídos no pós-expansão do turismo. De acordo com Corrêa (1989, p.30) “a produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência”.

Os bairros Ipiranga, Areal, Matança e Tiririca, em Boipeba, são casos mais recentes dessa expansão residencial. Nos primeiros, que estão localizados mais próximos ao centro, é possível perceber que as casas das respectivas ruas principais já vêm melhorando a sua estrutura e suas construções são melhores do que as de áreas mais afastadas. Na medida em que se vai tomando distância do centro a qualidade das construções vai caindo e a situação de moradia se torna mais precária conforme é possível observar nas Figuras 67, 68, 69, 70, a seguir:



Figura 67: Praça no Centro de Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 68: Rua das Pedras no centro de Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 69: Bairro da Tiririca em Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 70: Casa improvisada com lona no
Bairro da Matança em Boipeba
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Essa diferenciação é menos perceptível nos bairros da cidade de Cairu, como é possível observar nas Figuras 71 e 72, a seguir. Neste caso, a diferenciação faz-se presente no número de pavimentos das casas. Na imagem das casas do centro, as residências em geral, possuem dois pavimentos, enquanto que as mais afastadas do centro da cidade, possuem apenas um pavimento.



Figura 71: Praça Teixeira de Freitas - área
central de Cairu
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010



Figura 72: Rua em área periférica
Fonte: Pesquisa de campo, 2009-2010

Em seu texto, Corrêa (1989) fala das áreas periféricas que vão se urbanizando e melhorando as condições de moradia por iniciativa da própria população ou por reivindicação de melhorias ao poder público. Na medida em que obras de infraestrutura vão sendo realizadas, a área começa a ficar mais valorizada. Isso gera o início de um novo ciclo em que os moradores vendem suas casas e vão para locais cada vez mais afastados:

os lugares geradores de doenças, os buracos e celas infames nos quais o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são abolidos; eles são *transferidos para outra parte!* A mesma necessidade econômica que os produziu no primeiro lugar, os produz também no lugar seguinte. Tanto quanto o modo de produção capitalista continue a existir, é tolo esperar por uma solução isolada da questão da moradia ou de qualquer outra questão social. (ENGELS apud HARVEY, 1980)

A partir dessa afirmação, Engels coloca o caráter contraditório da problemática das áreas que se encontram na periferia geográfica e ao mesmo tempo social. Essas áreas possuem uma dinâmica inerente ao urbano, em que o movimento e o imprevisível se tornam característicos. De outro lado, também está previsibilidade inerente ao modo de produção vigente. Dentro da estrutura capitalista sempre haverão excluídos e enquanto houverem excluídos, eles serão sempre produtores de novos espaços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho colocaram-se os principais fatores que fizeram do turismo uma atividade tão predatória quanto qualquer outra inserida no sistema capitalista. O discurso político que tenta mostrar a atividade como fonte de inclusão social cai por terra ao ser posto em prática. Pequenas vilas e cidades começam a apresentar as mesmas mazelas sociais das grandes cidades, como uma reprodução destas em escala reduzida.

A concentração de apenas uma atividade básica é uma estratégia arriscada, visto que o turismo pode ser afetado por fatores externos. É preciso diversificar e mesmo incrementar a cadeia produtiva para evitar a dependência de apenas uma alternativa econômica. Ao mesmo tempo em que tem uma certa independência financeira devido ao *royalties* e ao turismo, o município e também os munícipes são extremamente dependentes de serviços que só são oferecidos em Valença como comércio, hospitais entre outras atividades.

O fato de haverem migrantes de regiões vizinhas pode ser considerado um sinal de crescimento econômico, mas ao mesmo tempo sinaliza uma falta de políticas de inclusão para que as pessoas do local também se beneficiem com a atividade. É importante destacar que o turismo dá uma dinâmica mais acelerada para os lugares onde ele é implementado a partir, principalmente, do crescimento populacional e da urbanização, um processo que ocorre em paralelo à turistificação.

A forma urbana tem sofrido uma série de transformações que culminam em uma ocupação sem planejamento e ao mesmo tempo uma explosão das localidades turísticas. Isso é perceptível ao se comparar a cidade de Cairu ao povoado de Morro de São Paulo. Este último teve sua forma e função completamente transformadas, o que repercutiu diretamente no cotidiano e nas relações sociais do lugar. No caso de Boipeba, a situação também pode ficar fora de controle se não forem tomados os devidos cuidados.

Pode-se afirmar que a produção do espaço vem sendo realizada, nesse caso, de forma gradativa, com a finalidade de valorizar as áreas consideradas turísticas e promover uma “estrangeirização” do lugar. Os altos preços dos

imóveis atualmente favorecem esse processo. Associado a isso, está uma valorização de áreas rurais para a construção de novos condomínios voltados principalmente para atrair estrangeiros.

Ao analisar as atuações dos agentes sociais mais ligados aos interesses da população, como é o caso das associações, por exemplo, percebeu-se uma falta de diálogo e articulação entre elas, o que tende a favorecer as ações verticais, visto que as horizontalidades estão fragilizadas.

O turismo apresenta um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que tem proporcionado a algumas pessoas oportunidades que nunca elas imaginariam ter antes, como a possibilidade de construir a sua própria casa por meio do seu trabalho, por outro lado, aumenta as desigualdades sociais e transforma trabalhadores em excluídos sociais. Além disso, o desemprego também é um fato que preocupa a própria população, que vê seus jovens com poucas perspectivas para o futuro.

Pode-se afirmar nesse caso, que a questão não é falta de planejamento, visto que o município possui planejamentos a curto, médio e longo prazo. A questão é a forma como o planejamento é construído e conduzido e aos interesses de quem eles vêm atendendo.

A participação popular parece algo utópico quando se pensa na diversidade de interesses envolvidos, no qual o lucro vem a ser o principal deles. Em outros casos, o instinto de sobrevivência, incentivado pela competitividade capitalista, faz com que o individualismo acabe permeando as relações sociais no lugar. Este é um fato que contribui no enfraquecimento das horizontalidades e abre uma brecha para a irradiação das verticalidades no lugar, acentuando, cada vez mais a competitividade e a busca pelo lucro.

A falácia do turismo que prega o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo exclui a população de qualquer possibilidade de se inserir na atividade, mostra que ainda há um longo caminho a percorrer. O modelo de turismo implantado ainda está longe de ser aquele que irá promover a inclusão social dos discursos políticos. A base da atividade que está fundamentada no sistema capitalista privilegia uma minoria em detrimento de uma maioria que permanece marginalizada. A exclusão cresce de maneira proporcional aos lucros gerados pelo turismo.

É importante ressaltar que se acredita sim no turismo como alternativa de desenvolvimento local, porém, enquanto os agentes hegemônicos do sistema capitalista dominarem a gestão da atividade, o dinheiro e o individualismo continuarão permeando as relações sociais.

Baseado em depoimentos e em relatórios de documentos de oficinas em que a população opinou sobre possíveis soluções para melhorar a qualidade de vida do lugar, podem ser sugeridas as seguintes ações:

1. Investimento em políticas a médio e longo prazo – Dever-se-ia investir em melhorias nos sistemas de educação (especialmente a educação básica), de saúde, de segurança e saneamento básico;

2. Diversificação das atividades econômicas – Sugere-se uma política que incentive atividades dentro da vocação produtiva do município, mas que não dependam diretamente do turismo para gerar renda para a população. É o caso da pesca, do extrativismo da piaçava e do coco;

3. Incentivo aos empreendedores individuais bem como os micro e pequenos empresários locais – Linhas de crédito para criação e mesmo ampliação do próprio negócio para que a população local tenha também condições de estabelecer trabalhando com turismo;

4. Qualificação profissional – Também com o intuito de incluir a população no processo de crescimento da atividade. Apesar de terem sido realizados alguns cursos, ainda se faz necessária uma participação maior das pessoas do local;

5. Participação da população de forma mais efetiva no planejamento local – Refere-se não apenas à presença nas reuniões em que a opinião dos moradores não é decisiva. É necessária uma cultura de mobilização a partir de políticas que incentivem a criação de sindicatos, associações, cooperativas e o desenvolvimento de ações que tornem as pessoas mais conscientes dos seus direitos. Ainda percebe-se que os direitos da população são utilizados como objetos de troca com caráter estritamente eleitoreiro;

6. Frear a especulação imobiliária – O direito à cidade deve ser entendido como o acesso igualitário de todos, independentemente do poder aquisitivo, aos espaços urbanos. A especulação promove a segregação espacial e acentua o processo de “estrangeirização”, deixando cada vez mais os moradores locais à margem do crescimento do turismo. O município não

possui instrumentos no seu Plano Diretor que regulamentem esse crescimento desenfreado. Para isso há o zoneamento do Plano de Manejo, que especifica as áreas onde podem haver ou não construções, instrumento legal que atualmente é utilizado para fins de fiscalização. Urge então, a necessidade de se criar mecanismos dentro da própria legislação do município que possam impedir que o crescimento das construções, especialmente as de luxo, voltadas para estrangeiros e turistas, sejam o foco da expulsão da população para locais cada vez mais distantes.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Plano de Turismo do Recôncavo**. Salvador, 1971.
- BAHIA. Conselho Estadual de Meio Ambiente. **Síntese do Plano de Manejo da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba**. Cairu, 1999.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. **Roteiros Ecoturísticos da Bahia: Costa do Dendê**. Salvador: A Secretaria, 2001.
- BAHIATURSA. **O desempenho do turismo baiano - 1991/2000**. Salvador: BAHIATURSA, junho/2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BID. **Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Cairu – Bahia (Cairu 2030)**. Cairu: BID, 2006.
- BOYER, Marc. **História do Turismo de Massa**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, EDUFBA, 2003.
- BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Estatuto da Cidade**. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/legislacao/Lei10.257-01.pdf>>. Acesso em: 08 jan.2010a.
- BRASIL. **Portal da Transparência**. Apresenta informações sobre repasses de verbas do governo federal aos municípios. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2010b.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del9760.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2010c.
- CAIRU. **Relatório do Plano Diretor Municipal**. Cairu, 2004.
- CAIRU receberá mais de 12 milhões de investimentos este ano. **Notícia capital**. Disponível em: <<http://www.noticiacapital.com.br/>>. Acesso em 19 jun. 2010.
- CALVINO, Ítalo. **A especulação imobiliária**. Trad. Ildete de Oliveira Castro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer?** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CAMMARATA, Emilce Beatriz. El turismo como práctica social y su papel em La apropiación y consolidación del territorio. São Paulo: Annablume, 2006. IN: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006b, p.351-366.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf>. Acesso em 13 fev. 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas de combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006a.

_____. Turismo: Prática social de apropriação e dominação de territórios. São Paulo: Annablume, 2006. IN: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006b, p. 367-378.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CPRM, Sistemas de Informações Geográficas -SIG. **Geologia e Recursos Minerais do estado da Bahia: Mapas na escala 1:1.000.000 e 1:200.000**. V1, Salvador, maio, 2003 – CD-ROM.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento Governamental do Turismo: Convergências e Contradições na Produção do Espaço. IN: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p.337-350.

DATASUS. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde**. Disponível em <<http://www.datasus.gov.br/>>. Acesso em 17 jan. 2010.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.141-162.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003a.

_____. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003b.

ENTENDA o que é laudêmio. Desenvolvido por Rodrigo Marcos Antonio Rodrigues. **Esclarecimentos sobre a cobrança de laudêmio**. Disponível em: <http://www.laudemio.com.br>. Acesso em: 30 mai. 2010.

FIPE. **Caracterização e dimensionamento do turismo receptivo na Bahia**. Disponível em < <http://www.bahiatursa.ba.gov.br/site/>>. Acesso em 26 jun. 2010.

FRANÇA, Rosana Decat. **O turismo histórico cultural como estratégia de sustentabilidade para a cidade de Cairu-Ba.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORDILHO SOUZA, Angela. **Limites do habitar:** segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia** (UFF), Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 165-205.

_____. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico:** políticas, processos e relacionamentos. Tradução de Edite Sciulli. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Tradução de Armando Corrêa e Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade.** Salvador: Edufba, 2009.

_____. **Vida cotidiana, planejamento e gestão de cidades e áreas tombadas.** Disponível em: <http://www.citeplan.geo.ufba.br/vida_cotidiana_planejamento.htm>. Acesso em 13 jun. 2010.

IBGE. **Cidades:** Cairu- Ba. Disponível em:< www.ibge.gov.br>. Acesso em 19 jun. 2010.

_____. **Contagem da população IBGE 2007.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/popmunic2007layoutTCU14112007.xls>>. Acessado em 15 nov. 2008.

_____. **Mapa dos limites municipais,** 2005. CD-ROM

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** IBGE, 1958.

IPHAN. **PAC cidades históricas**. 2010

ITES. **Incubadora Tecnológica de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.ites.ufba.br/>>. Acesso em 19 jun. 2010.

JARDIM, E. P. M. M. **Os impactos da atividade turística**: O loteamento do Buraco do Cachorro Arquipélago de Tinharé – Bahia. Disponível em : <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1055.pdf>. Acesso em 30 abr. 2009.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: por uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução de Contexto Traduções. 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. Malden, MA, USA: Blackwell Publishing, 2007.

_____. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

_____. **Espaço e Política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008c.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L. C.(org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998, p.15-29.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Traduzido por Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MOLINA, Sérgio. **Turismo**: metodologia e planejamento. Bauru, SP: edusc, 2005.

MORRO imóveis. **Site da imobiliária Morro Imóveis**. Disponível em <www.morroimoveis.com.br>. Acesso em 21 jan. 2010.

MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. **Tourism and sustainability**: new tourism in the third world. USA; Canada: Routledge, 1998.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional**: uma perspectiva global. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

OMT. **Panorama del Turismo Internacional**. Disponível em: <http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/highlights/UNWTO_Highlights09_sp_HR.pdf>. Acessado em 31 dez. 2009.

OMT. **Manila declaration on world tourism.** Disponível em <<http://www.world-tourism.org/sustainable/doc/1980%20Manila-eng.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2010.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência.** São Paulo: Alínea, 2005.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. Paiva. **Sociologia do Turismo.** 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

PETROBRAS. **Relatório de Atividades: oficinas participativas de diagnóstico e elaboração de projetos produtivos de Morro de São Paulo.** Cairu, 2007.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso em 13 jun. 2010.

POSTO de serviços Boipeba. **Site do Posto de Serviços Boipeba.** Disponível em: <www.psboipeba.com.br>. Acesso em 25 jun. 2010.

RICAUD, Pablo. **Cairu.** Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=780006&page=43>>. Acesso em 20 jun. 2010.

RISÉRIO, Antonio. **Tinharé: História e Cultura no Litoral Sul da Bahia.** Salvador: BYI Projetos Culturais Ltda, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastri. Turismo e Territorialidades Plurais – Lógicas Excludentes ou Solidariedade Organizacional. IN: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 297-315.

SANTOS, Fernando Pires. **Caracterização hidrológica e produtividade primária da Baía de Garapuá (Cairu-Ba): um subsídio à pesquisa sobre capacidade de recarga do ambiente.** Disponível em: <<http://www.ondazul.org.br/downloads/arquivos/13.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 15 ed. São Paulo: Record, 2008b.

SEDH. Matriz Intersetorial de Enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Disponível em: <

groups.unb.br/ih/dss/gp/site/violes/pesquisas/Relatorio%20Final%20Matriz%20_23.05.05_.pdf>. Acesso em 04 abr. 2010.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Valores adicionados, PIB e PIB per capita a preços correntes. Bahia– 2007 e 2008. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/setorial_pib_2005.xls>. Acesso em 19 jun. 2010.

SETUR; FIPE. **Pesquisa de turismo receptivo Bahia**. Morro de São Paulo. Jan. 2009.

SHAW, Gareth; WILLIAMS, Allan M. **Critical Issues in Tourism: a geographical perspective**. 2 ed. Blackwell publishing, 2002

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Turismo em rede: uma teia de múltiplas relações**. Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia, 2002.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo e. Participação em Mesa: o turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza. IN: LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide (org.). **Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável: anais do 1º Seminário Internacional de Turismo**. Fortaleza: EDUECE, 2003, p.47-50 .

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução de Eduardo Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Luciana Cristina Teixeira de. **Morro de São Paulo/ Cairu – Bahia: uma decodificação da paisagem através dos diferentes olhares dos agentes socioespaciais do lugar**. Salvador: EGBA, Fundação Pedro Calmon, 2002

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THEOBALD, William F. (org.). **Turismo Global**. Tradução de Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: SENAC, 2001.

THÉVENIN, Julien Marius Reis. **Mercantilização do espaço rural pelo turismo: uma leitura a partir do município de Cairu – Ba**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

TRILHAS controversas do paraíso. **Correio da Bahia**, Salvador, 19 fev. 2006. Caderno Repórter, p.7-8.

UNICEF. **Estudo Paulo Sérgio Pinheiro**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf>. Acessado em: 02 abr. 2010.

VINHAS, Thaís dos Santos. **O patrimônio histórico em Morro de São Paulo, Cairu – Bahia:** lugar de memória, espaço de cultura, opção de turismo. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo:** discípulos do amanhecer. São Paulo: contexto, 2003.

YIN, Robert. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Tradução de Ana Thorell. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WTTC. **Economic Impact Data and Forecasts.** Disponível em: <http://www.wttc.org/eng/Tourism_Research/Economic_Research/>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1. Líder comunitário de Boipeba. 2009.

ENTREVISTA 2. Líder comunitário de Boipeba. 2009.

ENTREVISTA 3. Representante do Setor Público. 2009.

ENTREVISTA 4. Moradora antiga de Morro de São Paulo. 2009.

ENTREVISTA 5. Moradora nativa de Morro de São Paulo. 2009.

ENTREVISTA 6. Líder religioso de Morro de São Paulo. 2009.

ENTREVISTA 7. Representante do Setor Público. 2009.

ENTREVISTA 8. Líder comunitário de Morro de São Paulo. 2009.

ENTREVISTA 9. Líder comunitário de Morro de São Paulo. 2009.

ENTREVISTA 10. Líder comunitário de Cairu. 2009.

ENTREVISTA 11. Líder comunitária de Morro de São Paulo. 2009.

ENTREVISTA 12. Líder comunitária de Boipeba. 2009.

APÊNDICE A – Formulário aplicado às organizações do setor voluntário

 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA MESTRADO EM GEOGRAFIA FORMULÁRIO ORGANIZAÇÕES DO SETOR VOLUNTÁRIO		 fapesb <small>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia</small>
<p>1. Instituição: _____</p> <p>2. Área de atuação: _____</p> <p>3. Nome do entrevistado: _____</p> <p>4. Cargo: _____</p> <p>5. Naturalidade/ Nacionalidade do representante: _____</p> <p>6. Localidade onde está situada a instituição: _____</p> <p>7. Principais projetos desenvolvidos: _____</p> <p>8. Principal (is) fonte(s) de obtenção de recursos: _____</p> <p>9. Há quanto tempo a instituição está em funcionamento? _____</p> <p>10. Quantas pessoas já foram beneficiadas pelas ações da instituição? _____</p> <p>11. Quantos membros tem a instituição? Especificar a quantidade de membros da diretoria, contratados e voluntários (caso haja). _____</p> <p>12. A sede da instituição está em imóvel próprio, alugado ou arrendado? Sempre foi assim? _____</p> <p>13. A sede já mudou de lugar desde que iniciou as atividades? Quantas vezes? Por quais razões? _____</p> <p>13. Quando e de quem a sede atual foi adquirida/ alugada/ arrendada? _____</p>	<p>14. Tem alguma notícia de onde essa pessoa está hoje e o que faz? _____</p> <p>15. Já foi convidado(a) ou já participou de reuniões para discutir planos e/ou políticas de planejamento para o turismo no município? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual(is)? _____</p> <p>16. Conhece ou já ouviu falar algo sobre os royalties que a Petrobras paga ao município? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, sabe como ou tem visto como esse dinheiro vem sendo aplicado pela prefeitura? _____</p> <p>17. Para cada termo ou palavra citados abaixo, diga o que vem à sua cabeça: a) Turismo – _____ b) Turista – _____ c) Taxa de Turismo – _____ d) População Local (Nativos) – _____ e) Estrangeiros que vivem aqui - _____</p> <p>18. Quais os principais pontos positivos e negativos do turismo na localidade? Quais pontos você acha que poderiam melhorar para que o turismo beneficie mais pessoas no município? _____</p>	

APÊNDICE B – Formulário aplicado à população local

 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA MESTRADO EM GEOGRAFIA FORMULÁRIO POPULAÇÃO LOCAL		 fapesb <small>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia</small>
<p>1. Naturalidade: _____</p> <p>2. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino</p> <p>3. Escolaridade: Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Completo <input type="checkbox"/> Incompleto Ensino Médio <input type="checkbox"/> Completo <input type="checkbox"/> Incompleto Ensino Superior <input type="checkbox"/> Completo <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Nenhuma das alternativas acima</p> <p>4. Estado civil: _____</p> <p>5. Quantos filhos possui? _____</p> <p>6. Mora em qual localidade? _____</p> <p>7. Há quanto tempo vive neste município? _____</p> <p>8. Já se mudou desde que vive aqui? Quantas vezes? Por quais razões? _____</p> <p>_____</p> <p>9. Quais as condições atuais de habitação? <input type="checkbox"/> Casa própria <input type="checkbox"/> Casa alugada <input type="checkbox"/> Pensionista <input type="checkbox"/> Moro no local de trabalho <input type="checkbox"/> Outros: _____</p> <p>10. Quantas pessoas vivem na sua casa? _____</p> <p>11. Marque dentre os itens abaixo os serviços que chegam regularmente na sua casa: <input type="checkbox"/> Água encanada <input type="checkbox"/> Energia Elétrica <input type="checkbox"/> Coleta regular de lixo <input type="checkbox"/> Agentes de saúde <input type="checkbox"/> Telefonia (Fixa ou sinal de telefonia móvel)</p> <p>12. Marque dentre os itens abaixo o que há na sua casa: <input type="checkbox"/> Televisão <input type="checkbox"/> Computador <input type="checkbox"/> Acesso à Internet <input type="checkbox"/> Geladeira <input type="checkbox"/> Freezer <input type="checkbox"/> Fogão <input type="checkbox"/> Aparelho DVD <input type="checkbox"/> Chuveiro Elétrico <input type="checkbox"/> Aparelho de Som <input type="checkbox"/> Ar Condicionado <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupas <input type="checkbox"/> Micro-ondas</p> <p>13. Comente um pouco sobre as suas principais competências e habilidades. (idiomas, cursos, habilidades, entre outros) _____</p> <p>_____</p> <p>14. Para cada termo ou palavra citados abaixo, diga o que vem à sua cabeça: a) Turismo – _____ b) Turista – _____ c) Taxa de Turismo – _____ d) Estrangeiros que vivem aqui – _____</p>	<p>15. Já foi convidado(a) ou já participou de reuniões para discutir planos e/ou políticas de planejamento para o turismo no município? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual(is)? _____</p> <p>_____</p> <p>16. Quais os principais contribuições (boas ou ruins) que a introdução da atividade turística aqui na localidade trouxe para a sua vida: _____ _____</p> <p>17. Conhece ou já ouviu falar algo sobre os royalties que a Petrobras paga ao município? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, sabe como ou tem visto como esse dinheiro vem sendo aplicado pela prefeitura? _____</p> <p>_____</p> <p>18. Profissão: _____</p> <p>19. Atualmente trabalha em alguma atividade direta ou indiretamente ligada ao turismo? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, gentileza responder as questões do quadro abaixo:</p> <p>20. Trabalha em que tipo de empresa ou atividade? _____</p> <p>21. Cargo ou função: _____</p> <p>22. Possui carteira de trabalho assinada? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>23. Remuneração mensal média: <input type="checkbox"/> Até 1/2 Salário Mínimo (R\$ 232,50) <input type="checkbox"/> Entre 1/2 e 1 Salário Mínimo (R\$ 232,50 a R\$465,00) <input type="checkbox"/> Entre 1 e 1 e 1/2 Salário Mínimo (R\$465,00 a R\$697,50) <input type="checkbox"/> Entre 1 e 1/2 e 2 Salários Mínimos (R\$697,50 a R\$930) <input type="checkbox"/> Acima de 2 Salários Mínimos</p> <p>24. Há quanto tempo trabalha com turismo? _____</p> <p>25. O que fazia antes de começar a trabalhar com turismo? _____</p> <p>_____</p> <p>26. Explique da maneira mais detalhada possível como funciona o seu regime de trabalho. Horário de trabalho, dias, cargo, atividades realizadas. Se tiver mais de um emprego, falar sobre todos eles. _____ _____ _____ _____ _____</p>	

APÊNDICE C – Formulário aplicado aos empresários

 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA MESTRADO EM GEOGRAFIA FORMULÁRIO EMPRESÁRIOS DO TURISMO		 fapesb <small>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia</small>
<p>1. Empresa:</p> <p>2. Ramo de atividade: <input type="checkbox"/> Transportes <input type="checkbox"/> Hotelaria <input type="checkbox"/> Bares e Restaurantes <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Agência/ Operadora turística <input type="checkbox"/> Outros: _____</p> <p>3. Naturalidade/ Nacionalidade do proprietário:</p> <p>_____</p> <p>4. Localidade onde está situada a empresa:</p> <p>_____</p> <p>5. Localidade onde reside o proprietário:</p> <p>_____</p> <p>6. O que fazia antes de começar a trabalhar com turismo?</p> <p>_____</p> <p>7. Há quanto tempo a empresa está em funcionamento?</p> <p>_____</p> <p>8. Quantos funcionários fixos tem a empresa? _____</p> <p>9. Quantos funcionários temporários tem a sua empresa? Explicitar quantidade na alta e na baixa estação. _____</p> <p>_____</p> <p>10. Por que optou por montar um negócio no município?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>11. A sede da empresa está em imóvel próprio, alugado ou arrendado? Sempre foi assim?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>12. Quando e de quem você adquiriu/ alugou/ arrendou o imóvel?</p> <p>_____</p> <p>13. Tem alguma notícia de onde essa pessoa está hoje e o que faz?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>14. Em qual(is) município(s) a empresa costuma realizar as suas principais compras? Por que?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>15. Quais as principais competências e habilidades são necessárias para trabalhar na sua empresa?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>16. Tem dificuldade de encontrar pessoas com essas competências e habilidades? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>17. Quando a empresa necessita de pessoas que com um determinado conhecimento e não encontra na localidade, como costuma proceder?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>18. Quais pontos você acha que poderiam melhorar para que o turismo beneficie mais pessoas no município?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>19. Marque dentre os itens abaixo os serviços que chegam regularmente na sua casa:</p> <p><input type="checkbox"/> Água encanada <input type="checkbox"/> Energia Elétrica <input type="checkbox"/> Coleta regular de lixo <input type="checkbox"/> Agentes de saúde <input type="checkbox"/> Telefonia (Fixa ou sinal de telefonia móvel)</p> <p>20. Marque dentre os itens abaixo o que há na sua casa:</p> <p><input type="checkbox"/> Televisão <input type="checkbox"/> Computador <input type="checkbox"/> Acesso à Internet <input type="checkbox"/> Geladeira <input type="checkbox"/> Freezer <input type="checkbox"/> Fogão <input type="checkbox"/> Aparelho DVD <input type="checkbox"/> Chuveiro Elétrico <input type="checkbox"/> Aparelho de Som <input type="checkbox"/> Ar Condicionado <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupas <input type="checkbox"/> Micro-ondas</p> <p>21. Para cada termo ou palavra citados abaixo, diga o que vem à sua cabeça:</p> <p>a) Turismo – _____</p> <p>b) Turista – _____</p> <p>c) Taxa de Turismo – _____</p> <p>d) População Local (Nativos) – _____</p> <p>_____</p> <p>22. Conhece ou já ouviu falar algo sobre os royalties que a Petrobras paga ao município? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>Em caso afirmativo, sabe como ou tem visto como esse dinheiro vem sendo aplicado pela prefeitura?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com representantes do poder público

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA MESTRADO EM GEOGRAFIA ENTREVISTA SETOR PÚBLICO</p>	 fapesb <small>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia</small>
<p>Entrevistado: _____</p> <p>Cargo: _____</p> <p>Localidade onde vive: _____</p> <p>Naturalidade: _____</p> <p>Há quanto tempo vive em Cairu: _____</p>		
<p>ROTEIRO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Como é realizado o planejamento municipal para o turismo? Há um plano municipal de turismo? 2. Há participação popular no processo de planejamento? Em caso afirmativo, como se dá essa participação? 3. Dentro do planejamento turístico do município quais os principais planos, programas e projetos previstos a curto médio e longo prazo? 4. Existem políticas especificamente voltadas para a inserção dos moradores locais na atividade turística? Quais? 5. Quanto à questão dos ambulantes, existe algum tipo de regulamentação? 6. Quais ações imediatas vêm sendo realizadas para conter o avanço irregular na ocupação do solo nos centros e nas periferias do município? 7. De que maneira as regulamentações previstas no Plano Diretor Municipal são fiscalizadas? 8. Como vem sendo aplicado o valor referente à taxa de turismo? Esse valor é aplicado somente em Morro de São Paulo ou também em outras localidades? 9. E quanto à aplicação do valor referente aos <i>royalties</i> da Petrobras? 10. De que maneira o poder público estadual e federal contribuem com a estruturação do turismo no município? Há verbas específicas? Caso haja, como elas são aplicadas? 11. Há planos da prefeitura no sentido de diversificar as atividades econômicas no município? Quais? 		

APÊNDICE E – Questão inicial para entrevista narrativa com moradores antigos

	<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA MESTRADO EM GEOGRAFIA ENTREVISTA</p>	 <p>fapesb Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia</p>
<p>Entrevistado: _____</p> <p>Profissão: _____</p> <p>Localidade onde vive: _____</p> <p>Naturalidade: _____</p> <p>Há quanto tempo vive em Cairu: _____</p> <p>Tópico inicial da narrativa:</p> <p>1. Eu gostaria que me contasse um pouco sobre a sua história. A melhor maneira de fazer isso seria começando desde que veio morar no município, ou desde que nasceu (caso tenha nascido aqui), e então contar todas as coisas, uma após a outra, até o dia de hoje. Você não precisa ter pressa, e também pode dar detalhes, porque tudo o que for importante para você me interessa.</p>		

APÊNDICE F – Organizações do Setor Voluntário – Morro de São Paulo

	Área de atuação	Ano de Fundação	Situação legal	Possui sede?	Situação da sede
AMA – Associação de Moradores da Mangaba	Atende aos moradores da Mangaba e Zimbo 2	2006	Legalizada	Não	-
AMOSP – Associação de Artesãos de Morro de São Paulo	Atende aos artesãos e os organiza nos seus pontos de venda	1997	Legalizada	Sim	Alugada
AMZ – Associação de Moradores do Zimbo	Atende a comunidade do bairro do Zimbo	1997	Legalizada	Não	-
ASPEMATRE - Associação dos Pescadores, Marisqueiras, Trabalhadores e Estudantes do Morro e do Zimbo	Atende principalmente aos pescadores de Morro de São Paulo	2006	Legalizada	Não	-
ASSISTUR – Associação dos Informantes de Turismo de Morro de São Paulo	Condução e orientação dos turistas que chegam pelo cais	2000	Legalizada	Não	-
ASTRATUR – Associação de Transportes de Carga e Turismo da Ilha de Tinharé	Formada pelos proprietários de veículos que o utilizam para passeios e transporte de carga	2007	Legalizada	Sim	Casa que pertence ao presidente da associação
ATIR – Associação de Informantes do Turismo Receptivo	Condução e orientação dos turistas a partir da Segunda praia	2007	Legalizada	Não	-
Associação Baiacu de Espinho	Associação ambientalista	1998	Legalizada	Não	-
AVIPITOUR – Associação de Vendedores e	Venda de passeios para turistas	2005	Legalizada	Não	-

Informantes de Passeios Turísticos					
Brincando e Aprendendo	Atividades lúdicas e aulas de reforço escolar, dança e educação ambiental para crianças	2005	Desativada em 2007	-	-
Grupo de Capoeira Kilombolas	Aulas de capoeira e cursos de serigrafia e fabricação de instrumentos	1993	Não legalizada	Não	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

APÊNDICE G – Organizações do Setor Voluntário – Boipeba

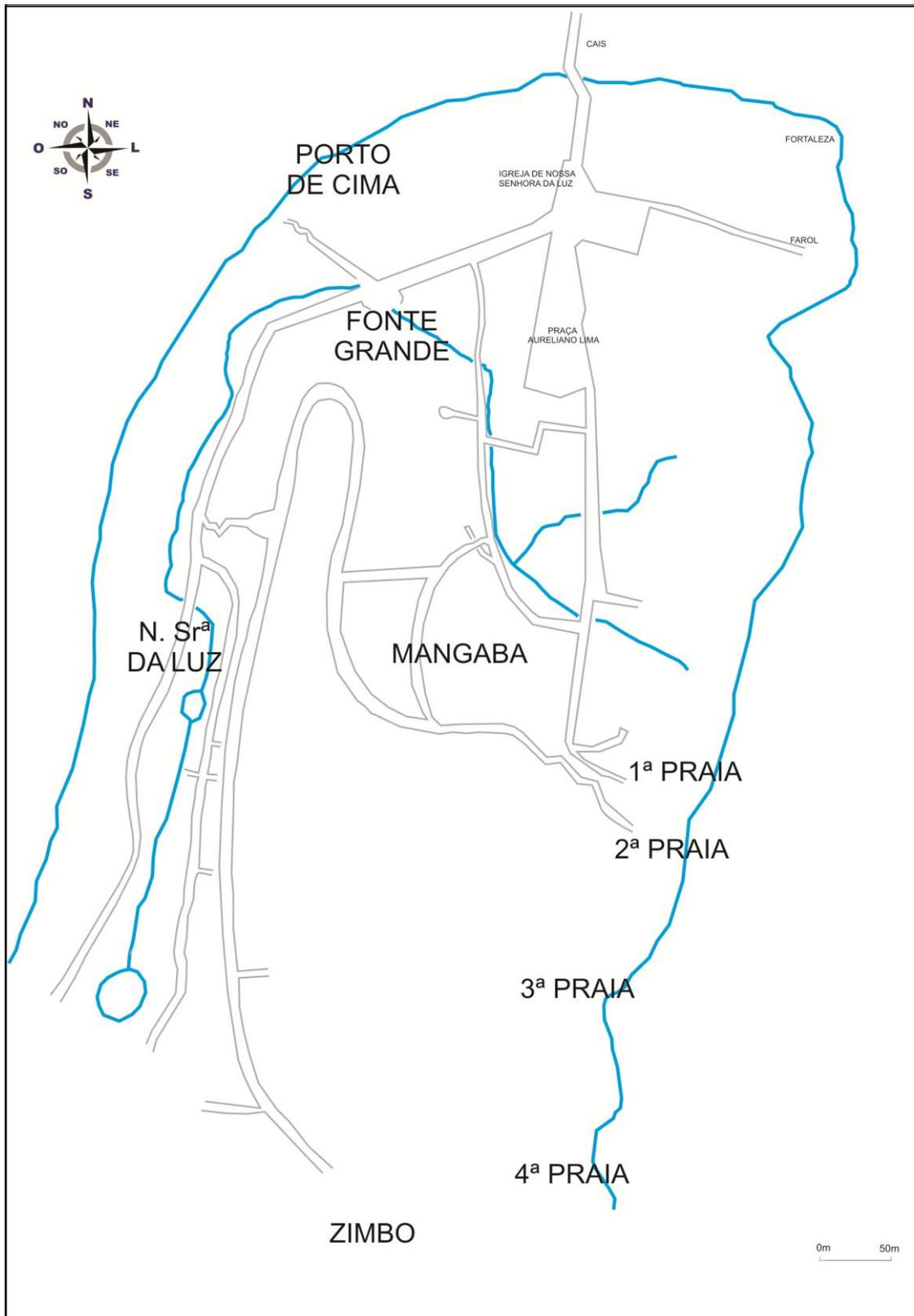
	Área de atuação	Ano de Fundação	Situação legal	Possui sede?	Situação da sede
AMABO – Associação de Moradores de Boipeba	Atende aos moradores da Ilha de Boipeba	1994	Legalizada	Sim	Alugada com recursos de uma parceria com a Petrobras
ASSARB – Associação de Artesãos Raízes de Boipeba	Atende aos artesãos	2005	Legalizada	Não	-
Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Boipeba	Atende aos pescadores e marisqueiras	2004	Legalizada	Sim	Sede em imóvel próprio
Associação Beneficente das Mulheres Marisqueiras de Velha Boipeba	Assistência e qualificação para as marisqueiras	2006	Legalizada	Não	Já possui o terreno para construir
Associação Luz Cultural de Boipeba	Resgate e valorização da cultura local	2004	Legalizada	Não	Mantém uma biblioteca em local cedido pela igreja que funciona para reuniões
ASCONTURB	Atende aos condutores de turismo da localidade	2006	Legalizada	Não	Reuniões no centro ambiental e na biblioteca

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

APÊNDICE H – Organizações do Setor Voluntário – Cairu

	Área de atuação	Ano de Fundação	Situação legal	Possui sede?	Situação da sede
ASTRAMAC	Atende aos marinheiros	1995	Legalizada	Sim	Em construção
Associação São João	Atende aos interesses dos trabalhadores rurais e da pesca	1987	Legalizada	Sim	Imóvel próprio
ASCM – Associação casa das Mães	Assistência à famílias carentes	2000	Legalizada	Sim	Em construção
Colônia de pescadores Z-55	Cadastramento dos pescadores e marisqueiras do município para o direito ao defeso.	1988	Legalizada	Sim	Construída com recursos de projetos compensatórios
Rádio Comunitária de Cairu	Informação e entretenimento	1998		Sim	Imóvel próprio

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

APÊNDICE I – Mapa com a disposição dos bairros de Morro de São Paulo

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pela autora

ANEXO A – Inventário dos Principais Atrativos do município de Cairu

Patrimônio Histórico-Cultural

Festas Religiosas

Festa de Nossa Senhora da Luz

Festa de São Benedito

Festa do Divino Espírito Santo

Patrimônio Histórico-Cultural

Igreja e Convento de Santo Antônio - Sede

Centro Histórico de Cairu

Vila Velha de Boipeba

Igreja do Divino Espírito Santo em Boipeba

Igreja de Nossa Senhora da Luz em Morro de São Paulo

Farol e Mirante do Forte de Morro de São Paulo

Ruínas - Morro de São Paulo (Casa do Capitão, Capela Sra. Da Luz, Casa do Faroleiro, forte de Zimbeiro)

Fortaleza de Morro de São Paulo

Outras Festas e Manifestações Folclóricas

Vida Noturna - Broadway - Morro de São Paulo

Ressaca do Carnaval em Morro de São Paulo

Reveillon de Morro de São Paulo

Folclore - Congo e Chegança

Artesanato de Cairu

Caretas de Cairu

Filarmônica de Cairu - Fanfarra Municipal

Reizado

Patrimônio Ambiental

Atrações Ambientais/Naturais

Ilha de Tinharé

Terceira Praia - Ilha de Tinharé

Ilha de Boipeba

Piscinas Naturais de Boipeba

Segunda Praia - Ilha de Tinharé

Quarta Praia - Ilha de Tinharé

Primeira Praia - Ilha de Tinharé

Trilha de Velha Boipeba-Moreré

Trilha da Fonte do Céu

Praia Velha de Boipeba - Ilha de Boipeba

Primeira Praia - Ilha de Boipeba

Tassimirim - Ilha de Boipeba

Praia e Vila Moreré - Ilha de Boipeba

Praia Cueira - Ilha de Boipeba

Trilha Morro-Guarapuá-Boipeba

Praia de Gamboa do Morro - Ilha de Tinharé

Piscinas Naturais de Garapuá

Praia e Lagoa de Garapuá - Ilha de Tinharé

Fonte: Relatório do Plano Diretor Municipal de Cairu